



INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA  
CAMPUS ALEGRETE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA

RONIMAR ROSSO GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E O CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS  
PARA CONTRIBUIR NA QUALIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS**

Jaguari - RS  
Maio 2024

RONIMAR ROSSO GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E O CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS  
PARA CONTRIBUIR NA QUALIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Jaguari, do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Catiane Mazocco Paniz

Jaguari – RS

Maio 2024

Ficha catalográfica  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G633i Gomes, Ronimar Rosso  
A importância da gestão e o controle dos bens patrimoniais  
para contribuir na qualidade das atividades educacionais/ Roni-  
mar Rosso Gomes. – Jaguari, 2024.  
116 f. : il.

Orientador: Catiane Mazocco Paniz  
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação  
em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal  
de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2024.

1. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia -  
Administração. 2. Patrimônios móveis - gestão. 3. Atividades  
educacionais. I. Paniz, Catiane Mazocco, orient. II. Título.

CDU: 377

Elaborada por:  
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

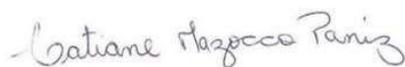
RONIMAR ROSSO GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E O CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS  
PARA CONTRIBUIR NA QUALIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 11 de abril de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

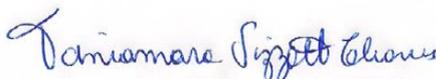


Prof. Dra. Catiane Mazocco Paniz  
Instituto Federal Farroupilha  
Orientadora



Documento assinado digitalmente  
**MARIGLEI SEVERO MARASCHIN**  
Data: 18/04/2024 13:25:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Mariglei Severo Maraschin  
CTISM/UFSM



Prof. Dra. Taniamara Vizzotto Chaves  
Instituto Federal Farroupilha

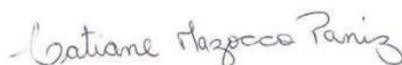
RONIMAR ROSSO GOMES

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E O CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS  
PARA CONTRIBUIR NA QUALIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 11 de abril de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



Prof. Dra. Catiane Mazocco Paniz  
Instituto Federal Farroupilha  
Orientador

Documento assinado digitalmente

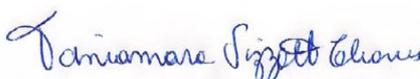


MARIGLEI SEVERO MARASCHIN

Data: 18/04/2024 13:25:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Mariglei Severo Maraschin  
CTISM/UFSM



Prof. Dra. Taniamara Vizzotto Chaves  
Instituto Federal Farroupilha

Dedico este trabalho aos colegas servidores públicos, em especial, aos meus colegas de trabalho que contribuem diariamente para o êxito em minha vida profissional. Com este estudo, espero poder contribuir no dia a dia em suas atividades, de forma a facilitar suas tarefas e retribuir todo o aprendizado que me foi e é transmitido.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha companheira Lú (Luiziana de Oliveira Ferreira) pelo incentivo de retomar os estudos. A realização deste trabalho devo a ela.

Ao meu colega e amigo Thiago Assunção de Almeida, por me oportunizar participar de projetos que contribuíram na classificação para esse mestrado.

À minha família, por compreender o meu distanciamento durante esse período, para poder me dedicar aos estudos.

Aos colegas que se dispuseram a contribuir na realização da pesquisa, possibilitando a conclusão deste trabalho.

O meu especial agradecimento às professoras Dra. Catiane Mazocco Paniz e Dra. Maria Rosângela Silveira Ramos, que me orientaram de forma excepcional, com muita dedicação e disponibilidade para me auxiliar na construção deste trabalho.

E, finalmente, agradeço a Deus por ter iluminado meu caminho e o de todas as pessoas que estiveram próximas a mim nesse período.

## RESUMO

A presente pesquisa é vinculada ao programa de mestrado ProfEPT, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, desenvolvido no IFFAR Campus Jaguari-RS e busca a reflexão sobre a importância dos bens móveis pertencentes ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), Campus Alegrete, no desenvolvimento das atividades educacionais. Como forma de melhor compreender a Instituição e sua função social, contextualiza-se a trajetória da proposta de uma educação profissional e para o mundo do trabalho e suas transformações, seu surgimento através das Escolas de Aprendizes Artífices, Escolas Agrícolas, CEFETs e, atualmente, os Institutos Federais. Aborda a importância dos Institutos Federais e a Educação Profissional e Tecnológica, sua capacidade de transformar a realidade de sua região, formando um indivíduo capaz de atuar para o desenvolvimento omnilateral da sociedade, contribuindo com a formação de pessoas conscientes de sua importância para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e igualitária. Nesse sentido, a problemática da pesquisa é a seguinte: Como melhorar a gestão e controle dos bens patrimoniais móveis permanentes no IFFar - Campus Alegrete? Apresenta, como objetivo geral, analisar os processos desenvolvidos na gestão patrimonial do IFFar - Campus Alegrete, a fim de contribuir com a organização e melhoria do gerenciamento patrimonial no espaço educativo institucional e, desta forma, buscar através da análise das ações relativas à administração dos materiais permanentes no IFFar Campus Alegrete. Como objetivos específicos propõe verificar os procedimentos e normas existentes em relação aos bens patrimoniais; investigar os procedimentos atualmente adotados por servidores responsáveis por bens; analisar procedimentos executados pelo setor responsável; identificar os desafios do setor de patrimônio e dos detentores de bens no processo do controle patrimonial e desenvolver um produto educacional com orientações sobre procedimentos legais de controle, formas práticas de gestão, controle e uso do material, e do risco de responder legalmente pelo uso inadequado do material ou sua falta. A metodologia está fundamentada na abordagem qualitativa, tipo estudo de caso. Coleta de dados com pesquisa documental e questionário. Para análise dos dados, utilizamos a Análise Textual Discursiva (ATD), chegando a duas categorias emergentes: (a) A importância dos bens patrimoniais para o desenvolvimento das atividades educativas e (b) Desafios para aprimorar o processo e contribuir na qualidade das atividades de ensino. Relacionado à primeira categoria, os participantes consideraram os bens patrimoniais fundamentais para o desenvolvimento das atividades educacionais, e referente à segunda categoria emergiram muitas necessidades de ações para serem implementadas na busca de um controle mais eficiente. Dentre essas ações, as mais mencionadas foram referentes às disponibilização de informação, capacitação, e atualização de sistema e normas relacionadas ao patrimônio. Como produto educacional, foi desenvolvido um guia prático com informações relativas aos procedimentos que devem ser adotados para gerência e controle dos bens, objetivando auxiliar o setor do patrimônio e os responsáveis por materiais e demais usuários em suas atividades no controle e uso desse material.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Bens patrimoniais móveis. Gestão e organização nos Institutos Federais.

## ABSTRACT

This research is linked to the ProfEPT master's program, in the line of research Organization and Memories of Pedagogical Spaces at EPT, developed at IFFAR Campus Jaguari-RS and seeks to reflect on the importance of movable assets belonging to the Federal Institute of Science and Technology Farroupilha (IFFar), Campus Alegrete, in the development of educational activities. As a way of better understanding the Institution and its social function, the trajectory of the proposal for professional education and the world of work and its transformations is contextualized, its emergence through Artificer Apprentice Schools, Agricultural Schools, CEFETs and, currently, the Federal Institutes. It addresses the importance of Federal Institutes and Professional and Technological Education, their ability to transform the reality of their region, forming an individual capable of acting for the omnilateral development of society, contributing to the training of people aware of their importance for the development of a democratic and egalitarian society. In this sense, the research problem is the following: How to improve the management and control of permanent movable assets at IFFar - Campus Alegrete? It presents, as a general objective, to analyze the processes developed in the asset management of IFFar - Campus Alegrete, in order to contribute to the organization and improvement of asset management in the institutional educational space and, in this way, seek through the analysis of actions related to the administration of permanent materials at IFFar Campus Alegrete. As specific objectives, it proposes to verify the existing procedures and standards in relation to heritage assets; investigate the procedures currently adopted by employees responsible for assets; analyze procedures carried out by the responsible sector; identify the challenges of the heritage sector and asset holders in the heritage control process and develop an educational product with guidance on legal control procedures, practical forms of management, control and use of material, and the risk of being legally liable for inappropriate use of the material or its lack. The methodology is based on a qualitative, case study approach. Data collection with documentary research and questionnaire. To analyze the data, we used Discursive Textual Analysis (ATD), arriving at two emerging categories: (a) The importance of heritage assets for the development of educational activities and (b) Challenges to improve the process and contribute to the quality of educational activities. teaching. Related to the first category, participants considered heritage assets fundamental for the development of educational activities, and regarding the second category, many needs for actions emerged to be implemented in the search for more efficient control. Among these actions, the most mentioned were related to the provision of information, training, and updating of systems and standards related to heritage. As an educational product, a practical guide was developed with information regarding the procedures that must be adopted for the management and control of assets, aiming to assist the heritage sector and those responsible for materials and other users in their activities in the control and use of this material.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Movable heritage assets. Management and organization of Federal Institutes.

## LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1	Oferta de orientação aos responsáveis por termos.....	71
Gráfico 2	Nível de conhecimento do processo de passagem de termos.....	72
Gráfico 3	Demonstra a forma como está sendo executada às passagens de termos.....	72
Gráfico 4	Disposição dos servidores em melhorar o processo de controle....	73
Gráfico 5	Conhecimento da legislação.....	74
Gráfico 6	Consciência do risco de ser penalizado.....	77
Gráfico 7	Efetivação de registros de movimentação de bens.....	77
Gráfico 8	Possibilidade de ser mais eficiente no controle do material.....	78
Gráfico 9	Reconhecimento da gestão em relação ao trabalho do setor de Patrimônio na opinião dos detentores de termos.....	80
Gráfico 10	A eficácia do controle dos materiais.....	81
Gráfico 11	Nível de comprometimento dos detentores.....	82
Gráfico 12	Eficácia do processo executado setor de patrimônio.....	84
Gráfico 13	Suficiência de profissionais no setor.....	85
Gráfico 14	Comprometimento dos responsáveis por termos.....	85

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Produções científicas por banco de dados pesquisados.....	18
Quadro 2	Produções científicas referentes ao tema da pesquisa .....	21
Quadro 3	Produções científicas com o mesmo foco da pesquisa.....	28
Quadro 4	Resultado da avaliação.....	94

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD - Análise Textual Discursiva

CEFETs - Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica

CEP - Conselho de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

CONIF- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica

DOU - Diário Oficial da União

DPEP - Diretoria de Pesquisa Extensão e Produção

EAFA - Escola Agrícola de Alegrete

Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IFAC - Federação Internacional de Contabilidade

IFFar - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha

LEPEP - Laboratório de Ensino Pesquisa Extensão e Produção

PAD - Processo Administrativo disciplinar

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PGC - Plano Geral de Compras

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

TAE - Técnico Administrativo em Educação

TCLE - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	14
1.2 ESTADO DO CONHECIMENTO .....	17
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>34</b>
2.1 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO .....	34
2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL .....	38
2.3 OS ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS NA EDUCAÇÃO .....	43
2.4 OS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS PERMANENTES E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO .....	46
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>55</b>
3.1 LOCAL DA PESQUISA .....	59
3.2 POPULAÇÃO OU AMOSTRA .....	61
3.2.1 Descrição dos sujeitos.....	62
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>65</b>
4.1 A IMPORTÂNCIA DOS BENS PATRIMONIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS.....	65
4.2 DESAFIOS PARA APRIMORAR O PROCESSO E CONTRIBUIR NA QUALIDADE DAS ATIVIDADES DE ENSINO .....	71
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
<b>6 PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>103</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é decorrente da minha trajetória profissional, a partir do ingresso como servidor no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar). Com a vivência como servidor público, usuário, e responsável de bens e, atualmente, lotado no setor de Patrimônio, observei a necessidade de buscar meios para melhorar o processo de controle desse material, que é de grande importância para o desenvolvimento de inúmeras atividades de ensino.

Hodiernamente, a administração pública enfrenta dificuldades em decorrência de ajustes no orçamento, em especial a educação que vive um momento de cortes orçamentários frequentes. Assim, com a precária disponibilidade de recursos, precisamos ser mais dedicados no cuidado com esse material, a fim de mantê-lo conservado e ter seu uso prolongando. Por isso, é preciso eficiência na utilização dos recursos disponíveis, para que não ocorra prejuízo na oferta do serviço público de qualidade.

O Estado promove e mantém os serviços públicos prestados à sociedade através de recursos provenientes da arrecadação de impostos, destinando-os à execução desses serviços. Assim, a administração pública necessita de uma estrutura organizada, composta por vários elementos, sendo os bens materiais uma parte desses. Para manter esse material monitorado, o Estado instituiu formas de controle, como o controle interno. O controle patrimonial é um mecanismo de controle interno exercido pelas instituições para manter seus bens materiais organizados em suas dependências.

O controle patrimonial tem o objetivo de organizar a movimentação dos bens, desde sua aquisição, com o devido registro de entrada e demais registros de movimentações dentro da instituição, de forma que todo o material possa ser localizado a qualquer momento durante toda a sua vida útil e, após sua obsolescência, fazer a desvinculação do material e providenciar seu adequado destino.

O processo de gestão e controle de material em uma instituição pública é burocrático e demanda eficiente organização administrativa do setor responsável, que, para atingir seu objetivo, necessita a cooperação de todos os servidores da instituição. No entanto, mesmo existindo essa dedicação da maioria dos servidores

para manter um bom controle na utilização dos materiais, ainda ocorrem muitas inconsistências. Com objetivo de minimizar os problemas que ocorrem e com a perspectiva de buscar meios para melhorar a efetividade desse trabalho, temos como propósito procurar respostas para o seguinte problema de pesquisa: Como melhorar a gestão e controle dos bens patrimoniais móveis permanentes no IFFar - Campus Alegrete?

Nesse contexto, adotando, como prática, o cuidado com os bens patrimoniais, define-se como objetivo geral desta pesquisa: Analisar os processos desenvolvidos na gestão patrimonial do IFFar - Campus Alegrete, a fim de contribuir com a organização e melhoria do gerenciamento patrimonial no espaço educativo institucional.

Mais especificamente, para atender ao objetivo deste estudo, precisamos seguir alguns procedimentos de forma ordenada, assim estão definidos os objetivos específicos: Verificar os procedimentos e normas existentes em relação aos bens patrimoniais; investigar os procedimentos atualmente adotados por servidores responsáveis por bens; analisar procedimentos executados pelo setor responsável; identificar os desafios do setor de patrimônio e dos detentores de bens no processo do controle patrimonial e desenvolver um produto educacional com orientações sobre procedimentos legais de controle, formas práticas de gestão, controle e uso do material, e do risco de responder legalmente pelo uso inadequado do material ou sua falta.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A finalidade de trabalhar esse tema é contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis na instituição, de forma que possa refletir na qualidade das atividades de ensino, além de trazer benefícios financeiros para a instituição, o que ocasionará, conseqüentemente, benefício para sociedade.

O Campus Alegrete é uma das unidades mais antigas do IFFar e, nesse sentido, possui experiências de condutas e procedimentos relacionados ao uso do material. No entanto, com mudanças da legislação e chegada de novos servidores é importante estar sempre revendo e atualizando questões relacionadas ao setor.

Como estamos tratando de materiais patrimoniais de uma instituição de ensino técnico e tecnológico, onde temos aproximadamente 30.000 itens cadastrados em uso para atender a formação do aluno, há necessidade de um rigoroso processo de controle para manter esse material devidamente organizado, objetivando sua integridade e disponibilidade.

Nesse sentido, percebendo a necessidade de encontrar soluções para melhorar a eficiência do processo, surgiu a oportunidade de, através da pesquisa, encontrar respostas para as questões relativas ao controle de material.

A oportunidade de trabalhar esse tema de pesquisa se deu com meu ingresso no programa de mestrado do ProfEPT (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), programa que tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto à produção de conhecimento como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas, com a finalidade de contribuir com os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento social, cultural e econômico do cidadão.

O presente trabalho vincula-se à linha de pesquisa, **“Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”**, que trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais.

Como servidor de uma instituição pública de ensino, que tem por objetivo a formação de pessoas para a vida profissional e social, somos, em parte, responsáveis pelo processo de formação desses indivíduos.

[...] todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, técnicos, funcionários e tantos outros são todos trabalhadores em educação. Suas atuações na escola devem ser integradas pedagogicamente, tendo o reconhecimento da escola enquanto ação educativa (Pacheco, 2011, p. 08).

Imbuído da responsabilidade de servidor em uma instituição educacional pública e atualmente lotado no setor de patrimônio, procuro, com minha experiência, contribuir para um ensino de melhor qualidade.

Ingressei no Campus Alegrete através de concurso público realizado em 2014 e entrei em exercício em 23/06/2014 no cargo de Operador de Máquinas Agrícolas, no setor de Mecanização Agrícola, no Laboratório de Ensino Pesquisa Extensão e Produção (LEPEP) que é vinculado à Diretoria de Pesquisa Extensão e Produção (DPEP). Permaneci trabalhando nesse local até 08/10/2018, período que além de desenvolver minha atribuição do cargo, fui também responsável por termo de responsabilidade, ou seja, responsável pelo patrimônio e todo o equipamento agrícola (tratores, implementos, e material de manutenção tipo chaves e material de oficina) estavam sob minha responsabilidade, manutenção e guarda.

Nessa condição de responsável, em muitas situações embaraçosas me envolvi com colegas (técnicos administrativos e docentes) que estavam acostumados com a falta de controle do material e quando precisavam, simplesmente entravam no setor e “pegavam”, queriam que atendesse suas demandas com “urgência”, mesmo sem planejamento e solicitação em tempo hábil para suas atividades.

Além disso, também tive problemas com chefias, que entendiam exercer a gerência do material sob minha responsabilidade, bem como alguns casos de alunos que entendiam que, por o material ser público e estar ali para uso em prol de suas atividades, era material de “todos”, que poderiam dispor dele da forma que bem entendessem. Essas questões fazem parte de uma cultura que precisamos rever, no sentido de nos adequarmos às normas e legislações para preservar os bens patrimoniais. Através dessas experiências, é necessário que se aprofundemos a temática e busquemos proporcionar conhecimento e reflexão, a fim de sensibilizarmos o assunto em nível de instituição.

Em 2018, entrei com um processo de readaptação por motivos de saúde, e passei a executar atividades administrativas, no setor de Patrimônio do Campus, atuando como coordenador substituto, auxiliando a coordenadora.

São inúmeras situações de pequenas irregularidades que podem ocorrer e tornarem-se um grande problema administrativo, são movimentações de materiais de uma sala para outra, de um setor para outro sem a devida informação ao setor de Patrimônio, que em alguns casos pode gerar extravio do material, causando um processo administrativo para o responsável. Além de gerar um trabalho extra ao setor que tem que dar o devido encaminhamento inicial ao processo, também sobrecarrega todo o quadro funcional, pois além dos servidores do setor, há o gestor

(chefia), colegas que são designados para compor comissões de investigação, podendo evoluir para um processo administrativo (PAD), envolvendo ainda mais servidores, que poderiam estar se dedicando as suas atividades normais.

Dessa forma, vivenciei as duas extremidades em relação ao uso do material, a de ser cobrado para executar o controle como detentor de termo de responsabilidade de bens, e a de quem tem a responsabilidade e dever de cobrar os detentores de termos.

Ao final desta pesquisa, objetivando contribuir para um processo de gestão patrimonial mais eficaz e também contemplar as diretrizes curriculares do curso, foi desenvolvido um produto educacional, no intuito de informar e orientar os servidores de modo geral, sobre os procedimentos corretos e legais, em relação ao uso, movimentação e controle dos materiais. Dessa forma, acreditamos que o resultado desta pesquisa contribui para ampliar o conhecimento relativo ao processo, o desenvolvimento de boas práticas de controle e o auxílio para o desenvolvimento das atividades educacionais.

## 1.2 ESTADO DO CONHECIMENTO

A investigação por trabalhos já realizados tem o objetivo de auxiliar a encontrar respostas para o problema de pesquisa.

De acordo com Marília Costa Morosini:

No meu entendimento, estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (Morosini, 2015, p.102).

Nesse sentido, na busca por estudos anteriores para uma maior reflexão sobre o tema, buscamos, em quatro bancos de dados, trabalhos científicos que tratassem sobre o tema do presente estudo. Foi realizada uma pesquisa, com o objetivo de verificar a relevância do tema “bens patrimoniais móveis públicos”, também chamados de “bens materiais móveis” em trabalhos de pesquisa realizados nos últimos cinco anos (2018 até 2022), objetivando identificar trabalhos com foco principal na importância que os materiais móveis permanentes têm para os órgãos

públicos brasileiros, em específico para o desenvolvimento do ensino e para uma melhor gestão dos mesmos.

Como o resultado apresentou um número muito expressivo para análise, foram utilizadas as palavras chaves entre aspas para selecionar trabalhos em que estas estivessem juntas e também com as mesmas no título do trabalho, como forma de selecionar trabalhos mais relacionados com o objetivo desta pesquisa. Dessa forma, chegamos a um número de trabalho possível de ser analisado para verificar a relação com o objetivo da pesquisa.

Para selecionar os trabalhos nos bancos de dados de produção científica – SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e o Banco de Dados da Capes - foram utilizadas as seguintes palavras chaves: bens públicos; bens materiais públicos; bens móveis públicos; bens patrimoniais públicos; patrimônio público; gestão patrimonial; Controle de bens materiais.

O quadro a seguir demonstra, na coluna “resultados”, o quantitativo de resultado da pesquisa, utilizando as palavras chaves na coluna “relacionado ao tema”, o quantitativo de resultados que tem relação com o tema da pesquisa, na coluna “relação direta”, o quantitativo de resultados que tem relação direta com a pesquisa no aspecto de levantamento de dados relacionados à gestão e controle do patrimônio móvel e, na coluna “relação com o foco”, refere-se ao quanto os bens são importantes para o desenvolvimento do ensino.

Quadro 1 - Produções científicas por banco de dados pesquisados.

Palavra-chave - bens públicos				
Bancos pesquisados	Resultados	Relacionado ao tema	Relação direta	Relação com o foco
SCIELO	21	0	0	0
Goole Acadêmico	142	1	1	1
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	62	0	0	0
Banco de Dados da Capes	94	0	0	0
Palavra-chave – bens materiais públicos				
Bancos pesquisados	Resultados	Relacionado ao tema	Relação direta	Relação com o foco
SCIELO	0	0	0	0
Goole Acadêmico	0	0	0	0

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	76	0	0	0
Banco de Dados da Capes	0	0	0	0
Palavra-chave – bens móveis públicos				
Bancos pesquisados	Resultados	Relacionado ao tema	Relação direta	Relação com o foco
SCIELO	0	0	0	0
Goole Acadêmico	17	0	0	0
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	31	4	2	0
Banco de Dados da Capes	52	3	0	0
Palavra-chave – bens patrimoniais públicos				
Bancos pesquisados	Resultados	Relacionado ao tema	Relação direta	Relação com o foco
SCIELO	1	0	0	0
Goole Acadêmico	745	7	0	0
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	110	3	1	0
Banco de Dados da Capes	1	1	0	0
Palavra-chave – patrimônio público				
Bancos pesquisados	Resultados	Relacionado ao tema	Relação direta	Relação com o foco
SCIELO	23	0	0	0
Goole Acadêmico	45	7	1	1
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	48	0	0	0
Banco de Dados da Capes	34	0	0	0
Palavra-chave – gestão patrimonial				
Bancos pesquisados	Resultados	Relacionado ao tema	Relação direta	Relação com o foco
SCIELO	6	0	0	0
Goole Acadêmico	178	4	0	0
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	138	3	1	0
Banco de Dados da Capes	45	5	0	0

Palavra-chave – controle de bens materiais				
Bancos pesquisados	Resultados	Relacionado ao tema	Relação direta	Relação com o foco
SCIELO	44	0	0	0
Google Acadêmico	50	1	0	1
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	22	1	0	0
Banco de Dados da Capes	204	1	0	0

Fonte: SCIELO, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Dados da Capes. Elaborado pelo autor.

Como pode ser observado, existe um número significativo de pesquisas relacionadas ao tema, que tratam sobre as ferramentas e as ações desenvolvidas em função dos bens materiais. No entanto, são poucas as que têm como foco direto a importância dos bens materiais para o desenvolvimento do ensino. Se pensarmos, inicialmente, que para auxiliar na construção de conhecimentos do aluno, há a necessidade de um professor e um local, esse local, no mínimo, precisa de uma mesa e uma cadeira, isso seria o básico. Nos dias atuais, após anos de desenvolvimento tecnológico, praticamos o ensino com o suporte de inúmeros materiais e equipamentos em sala de aula e laboratórios, sendo esses materiais no setor público, muitas vezes, dependente de um cuidado mais eficaz, para poder ser utilizado com eficiência no desenvolvimento de atividades com o educando.

O quadro apresentado demonstra o quantitativo de trabalhos encontrados como as palavras-chave utilizadas. Em alguma combinação, repete uma das palavras, porque foi encontrado o mesmo trabalho em mais de uma das pesquisas, e também pelo fato de ter trabalhos que estão presentes em mais de uma plataforma.

Assim, foram encontrados 41 (quarenta e um) resultados e, para refinar o resultado, foi analisado individualmente cada trabalho, sendo selecionados 06 (seis) trabalhos na mesma linha de pesquisa, e apenas 03 (três) que pesquisam o quanto é importante o tratamento dado a esses locais e materiais, para o desenvolvimento do ensino.

No quadro 2, relacionamos os seis trabalhos que abordam a mesma linha de pesquisa, os quais buscam respostas sobre o tratamento que é dado ao patrimônio material.

## Quadro 2 - Produções científicas referentes ao tema da pesquisa.

**Título do artigo:** EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO TEMA TRANSVERSAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM OLHAR DOS PROFESSORES EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Instituição:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT).

**Ano de publicação:** 2022

**Autores:** Regiane de Souza Oliveira Farias; Mário Sérgio Pedroza Lobão

**Objetivo:** O presente estudo pretendeu identificar a existência ou não de algum processo de educação patrimonial (EP) no Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco, pelos docentes, junto aos alunos do Ensino Médio Integrado.

**Conclusão:** O estudo abordou, panoramicamente, a Educação Patrimonial como tema transversal no contexto do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e tecnológica (EPT), sob o olhar dos professores atuantes no Ifac, Campus Rio Branco. Assim, os dados coletados serviram para traçar o perfil daqueles profissionais e de como percebem a proposta, à luz de eixos temáticos, categorias, subcategorias, unidades de registro e de contexto, oriundos das respostas estabelecidas. Ao final da investigação, evidenciou-se a Educação Patrimonial afastada da prática profissional dos professores e, conforme os posicionamentos deles, é pertinente afirmar que ocorre o mesmo com os gestores da área de ensino e equipe pedagógica da instituição. Há, portanto, indícios de que a inserção de temas transversais, como é o caso da proposta deste estudo, ainda se mostra desafiadora no contexto da EPT. Realidade essa que não causa estranheza, ao considerar que a relação entre Educação e Patrimônio Público se encontra em estágio inicial no Brasil. Vejam-se, nesse sentido, as poucas produções científicas existentes que tentam aproximar as duas áreas. Além disso, os temas transversais, apesar de previstos há quase três décadas na legislação educacional brasileira, na maior parte das vezes, são concebidos em segundo plano, dependendo de projetos ou ações isoladas de alguns educadores e gestores.

Contudo, defende-se um processo de ensino e aprendizagem que introduza a Educação Patrimonial como tema transversal nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, uma vez que tende a potencializar os docentes a promoverem uma

educação nos moldes da integralidade. Frise-se que a educação integral, entre outros aspectos, se preocupa com cidadania, senso de responsabilidade e preservação dos bens públicos. Possibilidades estas a partir de ressignificações dos sujeitos quanto à memória, à identidade e ao pertencimento.

Para tanto, na perspectiva de melhorias, os professores necessitam receber incentivos institucionais, sobretudo, dos gestores de ensino e equipe pedagógica, para que trabalhem tal temática junto aos alunos. Nesse sentido, ambos os polos, docência e gestão, carecem de formações continuadas ou complementações pedagógicas para que consigam efetivamente inserir a Educação Patrimonial ao menos transversalmente. Ao mesmo tempo, é possível pensar em outras estratégias, como as que os próprios participantes da pesquisa apontaram, a exemplo da elaboração de projetos integradores, palestras, oficinas, rodas de conversa, bem como outras atividades que promovam a conscientização dos envolvidos.

**Título do artigo:** GESTÃO PATRIMONIAL EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

**Instituição:** Instituto Federal do Paraná IFPR, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT).

**Ano de publicação:** 2021

**Autor:** Regina Célia de Lima; Adriano Willian da Silva Pereira.

**Objetivo:** O presente artigo trata da análise da gestão patrimonial em duas instituições públicas de ensino, a Universidade Federal do Paraná-UFPR e o Instituto Federal do Paraná- IFPR. O principal objetivo da pesquisa foi mapear o processo de controle patrimonial dessas instituições. Traçou-se um quadro comparativo a fim de analisar os critérios adotados quanto à gestão patrimonial

**Conclusão:** Inúmeras dificuldades foram relatadas pelos respondentes quanto ao gerenciamento do patrimônio público. Embora se compreenda que a Gestão Patrimonial é, ainda, um tema muito recente no âmbito das Instituições Públicas de Ensino, está se encaminhando para que este processo tenha um olhar mais atencioso dos gestores, é um caminho de difícil acesso e compreensão para os servidores das Instituições pesquisadas, trabalho este, que apenas começou.

Observou-se pela análise que a cultura enraizada nos usuários do patrimônio público com a falta de cuidado ou o descaso, a falta de cooperação e o comprometimento dos servidores é um grande obstáculo encontrado pelos responsáveis no gerenciamento patrimonial nestas Instituições. Fato este bastante evidenciado nas respostas dadas pelos pesquisados.

A dificuldade em gerenciar o patrimônio público existe em ambas as Instituições, embora a diferença de tempo de vida, pois a UFPR é muito mais antiga, observou-se que os problemas e dificuldades se assemelham entre elas. As diferenças encontradas não se distanciam muito, demonstrando que resta ainda muito trabalho pela frente para que se dê a devida importância na tarefa de gerenciamento do patrimônio público.

Foi unânime entre os pesquisados em enfatizar que são importantíssimos cursos, palestras, treinamentos e capacitação constante dos servidores para que percebam a necessidade de prestar contas dos bens, pois além dos controles realizados nas Instituições, que são necessários para se dimensionar o acervo, ainda existe o ordenamento legal que obriga a execução desta tarefa. Esta prática depende muito da coesão de ideias e o esforço conjunto de todos os atores envolvidos, estabelecer métodos e metodologias, padronizar procedimentos, organizar o setor responsável pelo patrimônio e a compreensão deste processo todo.

Regular os procedimentos patrimoniais em Instituições Públicas de Ensino requer muito esforço de todos os agentes envolvidos, gestores, servidores, alunos e usuários dos bens públicos, para a implantação de mecanismos que oportunizem controles mais eficazes, melhorando sistemas informatizados, conscientizando as pessoas envolvidas que é de suma importância zelar pelos bens móveis, pois isto possibilitará às Instituições Federais de Ensino manterem sua missão de educar e sua infraestrutura patrimonial regularmente funcionando.

**Título do artigo:** SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO COMO FERRAMENTA PARA A ADMINISTRAÇÃO EFETIVA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

**Instituição:** Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni- Unidoctum  
Teófilo Otoni – MG.

**Ano de publicação:** 2019

**Autor:** JÂMÉRSON RAFAEL SANTOS.

**Objetivo:** [...] tem como objetivo evidenciar a forma de utilização dos Sistemas Integrados de Gestão por um ente público que pode contribuir para uma administração mais eficaz, agilizando processos e reduzindo, desse modo, custos operacionais e gerenciais à organização.

**Conclusão:** [...] Como principal objetivo, o trabalho buscou evidenciar que a utilização dos Sistemas Integrados de Gestão pode contribuir de forma significativa no que tange produtividade, gerenciamento, controle e fiscalização das atividades da administração pública, o que torna a organização mais ágil, transparente efetiva na execução dos seus recursos. Os resultados obtidos apontam que, além destes benefícios acima elencados, ainda é possível garantir a essa uma margem de possibilidades satisfatórias para a melhoria na gestão de seus processos organizacionais, onde a mesma auferir a capacidade de racionamento eficaz de seus insumos de acordo as necessidades efetivamente apresentadas, garantido a redução de esforços para alcançar os resultados esperados. Dessa forma, pode-se dizer que se tornaram imprescindíveis os Sistemas Integrados de Gestão para o gerenciamento das atividades e processos da administração pública em todas as suas vertentes, visto que são instrumentos fundamentais para os usuários da informação, tanto internos quanto externos, contudo, é evidente que, devido à interferência de ações humanas indesejadas ou errôneas, poderão apresentar insuficiência em determinado ponto específico. Apesar disso, é possível minimizar esse controverso por meio de investimento na formação dos colaboradores que realizam os registros dos fatos e atos organizacionais, pela padronização dos métodos e processos da entidade e ainda através da melhoria dos hardwares utilizados nas rotinas operacionais. Sendo essa uma possível área temática para o desenvolvimento de novos estudos, a implementação de técnicas e de procedimentos que permitirão ao serviço de controle interno impactar na redução dos custos operacionais e no equilíbrio das contas públicas.

**Título do artigo:** OTIMIZAÇÃO DO CONTROLE PATRIMONIAL: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE GESTÃO DE ATIVO IMOBILIZADO PARA O CONTROLE DO MATERIAL PERMANENTE NAS OM

**Instituição:** Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais EsAO - RJ.

**Ano de publicação:** 2019

**Autor:** AFONSO DE OLIVEIRA MARTINS

**Objetivo:** Este trabalho tem por objetivo encontrar oportunidades de melhoria e atualizações das práticas de gestão do ativo imobilizado praticadas nas OM do Exército Brasileiro, com enfoque no controle patrimonial dos materiais permanentes, por meio da aplicação de procedimentos padronizados que visem um melhor aproveitamento do material e do investimento feito nas aquisições destes, distribuindo, empregando, mantendo ou alienando-os quando for mais oportuno.

**Conclusão:** [...] Apesar de dispor de um sistema informatizado moderno (o SISCOFIS), que cumpre o papel do inventário patrimonial citado por Oda (2018), este é apenas uma ferramenta que permite a implantação de controles que irão garantir uma melhor gestão do imobilizado da OM.

Esses “controles” podem se traduzir em novas rotinas e procedimentos [...], podem vir a mitigar ou, pelo menos reduzir a frequência dos problemas levantados por esta pesquisa:

a) Determinar que os detentores de material carga, periodicamente, apresentem relatório, atestando a conformidade da sua carga com o que está escriturado no SISCOFIS [...].

c) [...] Conscientizar as chefias das seções sobre a importância de, quando da confecção de requisição para aquisição de material permanente, proceder uma cuidadosa pesquisa acerca das especificações mais adequadas do material que se faz necessário na seção, sem deixar de observar se as instalações físicas, elétrica e hidráulica possibilitam a instalação daquele material, evitando, dessa forma, o desperdício de recursos financeiros com a compra de equipamentos inadequados.

[...] Observa-se de maneira geral que, pelas razões expostas no decorrer desta pesquisa, o Regulamento de Administração do Exército necessita ser atualizado [...], mas para incluir também novos procedimentos [...]

[...] Encerrando este trabalho, resta concluir que, no decorrer desta pesquisa, foi possível constatar a veracidade das palavras de Oda (2018) ao salientar a importância de uma boa gestão do imobilizado, pois minimiza prejuízos financeiros, causados por perdas por falta de controle da localização, gastos extras por mau

uso ou falta de manutenção, furtos por parte dos colaboradores, e assegura que todas as decisões gerenciais sejam tomadas baseadas em informações corretas.

**Título do artigo:** ANÁLISE DO PROCESSO DE GESTÃO PATRIMONIAL NO IFPB CAMPUS PICUÍ.

**Instituição:** IFPB - Repositório Digital Trabalhos Acadêmicos e Técnicos  
Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização Campus João Pessoa  
:Gestão Pública (EAD/UAB).

**Ano de publicação:** 2019

**Autor:** Everton Pereira de Pontes.

**Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo analisar os procedimentos de gestão e controle patrimonial, que vai da entrada até o desfazimento do bem no campus Picuí – IFPB.

**Conclusão:** A partir dos resultados obtidos e apresentados na presente pesquisa, pode-se afirmar que a Gestão Patrimonial é ferramenta fundamental para o bom andamento do campus Picuí do IFPB.

A Gestão Patrimonial no campus Picuí, é um processo complexo, que vai desde a assinatura de um termo de reponsabilidade até o controle efetivo de entradas e saídas de cada sala ou cômodo do campus. Para a efetividade da Gestão Patrimonial dentro do campus, um importante aliado é o SUAP, ferramenta essencial no controle dos bens desde sua entrada até o desfazimento e consequente descarte.

Porém, um bom sistema e bons gestores não é o suficiente para um bom andamento da Gestão Patrimonial. As pessoas envolvidas e que possuem bens em sua custódia devem de fato se atentar para o manejo e transferências dos bens que estão em suas respectivas cargas. Com isso melhorar o controle de todo o sistema, fazendo com que cada dia o sistema esteja em consenso com a realidade.

[...] Verificou-se que os objetivos traçados na pesquisa foram atendidos, buscando fazer uma análise de como é gestado os bens patrimoniais no Campus Picuí do IFPB, desde a entrada, até o posterior desfazimento.

Sugere-se que seja criado um canal de comunicação entre os servidores com

carga e a Coordenação de Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais tendo em vista que um dos maiores problemas é a falta de comunicação entre esses dois polos. Além disso, capacitações periódicas, treinamentos, reuniões com os setores de patrimônio dos outros campi do Instituto para tratar de dúvidas, gargalos e possíveis padronizações de ações e procedimentos.

**Título do artigo:** ANÁLISE DO CONTROLE PATRIMONIAL DE BENS PERMANENTES EM UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

**Instituição:** Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

**Ano de publicação:** 2019

**Autor:** Elizabeth Carvalho Fernandes, Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro.

**Objetivo:** Este estudo objetiva analisar o controle de bens móveis de caráter permanente em um Instituto Federal brasileiro. Especificamente, buscou-se investigar como ocorrem as atividades relativas ao controle dos bens dentro de unidades gestoras da instituição, tais como o recebimento, a distribuição, a movimentação, os inventários e as baixas patrimoniais, e ainda apontar as dificuldades encontradas pelos servidores que executam as atividades dos setores de patrimônio.

**Conclusão:** [...] Constatou-se que o instituto federal analisado não faz uso de um manual de procedimentos para o desempenho das atividades da área de patrimônio, mas as suas unidades seguem ritos internos para o fluxo das tarefas que atendem satisfatoriamente aos servidores da área de acordo com o que a legislação recomenda.

Em relação à ferramenta de controle patrimonial, constatou-se que o sistema utilizado para o controle dos bens nas unidades não é único, pois existe o uso do sistema patrimonial SIGA-ADM e do sistema a base de planilhas do Excel, este último atende parcialmente às necessidades da área de patrimônio.

[...] Por conseguinte, considerando que administração dos bens deve ser regida obedecendo a um conjunto de normas e princípios, o descumprimento das recomendações da legislação traz implicações à gestão, que poderá vir a ser penalizada com o pagamento de multas e com a responsabilização dos gestores

públicos e servidores da área.

[...] No que diz respeito à gestão, existe a necessidade de disponibilizar ferramenta eficiente para o uso efetivo de sistema patrimonial informatizado, com as características indicadas pelos servidores da área e que atenda às exigências indispensáveis ao controle físico dos bens e aos registros contábeis; estruturar os setores de patrimônio e o espaço de trabalho; melhorar a comunicação entre os setores envolvidos com o processo de controle, como os de compras e contabilidade, aproximando-os da área de patrimônio; melhorar os incentivos para os coordenadores de patrimônio, considerando a sua participação no rol de responsáveis da instituição, e promover eventos educativos com objetivo de conscientizar os detentores da responsabilidade e/ou usuários dos bens.

[...] Além disso, este estudo contribui para reflexão teórica e prática do campo de estudos de gestão patrimonial, pouco explorado no meio acadêmico e profissional da gestão pública brasileira.

Fonte: SCIELO, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Dados da Capes. Elaborado pelo autor.

Nos seis estudos anteriores, pode ser constatada a necessidade de pensar ações para estimular uma educação patrimonial com objetivo de desenvolver a cidadania e o senso de responsabilidade e preservação dos bens públicos. Ainda, pode ser identificada a necessidade de melhorar processos de gerenciamento, atualização de sistemas e desenvolver ações para conscientizar da importância de zelar pelos bens móveis, assim como observar a legalidade das ações para minimizar riscos de responsabilização causada por deficiências na gestão.

No quadro 3, a seguir, citamos os três trabalhos que falam a respeito dos bens e sua importância para o ensino. Neles estão citados o título, instituição, ano de publicação, autor, objetivo, partes do resumo e conclusão desses trabalhos:

Quadro 3 - Produções científicas com o mesmo foco da pesquisa.

**Título da dissertação:** EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO TEMA TRANSVERSAL: CONTRIBUIÇÕES AO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE, CAMPUS RIO BRANCO.

**Instituição:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Campus Rio Branco, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT).

**Ano de publicação:** 2022

**Autor:** Regiane de Souza Oliveira Farias.

**Objetivo:** Esta pesquisa buscou identificar as percepções da equipe pedagógica e de docentes atuantes no Ensino Médio Integrado do IFAC, Campus Rio Branco para, a partir delas, elaborar material didático que possa ser utilizado na promoção da educação patrimonial como tema transversal, com ênfase na preservação do patrimônio público.

**Conclusão:** A abordagem do estudo condiz com a proposta de inserir a educação patrimonial (EP) transversalmente no Ensino Médio Integrado relativo à modalidade de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para tanto, centrou-se nas percepções dos gestores de ensino que atuam no Campus Rio Branco do Instituto Federal do Acre (Ifac) quanto à importância da preservação do patrimônio público.

Nessa intenção, a coleta de dados propôs mapear o perfil daqueles profissionais e de como vislumbram a proposta. A análise dos dados teve como roteiro mínimo a identificação de temas que, por sua vez, foram esmiuçados em categorias, subcategorias, unidades de registro e unidades de contexto, provenientes das respostas. Percebeu-se que a educação patrimonial não faz parte do planejamento e da execução de trabalho dos gestores da área de ensino e equipe pedagógica atuante no Ensino Médio Integrado do ambiente de pesquisa. Desse modo, sua inserção, à luz da proposta transversal de ensino, se revela desafiadora, servindo para igualmente constatar que os temas transversais são, de fato, pouco trabalhados no cenário educacional, realidade contrária às previsões contidas na legislação. A fim de superar os desafios, defende-se a concessão de espaços mais específicos para a EP como tema transversal no Ifac. Assim, caberia implantar uma política institucional com esse objetivo, a partir do incentivo das instâncias superiores às inferiores, a exemplo de uma diretoria de ensino às coordenações dos cursos técnicos integrados, ou o inverso, partindo-se das proposições dos coordenadores e diretores da área de ensino/equipe pedagógica para as instâncias superiores.

Julga-se que ações políticas devem ser acompanhadas de ações técnicas. Nesse

sentido, a fim de trabalhar a temática da melhor forma possível no processo formativo dos alunos, a instituição de ensino deve incentivar a criação de jornadas pedagógicas, projetos integradores, formações continuadas, oficinas, seminários ou atividades afins para gestores e professores. Defender a EP na última etapa da educação básica condiz com a oferta de uma educação mais integral, preocupada em formar o aluno cidadão, que respeita sua identidade, sua memória, seu patrimônio, que pertence a um contexto social e é igualmente responsável por ele. Materiais didáticos, que abordem a relação entre Educação e Patrimônio, embora escassos, são bem-vindos para dar suporte às ações políticas e técnicas. A Educação Patrimonial não pode ser vista apenas enquanto um meio de valorizar e cuidar da instituição educativa. Ela envolve, pois, um processo de formação para a cidadania no qual o patrimônio cultural deve ser visto como um bem público e uma forma de apropriação e construção da identidade sociocultural.

**Título da dissertação:** ANÁLISE DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA.

**Instituição:** Universidade Federal de Campina Grande UFCG – PB. (PROFIAP).

**Ano de publicação:** 2018

**Autor:** PAULO ANASTACIO LIRA FILHO.

**Objetivo:** O estudo que será apresentado tem como objetivo avaliar o uso e controle do patrimônio móvel da UFCG.

**Conclusão:** [...] Quanto aos depósitos, nestes foram encontradas algumas dificuldades, como ao espaço disponibilizado, quase sempre inapropriado, com limitações físicas, com mercadorias amontoadas muitas vezes de forma inadequadas, espaços improvisados, entre outros aspectos. [...] O terceiro objetivo foi levantar se os profissionais recebem alguma formação específica sobre gestão do patrimônio, e que se constatou que para a maioria dos entrevistados não teve. Para estes, a formação necessária se deu no dia-a-dia [...] Foi constatado, entre outros aspectos, a grande quantidade de bens inservíveis alocados em todos os campi e nos mais diversos locais possíveis destes. [...] Ainda foi possível notar que o trabalho que é efetuado nos setores de patrimônio é aperfeiçoado conforme os

funcionários adquirem experiências nas rotinas do dia-a-dia. Os problemas que surgem, sejam por alguma deficiência de conhecimento de rotinas ou por falta de algum subsídio essencial para o bom desempenho das atividades como um espaço físico adequado, são trabalhados para a resolução mais satisfatória possível. Infelizmente nem todas às vezes a solução encontrada é a melhor, como no acúmulo de bens inservíveis em lugares impróprios quando estes poderiam ser desfeitos, mas a alocação desses bens nestes lugares é feita para evitar outras situações mais problemáticas, como ter estes bens espalhados de forma indiscriminada nas mais variadas dependências dos campi ou que eventualmente estes sejam subtraídos da instituição por quem ache que por simplesmente estes esteja em desuso possam ser descartados de qualquer modo.

Diante de tudo o que foi exposto neste trabalho, como sugestão, poderia haver outras pesquisas sobre o tema, utilizando de outras metodologias, a fim de poder aprofundar o que se tem disponível na literatura e ainda ampliando a quantidade de informações disponíveis sobre setores de patrimônio de universidades públicas. Com isto pode encontrar melhores opções de procedimentos. [...].

**Título do artigo:** EXERCENDO A CIDADANIA NO CHÃO DA ESCOLA: APRENDENDO A CONSERVAR O PATRIMÔNIO PÚBLICO ESCOLAR

**Instituição:** Programa Ciência na Escola (PCE), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

**Ano de publicação:** 2022

**Autor:** Marilene Ferreira Lobo.

**Objetivo:** A experiência aqui apresentada foi vivenciada na Escola Estadual de Tempo Integral Bilíngue Professor Djalma da Cunha Batista no ano de 2017 com o objetivo de preparar o educando para o exercício da cidadania, despertando nele, através das ações desenvolvidas, a consciência de zelar o patrimônio público escolar, e assim contribuir na formação de uma sociedade mais justa e equilibrada, e conhecedora dos seus direitos e deveres.

**Conclusão:** A geografia nos permite analisarmos toda a relação do ser humano com o meio, permite também compreender como a sociedade impacta positivamente ou negativamente como o meio nos oferece alternativas de mudanças dessas relações. Temos a compreensão do espaço geográfico que

ocupamos, das interferências que provocamos é essencial para que o homem repense suas ações no presente e no futuro.

No decorrer do projeto foi conversado com alguns professores a respeito do desenvolvimento dos alunos em cada sala. Muitos afirmaram que em sua grande maioria eles mantinham o compromisso firmado entre a turma, e, quando havia alguma falha, sempre um aluno ou outro dizia: olha o nosso acordo de convivência, olha o nosso compromisso de exercemos nossa cidadania.

Na avaliação final feita com as orientandas e os representantes de cada turma foi colocado em evidência que a maioria dos alunos se comprometeu com o trabalho e que o resultado era visível até mesmo no comportamento deles, durante as aulas de outras disciplinas que aos poucos eles estavam compreendendo sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

A ação desenvolvida ao longo do projeto parece pouca, mas foi o pontapé inicial para uma nova realidade e certamente fará a diferença na vida de todos os envolvidos, pois levarão consigo ensinamentos acadêmicos e uma postura cidadã para atuar seja na vida social, intelectual ou no mundo do trabalho. Sempre que eles tiverem uma relação afetiva com um determinado espaço, a tendência será cuidar e zelar, pois ali é o “lugar” das suas relações cotidianas.

[...] A experiência aqui socializada entre os leitores visa trazer à tona a importância entre teoria e prática, evidenciando que os conhecimentos adquiridos devem sempre que possível ser associado a uma ação ativa de maneira impactante, para que os discentes consigam fazer associações e assim melhorar a aprendizagem.

Fonte: SCIELO, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Dados da Capes. Elaborado pelo autor.

Como pode ser observado nos trabalhos citados, verificamos que trazem diversas situações relacionadas a deficiências em relação ao uso dos materiais, mas também relatam ações positivas. No entanto, como a intenção foi de verificar quanto esse tema é trabalhado na área acadêmica, e os gargalos do processo, vamos nos centrar na avaliação do desenvolvimento do processo e nas deficiências relatadas.

Essas deficiências podem ser supridas, muitas vezes, através de um manual com orientações para facilitar o processo, contudo o trabalho é executado cumprindo satisfatoriamente as demandas de acordo com a legislação, quanto aos sistemas como ferramentas para auxiliar, atendem parcialmente às demandas dos setores de patrimônio. Na maioria dos relatos, essas pesquisas salientam que a gestão deve

considerar a orientação dos servidores que atuam no patrimônio para atualizar as ferramentas de tecnologia para auxiliar, com eficiência, no controle dos materiais.

A maioria das pesquisas mostra a importância da gestão patrimonial como ferramenta para o bom andamento da instituição e a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam na área. Também, mostram que não são suficientes apenas bons sistemas atualizados e de última geração e bons gestores, se as pessoas envolvidas e que utilizam esse material não informarem sobre sua movimentação. Por isso, acreditamos que uma boa comunicação é essencial para melhorar os resultados.

No entanto, o processo só será eficiente se todos se responsabilizarem e a gestão promover capacitações aos servidores envolvidos no processo. A boa gestão na aquisição dos materiais e no controle também é fundamental, pois minimiza os prejuízos com desperdício de verbas, extravio e manutenção de material.

O tema gestão patrimonial é muito recente em nosso país e por esse motivo há a necessidade de mais discussões a respeito. Embora a educação patrimonial esteja prevista em legislação para seu desenvolvimento como disciplina na educação, ela está focada nos bens patrimoniais referentes ao patrimônio histórico e cultural do país, pouco se aborda em trabalhos, ou se orienta como disciplina nas escolas, esse tema relacionado ao patrimônio material referente aos bens materiais que dão suporte a todas as atividades no dia a dia das instituições.

Com relação a como esse tema está sendo pesquisado na área acadêmica, observamos a pouca exploração do mesmo e, pelo relato de alguns desses trabalhos, verificamos a necessidade de uma maior discussão a respeito da temática no setor público brasileiro.

O tema educação patrimonial, nos trabalhos encontrados, refere-se ao patrimônio cultural e artístico, embora o termo patrimônio, em seu contexto geral, abranja todo e qualquer bem público. Ainda assim, é deixado de lado por muitos gestores e, principalmente, pela área pedagógica, ficando à mercê da iniciativa de alguns educadores que promovem atividades relacionadas. Assim, através da sensibilização dos alunos sobre seu dever como cidadão, procuram promover a conservação e, dessa forma, acabam auxiliando a desenvolver um sentimento de responsabilidade com o que é público, com o que serve a todos.

A seguir, apresentamos o referencial teórico que embasa a presente pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho é uma categoria social estruturante que produz a própria condição humana e representa o desenvolvimento da humanidade. É o processo que diferencia o homem do restante dos animais, inicia quando o ser, através dele, produz sua própria subsistência, ou seja, à medida que é produtor de suas próprias necessidades. Assim, o trabalho passa a ser expressão do próprio ser.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (Marx; Engels, 2007, p.10).

O ser humano se diferencia dos outros seres pela sua forma física e também psíquica, a qual lhe faz racional, dando condição de pensar, raciocinar e planejar, fazendo com que possa idealizar e realizar seus objetivos. Esse diferencial dos demais animais é o que lhe faz humano e assim se utiliza dos recursos da natureza para produzir meios para seu desenvolvimento, cria e desenvolve condições para lhe auxiliar a evoluir em sua trajetória como ser nessa interação entre homem e natureza.

O homem é natureza e também detentor do poder de usá-la para produzir e modificar seu meio, tendo a capacidade de evoluir no transcorrer do tempo, o homem de hoje é diferente do de ontem e provavelmente do de amanhã, fato que não ocorre com os demais seres na natureza.

Lucaks (2018, p. 11, 12) atribui a Engles, por considerar o trabalho como motivador do desenvolvimento humano do homem, através de um salto ontológico que transcende a esfera do orgânico, transição que ocorre em um período longo, provocando uma mudança qualitativa e estrutural do ser. Para isso, exemplifica ao comparar as mãos do homem com as do macaco, as quais têm o mesmo número e a mesma disposição geral dos ossos e músculos, mas jamais as mãos do macaco serão capazes de construir um macaco de pedra, ou na comparação em Marx, onde destaca o trabalho da aranha e o da abelha, ambas com obras de dar inveja ao

melhor dos arquitetos, mas nenhuma delas tem a capacidade de idealizar a teia ou o favo em sua cabeça antes de materializá-los.

Esse é o diferencial na evolução dos humanos, a capacidade de imaginar e idealizar um trabalho.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (Marx, 1996, P.297-8).

Nesse sentido o trabalho é a mais pura característica humana do ser, através dele o homem se identifica e se diferencia do resto da natureza, pois é através do trabalho que o homem traça seus objetivos e busca sua concretização, faz sua história. Através do ato do trabalho, cria condições para a concepção dos meios para realizar seus ideais e se humaniza, transforma-se, desenvolve-se e se socializa com os demais, promovendo sua evolução como ser humano social.

O trabalho tem, portanto, quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em seu ir-sendo e em seu vir-a-ser, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido amplo (Antunes, 2009, p.142).

Partindo da perspectiva que o trabalho é uma categoria ontológica fundamental da existência humana e pelo trabalho que o ser humano se destaca em relação aos demais seres vivos, percebemos que no próprio desenvolvimento do trabalho o ser humano adquire conhecimento e se transforma. Para esse processo se desenvolver, entre a ação e o resultado, existe um método, um meio de ligação, uma pedagogia aplicada, planejada ou não, mas que é responsável pela condução do aprendizado. Desse modo, percebemos o sentido pedagógico que o trabalho exerce sobre o ser humano.

Assim, o trabalho enquanto atividade humana proporciona interação e sociabilidade em um grupo de pessoas, com troca de experiências e conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento do grupo.

Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo (Antunes, 2009, p. 143).

O trabalho, sendo um elo entre o ser a seu desenvolvimento, tem um sentido de condutor de conhecimentos e, assim, adquire um sentido pedagógico, bem como os espaços onde este é desenvolvido e os indivíduos ali envolvidos.

A palavra “pedagogo” significa CONDUTOR (aquele que leva alguém para um novo processo educativo). A pedagogia é a ciência que trata da educação, sobretudo dos processos de condução de alguém para novos saberes, novos valores, para o aperfeiçoamento humano. O lugar onde se trabalha ou se exerce determinada função é um espaço educativo, pedagógico, ou seja, o lugar onde trabalhamos é também uma escola, um lugar de educação e aquele que exerce uma responsabilidade de chefia é um pedagogo, um educador (Arroyo, 1997, P. 61).

Nesse sentido, considerando a capacidade pedagógica do trabalho, faz-se necessário buscar o reconhecimento dos espaços institucionais e também dos profissionais que atuam nesses espaços, que não estão diretamente envolvidos no desenvolvimento do ensino, como espaços e sujeitos responsáveis e, em muitos casos, fundamentais para que esse se desenvolva.

Dando continuidade a esse referencial, que embasa a discussão em sua totalidade voltada à educação, em uma instituição que tem por objetivo a educação profissional e tecnológica, é necessário continuar a dialogar sobre o trabalho como princípio educativo. Tema tão importante e ainda pouco discutido.

Durante a minha formação profissional, a temática para o trabalho como princípio educativo não foi vivenciada. A aproximação ocorreu ao ingressar no Mestrado Profpet e provavelmente uma grande parcela da sociedade também é alheia ao tema e ao significado dele.

O trabalho como princípio educativo é uma relação não muito fácil de compreender, uma vez que trabalho no sentido original da palavra, segundo ALBORNOZ (1994, p.10) tem origem do latim “*tripalium*”, nome dado a um instrumento feito de três paus utilizado por agricultores no trado de cereal, e também passou a ser usado para amarrar e torturar escravos, adquirindo, também, um significado no campo semântico da tortura.

De acordo com Castaman e Rodrigues (2020, p. 309), o sentido do trabalho na visão unilateral para o mundo do trabalho, é que o indivíduo precisa ser formado com uma visão ampla da vida em todos os sentidos, não apenas adestrado para executar uma ou outra atividade específica, a fim de suprir necessidades do mercado. O trabalho deve ser relacionado à realização humana e não à sua negação, sendo relacionado à “tripalium” (tortura).

Essa questão nos faz pensar, como questiona Frigotto (2005, p. 1) [...] Como pode ser educativo algo que é explorado e, na maior parte das vezes, se dá em condições de não escolha? Como extrair positividade de um trabalho repetitivo, vigiado e mal remunerado?

Acredito, como trabalhador que, realmente, é muito difícil parar e refletir a respeito de algum outro significado do trabalho, pois a maioria deles está à margem do mínimo de conhecimento, até mesmo de seus poucos direitos assegurados por lei, e muitas vezes nem esses direitos são cumpridos e sequer o sujeito os cobra, pelo simples fato de o trabalhador se ver em uma situação de necessidade de se manter no trabalho.

Nesse sentido, é necessário desenvolver meios e ações que promovam a disseminação desse significado positivo do trabalho para a sociedade, que possamos compreender o trabalho como princípio educativo, onde esse proporcione a humanização, a socialização e o desenvolvimento do ser enquanto indivíduo integrante de uma sociedade.

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 20).

O sentido educativo do trabalho deve ser educar para uma consciência capaz de dar ao ser um conhecimento amplo do mundo, a capacidade de fazer reflexões a respeito do sentido real do trabalho humano e suas perspectivas de se desenvolver em seus aspectos sociais, culturais e econômicos.

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa.

O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 29).

O trabalho como sentido educativo relaciona o indivíduo e sua cultura humana, com objetivo de contribuir para o desenvolvimento da própria humanização do educando, que seja capaz de potencializar seus aspectos criativos e educativos em suas relações sociais.

Assim, pensar o trabalho como princípio educativo em nossa instituição é imprescindível para todos os servidores, tendo em vista que nos espaços do IFFAR podemos aprender a trocar ideias e sermos vistos como educadores.

Dessa forma, o presente trabalho visa proporcionar a reflexão sobre o setor de Patrimônio no intuito de reconhecê-lo como espaço educativo fundamental para o funcionamento da instituição.

Dando prosseguimento à pesquisa, apresentamos uma breve contextualização da Educação Profissional no país.

## 2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

Como ação governamental, iniciou-se, no Brasil, no início do século passado, um movimento de implantação da educação, com a finalidade de preparar jovens e adultos para o mundo e para o trabalho.

[...] desde o início do século XX, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, havia a evidência histórica da introdução do trabalho (das oficinas, do artesanato, dos trabalhos manuais) em instituições educacionais. E existia a experiência socialista do início do mesmo século, introduzindo a educação politécnica com o objetivo de formação humana em todos os seus aspectos, físico, mental, intelectual, prático, laboral, estético, político, combinando estudo e trabalho (Ciavatta, 2008, p. 410).

No entanto, devido ao interesse do capitalismo, a ideia inicial não se sustentou e acabou não atendendo à proposta original do trabalho como princípio educativo.

Tendo por base as exigências do sistema capitalista, a educação profissional modelou-se por uma visão que reduz a formação ao treinamento para o trabalho simples ou especializado para os trabalhadores e seus filhos (Ciavatta, 2008, p. 413).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no Brasil, está em movimento há mais de um século, quando, em 1909, o então Presidente da República, Nilo

Peçanha, criou 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909 que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs).

A educação, no Brasil, vem se desenvolvendo e sofrendo alterações conforme a ideologia política dos Governos Federais e o interesse dos grupos dominantes no poder. Dessa forma, a educação profissional, no início voltada ao desenvolvimento social cultural humano e para o mundo do trabalho, passa a ser promovida para o desenvolvimento econômico no interesse do capitalismo.

Com uma nova mudança na composição do Governo, a partir do ano de 2003, com um novo viés ideológico, voltado à construção de uma sociedade socialmente justa e democrática, ressurgiu o ideal propósito da educação profissional no país, reestruturando-se uma nova Rede Federal de Educação.

Parte dessa reestruturação se deu devido à institucionalização de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) em 2008, através da lei nº 11.892, que criou uma rede com 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 02 Centros Federais de Educação Tecnológicas, o Colégio Pedro II, 24 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dessa forma, nascem os Institutos Federais, os quais possuem, dentre outros objetivos, ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Em 2011, uma nova ampliação na rede se consolidou com mais 208 novas unidades, a expansão da RFEPCT continuou com sua vinculação ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Atualmente, a RFEPCT atua em todas as Universidades Federais do país, contando com 562 unidades, atendendo à educação básica, superior e profissional, oferecendo cursos em várias modalidades na forma presencial e a distância, contemplando cursos que vão do ensino médio à pós-graduação. Com o objetivo de desenvolvimento institucional e profissional, após criterioso estudo realizado por iniciativa da SETEC/MEC, constatou-se a necessidade de se criar um programa para atender a uma grande demanda por qualificação do quadro de servidores.

Para atender a demanda exposta, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica (CONIF), com apoio da SETEC/MEC, incentivou a proposta de criar um programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). O Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Farroupilha teve início, na instituição, no segundo semestre de 2017. O programa conta com 40 Institutos Federais de Educação filiados, tendo como sede do programa o Instituto Federal do Espírito Santo.

Os Institutos Federais cumprem importante objetivo, contribuindo no combate às desigualdades, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, focado na educação profissional e tecnológica, objetivando a formação acadêmica e preparação do cidadão para o mundo do trabalho.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa (Pacheco, 2011, p. 12).

Nesse sentido, os Institutos Federais vêm para atender uma demanda social por igualdade, no desenvolvimento humano e profissional e valorização da cultura local, proporcionando aos indivíduos uma educação emancipadora de qualidade.

Os Institutos Federais são resultado de uma política pública de Educação voltada para a Educação Profissional e Tecnológica, que traz uma proposta de educação emancipadora, objetivando desenvolver, no educando, o pensamento crítico, ao abranger as áreas técnicas e política na relação entre trabalho e educação, o que proporciona, ao educando, uma formação integral. Além disso, os institutos buscam desenvolver a educação de forma que garanta aos sujeitos um desenvolvimento nas suas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural.

Essa abordagem entende que a escola tem um papel mais amplo, indo além de ofertar conteúdos, e sim com foco na centralidade do estudante, aprendizagem permanente, perspectiva inclusiva e gestão democrática.

A educação integral já é tema de discussão no Brasil há quase um século. Em 1932, foi tema do Manifesto dos Pioneiros da educação Nova, que aborda essa nova concepção com objetivo de promover o desenvolvimento dos sujeitos em todas as

dimensões, indo além do desenvolvimento intelectual. Essa concepção foca, também, no aprimoramento de habilidades físicas, emocionais, culturais e sociais.

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento", de acordo com certa concepção do mundo (Azevedo et al., 1932, p. 191).

Nesse sentido, os Institutos Federais têm como missão a proposta de oferecer uma educação integral ao sujeito. Pacheco (2015) traz entre os pressupostos dos Institutos Federais, a formação humana e Integral do ser humano, com a finalidade de superar dualidade produzida pela divisão social do trabalho, que promove a formação voltada ao “treinamento” para a simples execução de tarefas.

Trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao “treinamento” para a execução de determinadas tarefas. Antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí. Essas relações ocorrem dentro de um determinado processo histórico onde o trabalho em busca da satisfação das necessidades materiais e subjetivas possibilita ao ser humano construir novos conhecimentos (Pacheco, 2015, p. 29).

No que diz respeito ao IFFar, destacamos sua missão institucional, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável (PDI-IFFAR, 2019 - 2026, p. 23).

Dessa forma, o IFFar vem ofertando formação ao aluno, buscando seu desenvolvimento total e promovendo sua formação técnica, cultural e social para estar apto a se inserir no mundo do trabalho com capacidade de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade justa e democrática.

O IFFar é uma das unidades dos Institutos Federais, composto por 11 (onze) Campis e a Reitoria. Inicialmente, o IFFar se formou através da união da Escola Agrícola Federal de Alegrete (EAFa), do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de

Castilhos, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Santo Augusto que, anteriormente, pertencia ao CEFET de Bento Gonçalves, sendo o Campus Alegrete uma de suas unidades, com a denominação de Instituto Federal Farroupilha Campus Alegrete.

O Campus Alegrete, uma das unidades mais antigas do IFFar, teve sua origem da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, criada em 1954 através de acordo entre a União e o Governo do estado do Rio Grande do Sul (DOU. Seção 1. 13/03/53) para atender jovens da colônia de Passo Novo. Em 1961, a responsabilidade administrativa da escola vem a ser exclusivamente da secretaria de Educação e Cultura do estado do Rio Grande do Sul, passando a se chamar de Colégio Agrícola de Alegrete. Em 1968, o Colégio foi transferido para a coordenação da Universidade Federal de Santa Maria e, em 1979, através do decreto (83.935, de 04/09/1979), o Colégio teve sua denominação alterada para Escola Agrotécnica de Alegrete. Já em 1985, através do decreto (91.005, de 27/02/1985), a Escola passou a pertencer à Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário e teve sua denominação alterada, passando a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Alegrete.

O Campus Alegrete está por completar 70 anos de atividade em 2024 e, atualmente, conta com, aproximadamente, 1400 alunos matriculados e ativos. O Instituto Federal Farroupilha - Campus Alegrete oferece oportunidades de qualificação para toda a comunidade da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, e a alunos de outros estados do país.

Na atualidade, no Campus Alegrete, é ofertado 14 cursos presenciais e 1 a distância. Em nível médio, são ofertados os cursos técnicos nas modalidades Integrado, Subsequente e PROEJA (Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional Tecnológica). Em nível superior, há a oferta de cursos de graduação nas formas de bacharelado, licenciatura e tecnologia e também cursos de pós-graduação *lato sensu* - especialização. Também, oferece cursos de formação continuada e extensão (PDI IFFAR, 2019; 2026).

Dessa forma, o IFFar promove ensino verticalizado, além de seu espaço institucional, fomentando a educação em espaços não formais de educação, com objetivo de ampliar a capacidade para formação e desenvolvimento da comunidade.

## 2.3 OS ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS NA EDUCAÇÃO

É relevante destacar o papel dos Institutos Federais no contexto social, pela forma como agrega conhecimento para a sociedade, no sentido de desenvolver uma educação dentro e fora do espaço institucional. Na atualidade, muito se discute a educação e sua forma de oferta à sociedade, que pode ser formal e não formal, ou seja, o aprendizado do aluno pode acontecer dentro ou fora dos limites da escola, como acontece quando em desenvolvimento de projetos de extensão, dias de campo, e os períodos de estágios. Pacheco (2011, p. 8) afirma que [...] “a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal. Ela resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da sociedade pela ação do conjunto das organizações em geral”.

Nesse sentido, o conhecimento passa a ser adquirido em outro ambiente, com a interação de outros indivíduos e espaços físicos distintos dos da instituição. A educação não formal pode ser desenvolvida através de diversas atividades em vários espaços fora do ambiente escolar, proporcionando ao indivíduo um convívio interativo, que possibilita a formar um conhecimento amplo no sentido de uma consciência cidadã e desenvolvimento profissional, humano e social.

Para Gohn,

a Educação não formal designa um processo com várias dimensões, tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc” (Gohn, 2006, p. 2).

Concordamos com Gohn quando afirma que a Educação não formal:

“capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e Justiça Social quando presentes num dado grupo social fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural, é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano

para a civilidade em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc” (Gohn, 2006, p. 29-30).

A autora também faz referência aos espaços que se desenvolve a educação nessa dualidade de concepções, os espaços formais estruturados em áreas normatizadas, regulados por regras, onde se cumprem regulamentos e legislação, deve se obedecer a comportamentos pré-estabelecidos. Já os espaços não formais se caracterizam por ambientes interativos onde é construído com coletividade, obedecendo aos hábitos dos grupos, com participação voluntária, onde acontece ou não os processos, com a livre escolha do indivíduo, no sentido de ação educativa para transmitir ou trocar conhecimentos.

Na educação formal estes espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Na educação não formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação) (Gohn, 2013, p. 16).

As várias situações e locais onde é possível serem desenvolvidas atividades educacionais fora dos locais formais, torna difícil definir esses espaços. Jacobucci (2008) salienta o quanto é complexo essa definição e sugere que, para se chegar a tal definição, busque-se antes o conceito de espaços formais:

No intuito de buscar uma definição para espaço não-formal, é importante conceituar o que é espaço formal de Educação. O espaço formal é o espaço escolar, que está relacionado às Instituições Escolares da Educação Básica e do Ensino Superior, definidas na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É a escola, com todas as suas dependências: salas de aula, laboratórios, quadras de esportes, biblioteca, pátio, cantina, refeitório (Jacobucci, 2008, p. 56).

Assim, percebe-se a dificuldade de conceituar e definir todos os possíveis espaços não formais de educação, pois uma atividade educativa pode ser desenvolvida em diversos ambientes, como presenciamos durante o período das aulas remotas devido à pandemia do COVID, quando as salas de aulas se transferiram para as casas dos alunos, percebendo-se, desse modo, através da tecnologia, a existência de muitos outros espaços possíveis. Assim como os espaços formais são escolas e instituições, os espaços não formais não contemplam escolas, mas podem contemplar também instituições. Dessa maneira, Jacobucci,

após definição de espaço formal de educação, sugere uma possível definição de espaço não formal:

Posto que espaço formal de Educação seja um espaço escolar, é possível inferir que espaço não formal é qualquer espaço diferente da escola onde pode ocorrer uma ação educativa. Embora pareça simples, essa definição é difícil porque há infinitos lugares não escolares [...]. Voltemos agora à tentativa de definir os espaços não-formais de Educação. Duas categorias podem ser sugeridas: locais que são Instituições e locais que não são Instituições. Na categoria Instituições, podem ser incluídos os espaços que são regulamentados e que possuem equipe técnica responsável pelas atividades executadas, sendo o caso dos Museus, Centros de Ciências, Parques Ecológicos, Parques Zoobotânicos, Jardins Botânicos, Planetários, Institutos de Pesquisa (Jacobucci, 2008, p. 56).

Nesse sentido, na atualidade, vivenciamos um período de grande diversidade de meios e formas de desenvolver e construir o conhecimento, podendo ser através de uma pedagogia formal ou não formal, em espaços também, formal ou não formal, independente do formato e espaço, o que realmente importa é que o conhecimento seja construído de forma interativa, onde todos os envolvidos ensinem e aprendam simultaneamente. Com esse viés, a EPT vem contribuindo no sentido de articular o desenvolvimento do conhecimento através da aproximação entre ciência, tecnologia, trabalho e educação, oferecendo várias oportunidades de aplicar metodologias de aprendizagem em diversas áreas de formação profissional, ao incentivar o intercâmbio de conhecimentos com diversos projetos dentro e fora do espaço institucional.

Nossos projetos pedagógicos têm de estar articulados, especialmente, com o conjunto de organismos governamentais ou da sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação dialética em que todos, somos educadores e educandos. Devem afirmar práticas de transformação escolar com o objetivo de construir diferentes propostas que apontem os elementos do novo mundo possível. Por essa via, compreende-se que a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal. Ela resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da sociedade pela ação do conjunto das organizações em geral (Pacheco, 2011, p. 8).

Com isso, a EPT tem um enorme desafio em relação à responsabilidade social no contexto da educação profissional, com os profissionais formados em suas diversas áreas e com a sociedade como um todo. Destacamos, ainda, a importância da EPT em contribuir com a expansão da capacidade de ação do indivíduo no contexto social, no ambiente de trabalho como profissional, e na capacidade de compreensão e participação política. Com essa expansão de ações que contribui com a formação integral de todos que buscam na EPT uma formação que

proporcione atuar de forma ética e competente, visando proporcionar mudanças com objetivo de satisfazer as necessidades principalmente da classe trabalhadora (Moura, 2000; Freire, 1986; 2000a e b; 2001).

Nesse sentido, há a preocupação no âmbito institucional de preservar e manter as estruturas que sustentam e auxiliam o desenvolvimento do ensino, no sentido de ir aprimorando os processos para que se mantenha a capacidade de desenvolver projetos, tanto internos em nível de instituição, como externos, através de parcerias e convênios com outros órgãos, instituições e iniciativa privada. Para isso, faz-se necessária a consciência de todos quanto ao hábito do bom uso dos materiais, independente da sua localização e propriedade.

#### 2.4 OS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS PERMANENTES E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO

Os bens materiais móveis permanentes ou também chamados de bens patrimoniais estão presentes em todos os espaços da instituição e, dessa forma, auxiliam no desenvolvimento das atividades educacionais. As atividades educacionais desde uma aula em sala de aula dependem dos bens mais básicos para sua realização, como por exemplo, cadeiras, classes e quadro.

Além disso, atualmente, com o desenvolvimento tecnológico, utilizam-se diversos equipamentos para auxiliar e desenvolver as atividades educacionais. Todo esse material e equipamento que integram salas de aula, laboratórios, bibliotecas e demais espaços são registrados e demandam de cuidado e controle dentro de uma instituição pública.

Este trabalho aborda um setor integrante da administração pública, mais especificamente a administração de material ou também denominado na área como bens materiais. Como mencionado anteriormente, a escolha por esse tema se deve a experiências do autor em sua vivência profissional na instituição.

A Administração Pública é a área responsável pela execução e gerência, que organiza as ações para o desenvolvimento das atividades desempenhadas pelo Estado em prol da sociedade, exercendo função política e administrativa.

Trata-se da própria gestão dos interesses públicos executada pelo Estado, seja através da prestação de serviços públicos, seja por sua organização interna, ou ainda pela intervenção no campo privado, algumas vezes até de forma restritiva (poder de polícia). Seja qual for à hipótese da administração

da coisa pública (res publica), é inafastável a conclusão de que a destinatária última dessa gestão há de ser a própria sociedade, ainda que a atividade beneficie, de forma imediata, o Estado. É que não se pode conceber o destino da função pública que não seja voltado aos indivíduos, com vistas a sua proteção, segurança e bem-estar. Essa a administração pública, no sentido objetivo (Carvalho Filho, 2017, p. 44).

O Instituto Federal Farroupilha Campus Alegrete é um Órgão Público integrante da estrutura do Estado com suas atribuições definidas por lei, exercidas por agentes públicos e com autonomia administrativa. Para Carvalho Filho (2017, p.46), [...] “pode-se conceituar o órgão público como o compartimento na estrutura estatal a que são cometidas funções determinadas, sendo integrado por agentes que, quando as executam, manifestam a própria vontade do Estado”.

Podemos conceituar órgãos públicos como unidades integrantes da estrutura de uma mesma pessoa jurídica nas quais são agrupadas competências a serem exercidas por meio de agentes públicos. Como se vê, órgãos são meros conjuntos de competências, sem personalidade jurídica própria; são resultado da técnica de organização administrativa conhecida como "desconcentração" (Alexandrino, 2011, p. 120).

Conforme preceitua o Art. 37 da Constituição Federal (CF) de 1988, (Brasil, 1988), os órgãos públicos de todas as esferas do governo brasileiro (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) devem funcionar amparados nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tais princípios são aplicados à administração pública direta e indireta, e sua observância é obrigatória para todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Como este trabalho aborda a gestão e controle dos bens móveis (bens patrimoniais móveis) do Instituto Federal Farroupilha Campus Alegrete, há a necessidade de resgatar o histórico dessa atividade no contexto geral da gestão administrativa brasileira, uma vez que a gestão de bens tem papel fundamental na eficaz aplicação de recursos financeiros e desenvolvimento das atividades funcionais dos órgãos públicos.

A administração pública, no Brasil, vem avançando, no sentido de aprimorar sua eficiência, com mais propriedade a partir da promulgação da lei 4.320, de 17 de março de 1964, que estabeleceu regras para a administração contábil e financeira, tendo como instrumento o orçamento público. Essa referida lei estabelece parâmetros para classificar o que é bem material e regulamenta seu controle e registros. (Brasil, 1964). Coadunando com essa lei, a portaria STN 448/2002 traz as características atribuídas para classificar o material permanente.

Com o processo da globalização da economia e com a necessidade de se alinhar aos padrões internacionais de contabilidade pública imposta pela Federação Internacional de Contabilidade (IFAC), objetivando informações contábeis transparentes, comparáveis e compreensíveis, independentemente de sua origem e localização, o Brasil vem, aos poucos, adaptando-se a esse contexto de controle mais austero da contabilidade pública. Com isso, a importância do controle patrimonial para atender as normas contábeis vem ganhando relevância nos órgãos públicos (CFC, 2017).

Os autores Bernardes (2008) e Santos (2016) destacam o avanço da gestão patrimonial nas últimas décadas na iniciativa privada e nas instituições públicas brasileiras, com o desenvolvimento de novos procedimentos na operacionalização das atividades de gestão patrimonial, investimentos em tecnologia de informação e comunicação, facilitando a interação entre os setores que operam na administração contábil. Destacam, também, a ocorrência de maior oferta de cursos para capacitação na área e a relevância dada por parte de dirigentes e administradores ao tema, no sentido da importância da prestação de contas aos órgãos de controle.

Considerando a relevância dos bens patrimoniais para os serviços públicos, em específico para nossa instituição, vamos tratar, neste trabalho, dos processos que são executados na movimentação e controle desse material, a partir da aquisição e seu cadastro como bem da instituição, seu uso, movimentação e extinção.

A gestão pública segue normatização regulamentada em leis, no caso dos bens patrimoniais desta instituição, a própria lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais em seu artigo 17 e define sua constituição patrimonial.

O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído: I - pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente; II - pelos bens e direitos que vier a adquirir III - pelas doações ou legados que receber; e IV - por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei (Brasil, 2008).

No setor público, os bens móveis ou materiais são classificados quanto à sua natureza em dois grupos: materiais de consumo ou materiais permanentes. De

acordo com a regulamentação da Lei de Orçamento nº 4.320, de 17/04/1964, no seu Art.15, § 2º, “Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente ou de duração superior a dois anos”.

O conceito da lei é reforçado pela Portaria STN nº 448, de 13 de setembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17.9.2002, que descreve material permanente, todo aquele material que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos. Ainda como fatores para identificação do material permanente, as seguintes características excludentes: durabilidade máxima de dois anos; fragilidade, sujeitando-o a perda de sua identidade; perecibilidade se modifica perdendo suas características normais de uso; incorporabilidade quando compõe as características de outro bem; e transformabilidade quando adquirido para fim de transformação. (Brasil, 1964; 2002).

Também, o decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, dispõe sobre a alienação, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequada de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Em seu artigo 3º, dispõe sobre a classificação do bem inservível.

Art. 3º Para que seja considerado inservível, o bem será classificado como:  
 I - ocioso - bem móvel que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não é aproveitado;  
 II - recuperável - bem móvel que não se encontra em condições de uso e cujo custo da recuperação seja de até cinquenta por cento do seu valor de mercado ou cuja análise de custo e benefício demonstre ser justificável a sua recuperação;  
 III - antieconômico - bem móvel cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência; ou  
 IV - irrecuperável - bem móvel que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação (Brasil, 2018).

Nesse mesmo decreto 9.373, em seu artigo 5º, regulamenta a transferência na modalidade de movimentação de caráter permanente, condicionando as seguintes situações:

I - interna - quando realizada entre unidades organizacionais, dentro do mesmo órgão ou entidade; ou  
 II - externa - quando realizada entre órgãos da União.  
 Parágrafo único. A transferência externa de bens não considerados inservíveis será admitida, excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente (Brasil, 2018).

Ainda no decreto 9.373, em seu artigo 6º, permite o reaproveitamento dos bens inservíveis para os órgãos e os irrecuperáveis e estipula que “Os bens móveis inservíveis ociosos e os recuperáveis poderão ser reaproveitados, mediante transferência interna ou externa”.

O 10º artigo deste mesmo decreto 9.373 também regulamenta a classificação e avaliação de bens, da seguinte forma: “As classificações e avaliações de bens serão efetuadas por comissão especial, instituída pela autoridade competente e composta por três servidores do órgão ou da entidade, no mínimo”.

Nesse sentido, para gerir os bens materiais móveis das instituições públicas, contamos com regulamentações que determinam a forma correta e legal de desenvolver as atividades, visando à legalidade e à responsabilidade que os agentes públicos devem ter em relação à sociedade, pois os bens representam parte do capital imobilizado da instituição que são adquiridos e mantidos através de recursos públicos.

O patrimônio é oneroso para a sociedade se tratado sem a atenção devida, pois tem valor monetário, tem custo, o próprio conceito de patrimônio público, expresso na Lei nº 4.717/1965, traz o entendimento de “[...] bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico” (Brasil, 1965). A própria legislação, portanto, expõe literalmente que patrimônio público é custo e investimento da União, Estados, Municípios, autarquias e empresas públicas.

Como os bens patrimoniais representam e são contabilizados no sistema contábil com valor mensurável em moeda, ao longo do tempo vêm sendo instituídas diversas leis que têm por finalidade proteger esse patrimônio: Lei de Improbidade Administrativa, nº 8.429/1992; Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000 e outras. Nesse sentido, é notória a necessidade de se desenvolver ações direcionadas a uma educação patrimonial no sentido de orientar os integrantes das instituições públicas, e em uma ação mais ampla que abranja a sociedade sobre a importância dos bens, de forma que repercute na formação do cidadão.

Nos últimos anos, é recorrente o termo Educação Patrimonial, contudo quando se fala em educação patrimonial no Brasil, esse tema se refere em sua amplitude ao patrimônio artístico e cultural do Brasil, que está referido no decreto 25/1937, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96, que garante aos estudantes um ensino diversificado voltado às características regionais

e locais de cada cultura. Esse tema é discutido e pesquisado em diversos trabalhos científicos direcionados ao patrimônio histórico e cultural do país.

No entanto, há pouco referencial sobre os bens móveis para uso didático e administrativos no dia a dia, como cadeira, mesa, computador entre outros, bens patrimoniais que estamos fazendo referência neste trabalho e que são de extrema importância para o ensino. Por isso, é importante que seja dada atenção a devida atenção sobre os bens móveis, de maneira que desenvolva ações destinadas a esse fim, que possam ser desenvolvidas transversalmente no currículo escolar, para conscientizar inicialmente nossos estudantes, futuros cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento de nossa sociedade.

Desse modo, é relevante discutir democraticamente questões relacionadas à depredação voluntária dos bens públicos e a depredação involuntária que ocorre por negligência, ou desinformação dos utentes dos bens. Para isso, é fundamental desenvolver e conscientizar o educando e a comunidade em relação à educação patrimonial com relação ao patrimônio material dentro das escolas para:

[...] evitar a depredação de bens da escola, que ao serem destruídos estarão causando prejuízos à sociedade, na medida em que podem escassear e atrapalhar o desenvolvimento das ações educativas. Muitas vezes, a falta de informações relacionadas à legislação e custeio, pode causar descaso com o patrimônio público escolar (Domingues; Silva, 2017, p. 3).

No Brasil, precisamos melhorar em relação ao tema gestão patrimonial, embora exista regulamentação específica a respeito desde a promulgação da lei 4.320 de 1964, o patrimônio público começou a receber mais atenção a partir do ano de 2009, com a instituição de novas leis e cobrança quanto à execução de controles. Essa demora em fazer valer a legislação, no sentido de exigência e fiscalização, é um dos motivos dos órgãos e setores públicos ainda terem dificuldades de manter seus materiais controlados, essa situação pode ser em função de um atraso na elaboração de legislação para regular e orientar a administração pública no trato com os bens materiais.

No Brasil, o Setor Público, a partir do exercício financeiro de 2009, adota o regime de competência, onde a despesa e a receita serão reconhecidas por critério de competência, utilizando a apropriação patrimonial, conforme descrito nas normas e regulamentos (Kohama, 2010, p. 32)

Para regular e normatizar o processo, existem leis, decretos e demais regulamentações que, no decorrer do tempo, vêm sendo instituídas, que regulamentam os diversos processos que são necessários para gestão e controle do material no setor público.

Nos Institutos Federais, os usuários dos bens são servidores técnicos administrativos, docentes, discentes e colaboradores. Em geral, a responsabilidade sobre esses bens é determinada aos coordenadores e chefes de setores, ou servidores efetivos que utilizam o espaço onde está localizado o material, mesmo que esses sequer os utilizem, mas por estarem designados como responsáveis por parte do patrimônio, são cobrados em relação ao controle dos mesmos.

A Constituição Federal, em seu Art. 70, parágrafo único, determina que “prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.” (Brasil, 1988).

Para nortear o efetivo trabalho na gestão do patrimônio a nível institucional e normatizar o processo relativo aos bens patrimoniais, considerando as necessidades e particularidades da instituição, o IFFar através da portaria 531/2010, de 13 de outubro de 2010, designou uma comissão de servidores para elaborar um regulamento com orientações e procedimentos para tratar dos bens patrimoniais da instituição.

Como resultado desse trabalho, através da Resolução AD Referendum nº 25, de 10 de maio de 2010, institui o Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Esse documento foi produzido com base na lei 8.666/93, Lei de licitações e contratos administrativos e em diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.

É comum, nos órgãos públicos, o setor de patrimônio estar vinculado ao almoxarifado, no caso do Campus Alegrete são setores com área física e gestão independente, organização administrativa amparada no artigo 6º, parágrafo único desse referido manual.

A critério de cada Campus ou consoante dispor o Regimento do Instituto Federal Farroupilha, poderá compor a unidade gestora de bens patrimoniais, além do órgão de Patrimônio, o setor de Almoxarifado,

Transportes, Serviços de Apoio ou equivalentes, constituindo a Gestão Integrada de Bens Patrimoniais (IFFAR, 2012, p. 9).

O setor do Patrimônio do campus é integrado pelo seu coordenador e um servidor auxiliar, que atualmente é um servidor efetivo da instituição, mas tiveram períodos em que esse auxiliar foi servidor terceirizado, e períodos que o coordenador esteve só, para executar as atividades, historicamente o setor se constituiu dessa forma para desenvolver seu trabalho.

Com o objetivo de demonstrar o processo que envolve toda a vida de um material ou equipamento, vamos relatar objetivamente o passo a passo desse processo desde o planejamento de sua aquisição.

Quando há uma demanda para a aquisição de um bem, o demandante, no caso o servidor ou o setor que tem a necessidade deste, precisa fazer seu planejamento no Plano Geral de Compras (PGC), que deve ser efetuado com antecedência, normalmente se faz durante o exercício de um ano para a aquisição no ano seguinte. Esse processo antecede o processo de licitação, regulado pela lei 8.666/93, que regula as compras públicas.

Se o material estiver no planejamento e se houver disponibilidade de orçamento, inicia-se o processo de aquisição, inicialmente consultando o setor de Patrimônio, para verificar se há esse material em estoque, ou em algum setor em desuso, podendo ser remanejado para atender essa demanda. Dessa forma, não necessitando ser adquirido, caso não exista essa disponibilidade, prossegue o processo com o lançamento do material em planilha para tomada de preço, a fim de compor um processo licitatório.

Transcorrendo o processo licitatório, o fornecedor que atender todos os requisitos com o menor preço, será fornecedor do bem e a contratação da compra se dará através da licitação.

Após a identificação do fornecedor, é emitida, pelo setor financeiro, uma nota de empenho, documento que dá garantia ao fornecedor que o órgão tem recurso garantido para o pagamento, esse empenho o setor financeiro encaminha para o setor de Patrimônio dar encaminhamento, o setor de Patrimônio faz o contato com o fornecedor, encaminha a nota de empenho e faz toda a tratativa da entrega desse material. Após o processo da compra, inicia-se o de recebimento, no momento da entrega do material pela transportadora, o qual deve ser recebido por um servidor do patrimônio. Ao chegar o material, este é conferido quanto a sua integridade, se

atende à quantidade solicitada e se a nota fiscal está de acordo com a nota de empenho e termo de referência. Estando tudo certo, é realizado o recebimento provisório do material.

Após esse primeiro processo, é comunicado o servidor demandante, que é aquele que fez o pedido do material para que faça a conferência final. Se tudo estiver de acordo e este ateste na nota fiscal que o material atende às especificações solicitadas, somente aí a nota fiscal é encaminhada para o setor financeiro realizar a liquidação da mesma.

Encerrado todo o processo da compra o setor de Patrimônio faz o lançamento das informações da nota fiscal e do material no sistema, no nosso caso SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos), onde gerará um número, o número de “tombo”, que servirá para identificar o material durante toda a sua vida útil.

Estando o material cadastrado no sistema, esse é alocado através desse mesmo sistema, na localidade onde irá ser usado, sob a responsabilidade de um servidor, através do termo de responsabilidade de material. Dessa forma, o servidor em questão passa a ser o guardião desse material, devendo se responsabilizar por toda e qualquer movimentação deste material, durante sua vida útil. Também, quando da necessidade de se desfazer desse material, por não estar sendo mais útil, esse referido servidor é o responsável por encaminhar o material com a devida solicitação de baixa justificada, ao setor de Patrimônio.

O setor de Patrimônio tem a responsabilidade de dar o encaminhamento para fazer a baixa desse material. Para isso, é solicitado ao Gabinete da Direção Geral a nomeação de uma comissão, composta por no mínimo três servidores, para conferirem o material e a documentação e dar seu parecer, para então o setor de Patrimônio, sendo deferido pela comissão, executar a desvinculação desse material e dar o destino adequado. Assim, é realizado, basicamente, todo o processo que envolve a gestão e controle de patrimônio no IFFar Campus Alegrete.

No sentido de dar continuidade ao trabalho, apresentamos a estruturação do caminho metodológico utilizado para orientar os procedimentos para o seu desenvolvimento.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia é a ferramenta que o pesquisador vai dispor para organizar e se guiar durante todo o processo da investigação, até o encerramento do trabalho, sendo necessário que o investigador faça sua escolha, considerando, além de outros aspectos, principalmente o assunto e o problema a ser respondido.

Com o objetivo de delinear os caminhos metodológicos traçados para executar e dar fundamentação a esta pesquisa, buscamos desenvolver o trabalho de forma organizada e estruturada.

A seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser estudado. A escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, natureza dos fenômenos, objeto da pesquisa, recursos financeiros, equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação (Marconi; Lakatos, 2010, p. 147).

A pesquisa realizada é de natureza aplicada e tem por objetivo produzir conhecimento para ser aplicado na prática, voltado a solucionar um problema específico e conforme Gil (2017, p. 33), são “pesquisas voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”. Assim, a presente pesquisa buscou analisar os significados atribuídos pelos sujeitos participantes em relação a sua realidade.

A abordagem adotada, para desenvolver essa pesquisa, é a abordagem qualitativa, mais apropriada às ciências humanas, por trabalhar aspectos ligados ao comportamento humano, sentimento, conduta, significados, intenções, aspectos que não se trabalham com medidas objetivas e conceitos pré-estabelecidos. Segundo Jacobini (2011, p. 57), [...] “Para as ciências humanas, o ser humano não deve se constituir como objeto a ser medido e tabulado, mas como ser que se integra em um sistema de significações que é necessário conhecer.”

A pesquisa qualitativa é uma abordagem que investiga aspectos subjetivos de determinado fenômeno social em relação ao comportamento humano e por ser uma pesquisa de caráter interpretativo, procura entender o porquê da ocorrência de alguns comportamentos ou o tempo e local que ocorrem.

Referindo-se aos aspectos técnicos, esta pesquisa se classifica como um estudo de caso, pelo fato de estar buscando aprofundar o conhecimento em um processo da administração, no caso específico o controle de material.

O estudo de caso é um tipo de pesquisa que analisa um acontecimento, ou fenômeno atual, procurando descobrir características específicas, que permite aprofundar o conhecimento sobre ele.

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento; tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (Gil, 2017, p. 38).

Como se trata de uma pesquisa na área administrativa, foi necessário investigação com análise documental para compreender o fluxo do trabalho realizado, as etapas do processo de controle e seus resultados, caracterizando, dessa forma, como uma pesquisa documental, que é a que utiliza dados extraídos de fontes primárias, informações ainda não tratadas cientificamente, com finalidade de avaliar documentos, registros de diversas naturezas.

A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia. [...] a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc... (Gil, 2017, p. 35).

Para compreender o processo de controle efetuado pelos responsáveis e suas percepções em relação a essa atividade, foram utilizados questionários. O questionário é um procedimento composto por determinadas questões propostas pelo investigador, submetidas às pessoas que se pretende obter as informações, com a finalidade de colher dados de relevância para o estudo, podendo ser aplicados oralmente ou através de formulário.

Para aplicação do questionário, utilizamos perguntas, que segundo Marconi e Lakatos (2017) podem ser perguntas fechadas ou dicotômicas, perguntas de múltiplas escolhas, perguntas de estimação ou avaliação. Também, podem ser perguntas duplas, como esclarece Gil (1987, p.127): “As perguntas duplas, por fim, reúnem uma pergunta fechada e outra aberta, sendo esta última frequentemente enunciada pela forma “por quê?”.

Fechadas ou dicotômicas, também denominadas limitadas ou de alternativas fixas, são aquelas que o informante escolhe sua resposta entre duas opções: sim e não. [...] Esse tipo de pergunta, embora restrinja a liberdade das respostas, facilita o trabalho do pesquisador e também a tabulação: as respostas são mais objetivas. [...] Perguntas de múltipla escolha, que são perguntas fechadas, que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto. [...]

Perguntas de estimação ou avaliação, que consistem em emitir um julgamento através de uma escala com vários graus de intensidade para um mesmo item. As respostas sugeridas são quantitativas e indicam um grau de intensidade crescente e decrescente (Marconi; Lakatos, 2017, p. 220).

Após a coleta das informações, passamos à análise dos dados coletados, sendo esse o processo usado para avaliar as informações obtidas através do processo investigativo, com objetivo de analisar e interpretar essas informações, de forma ordenada e estruturada, para que possibilitem respostas ao problema.

Essa é uma etapa da investigação que requer um alto nível de organização, em se tratando de pesquisa qualitativa, onde as informações coletadas podem ser obtidas de formas não muito padronizadas e pouco objetivas, a análise tem fundamental participação para se chegar a um resultado fidedigno.

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168).

Assim, como estamos diante de uma pesquisa desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, optamos como método para análise dos dados, a Análise Textual Discursiva (ATD) por ser um método mais flexível, permitindo ao pesquisador uma interação mais aprofundada com o fenômeno investigado.

A ATD permite extrair a essência dos fenômenos investigados em um processo auto-organizado de análise, processo composto de três fases: a unitarização que é o momento de desconstrução, identificação e interpretação dos dados; a categorização que agrupa as partes similares estabelecendo as categorias, dando-lhes significados que se qualificam à medida que novas categorias surgem, é o momento de organização para a produção de um novo texto com novas interpretações e descrições, uma nova compreensão ampliada do fenômeno, e a última fase, a comunicação com a elaboração do documento que registra o processo da pesquisa.

É um método que tem por característica a flexibilidade, aliando a interpretação e descrição em sua análise e sua conclusão através da interpretação do investigador.

Se no primeiro momento da análise textual se processa uma separação, isolamento e fragmentação de unidades de significado, na categorização, o segundo momento da análise, o trabalho dá-se no sentido inverso:

estabelecer relações, reunir semelhantes, construir categorias. O primeiro é um movimento de desorganização e desmontagem, uma análise propriamente dita; o segundo é de produção de uma ordem, uma compreensão, uma síntese. A pretensão não é o retorno aos textos originais, mas a construção de um novo texto, um metatexto que tem sua origem nos textos originais, expressando a compreensão do pesquisador sobre os significados e sentidos construídos a partir deles (Galiuzzi, 2020, p. 53).

A análise textual discursiva é uma forma de abordagem de análise que permite ao pesquisador trabalhar os dados coletados transitando entre dois métodos conhecidos de análise no desenvolvimento de pesquisas qualitativas, a análise de discurso e a análise de conteúdo.

Nesta pesquisa, optou-se por trabalhar com todos os servidores que tiveram e têm envolvimento direto e responsabilidade legal com os bens. Dessa forma, foram ouvidos os servidores detentores de bens, os servidores que atuaram e atuam no setor de patrimônio, e servidores que atuam na gestão do campus, a coleta dos dados foi através de questionário semiestruturado on-line e, como análise, a análise textual discursiva ATD.

Dos 71 convidados a participar da pesquisa, 30 deram sua contribuição respondendo aos questionários. Para organizar e identificar de forma anônima os participantes, foi sugerido a escolha de um codinome, sendo, então, por opção deles, o uso dos seguintes codinomes: Laboratorista de alimentos, Amigo, Josi, Colorado al, Zootecnia, Servidora1, Klopes, Clara, Vermelho, Emmanuel, Luciano, Servidora TAE, MAX PAYNE, Bendito, CAE Alegrete, Vet, D, Servidora2, RBM, Helen, Administrador, Borboleta, Q, Eclair, Thiago, José, Vida, Ione, Smith, LC.

O codinome Servidora1 foi sugerido pela participante que poderia a denominar de servidora 1, 2 ou 3. Já o amigo e amiga foi dado ao pesquisador pelo participante à autonomia de denominá-los.

Para análise dos dados, foi organizada uma tabela para cada grupo com as perguntas e suas respostas. Após, foram unitarizadas e categorizadas em suas respectivas categorias.

Das doze questões destinadas aos detentores de bens, dez foram semiestruturadas contendo a pergunta objetiva e espaço para comentário, se o participante desejasse, e as questões sete e oito abertas, livres para opinião.

Das onze questões destinadas aos detentores de bens, oito foram semiestruturadas contendo a pergunta objetiva e espaço para comentário, se o participante desejasse, e as questões nove, dez e onze abertas, livres para opinião.

Entre as seis questões destinadas aos gestores, cinco foram semiestruturadas, contendo a pergunta objetiva e espaço para comentário, se o participante desejasse, e a questão cinco aberta, livre para opinião.

Para o desenvolvimento do resultado, foram feitas relações entre as respostas de todos os grupos em cada categoria e elaborado o texto dissertado conforme interpretação do pesquisador, embasado nas falas dos participantes citadas no corpo do texto.

### 3.1 LOCAL DA PESQUISA

Essa pesquisa foi realizada no Instituto Federal Farroupilha no Campus Alegrete, uma das unidades mais antigas do IFFar. O Campus Alegrete, em 2024, completará 70 anos em atividade, hoje com aproximadamente 1400 alunos matriculados e, em seu quadro de servidores, há, atualmente, 123 servidores docentes, 82 servidores técnicos administrativos efetivos e 62 servidores terceirizados. O Campus está localizado a aproximadamente 35 km da cidade de Alegrete, no km 27 da RS 377 no distrito de Passo Novo, entre as cidades de Alegrete e Manoel Viana, o Instituto Federal Farroupilha - Campus Alegrete oferece oportunidades de qualificação a toda a comunidade da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e a alunos de outros estados do país.

O IFFar Campus Alegrete iniciou suas atividades em 1954 como uma escola para atender aos jovens da colônia de Passo Novo, inicialmente com uma turma de 34 alunos em regime de internato. Em 1995, tornou-se Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (EAFA). Sua estrutura física e o número de cursos cresceram gradativamente e, em 2005, passou a ofertar os cursos superiores de Tecnologia em Produção de Grãos e Tecnologia em Agroindústria. No ano seguinte, a escola passou a oferecer Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos de Nível Médio (PROEJA), nas áreas da Informática e Agropecuária, além do Curso de Técnico Agrícola Integrado ao Ensino Médio, na habilitação Agropecuária. Em 2008, através da publicação da lei 11.892, de 2008, passou a integrar a rede federal dos Institutos Federais e tornou-se o Instituto Federal Farroupilha Campus Alegrete.

Atualmente, o Campus Alegrete oferta quatorze cursos presenciais e um a distância:

**Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Ensino Médio + Formação Técnica):**

- Técnico em Agropecuária
- Técnico em Informática
- Técnico em Química

**Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio EJA/EPT (para maiores de 18 anos):**

- Técnico em Agroindústria

**Cursos Técnicos Subsequentes EaD (para quem já concluiu o Ensino Médio):**

- Técnico em Agroindústria – EaD
- Técnico em Manutenção - EaD
- Suporte em Informática – EaD

**Cursos de Graduação:**

- Bacharelado em Agronomia - Integral (diurno)
- Bacharelado em Zootecnia - Integral (diurno)
- Licenciatura em Ciências Biológicas – (noturno)
- Licenciatura em Matemática – (noturno)
- Licenciatura em Química – (noturno)
- Tecnologia em Alimentos – (noturno)
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – (noturno)
- Tecnologia em Produção de Grãos – (noturno)

**Cursos de Pós-graduação Lato Sensu:**

- Especialização em Computação Aplicada
- Especialização em Ensino de Ciências e Matemática
- Especialização em Gestão Escolar
- Especialização em Produção de Culturas de Lavoura

O Campus Alegrete, de acordo com os registros oficiais, conta com uma privilegiada área de 318 hectares de terra no distrito de Passo Novo, banhado pelo arroio Lajeado, de águas agitadas e frias, onde ainda se encontra variada espécies de peixes e uma infinidade de espécies silvestres de animais e aves que habitam suas margens e campos, animais como “Javali ou Java porco (*Sus scrofa domesticus*), Capivara ou Capincho (*Hydrochoerus hydrochaeris*), Veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), Sorro ou Graxaim (*Lycalopex gymnocercus*), Tatu-mulita

(*Dasypus hybridus*), e muitas outras espécies menores de animais, e aves como, Jacu (*Penelope obscura*), Perdigão ou Perdiz (*Rhynchotus rufescens*), Saracura (*Aramide saracura*), Patos selvagem (*Cairina moschata*), Marrecas (*Amazonetta brasiliensis*), Quero-Quero (*Vanellus chilensis*)”, entre outras.

Nesses 318 hectares de área, conforme informado pela Coordenação de Produção, e a Coordenação de Infraestrutura, há o cultivo de lavouras e pastagens em aproximadamente 75 hectares e uma área construída com edificações de 24.628,21 m<sup>2</sup> que compõem os prédios de sala de aulas, laboratórios, biblioteca, setor administrativo, garagens para veículos e maquinários agrícolas, galpões para depósitos de diversos materiais e antigas residências que foram utilizadas antigamente por servidores que residiam dentro da do Campus e mais mangueiras e currais para o trabalho com os animais.

Em sua área, o Campus conta com diversas áreas de plantio de culturas para alimentação de bovinos e ovinos destinados à pesquisa e à produção de carne para suprir parte da demanda alimentar dos alunos, e diversas edificações que estruturam a parte física da escola.

Figura 1: Imagem aérea do Campus Alegrete.



Fonte: Página Institucional.

### 3.2 POPULAÇÃO OU AMOSTRA

Como trabalhamos, nesta pesquisa, uma abordagem qualitativa, foi aplicado questionário à totalidade dos indivíduos ligados diretamente à gestão de materiais.

Também, por trabalharmos no âmbito do campus, o universo da população fica limitado em uma quantidade total possível de ser trabalhada, não havendo, inicialmente, a necessidade de se trabalhar com amostragem. Segundo Gil (2008, p. 90), a amostragem é um “Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

Universo ou população. É um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar. Todavia, em termos estatísticos, pode-se entender como amostra o conjunto de alunos matriculados numa escola, os operários filiados a um sindicato, indústrias de uma cidade, ou a produção de televisores de uma fábrica em determinado período (Gil, 2008, p. 89).

Contudo, é normal, em pesquisas, não haver retorno do total dos convidados a participar, dessa forma trabalhamos com 30 respondentes dos 71 inicialmente convidados, quantitativo suficiente para dar condições de coletar dados significativos para o desenvolvimento da pesquisa, com qualidade e rigor necessários para produzir resultados cientificamente confiáveis.

Dessa forma, com a flexibilidade que a pesquisa qualitativa permite, fomos adequando à condução e desenvolvimento da pesquisa para atingir um resultado significativo cientificamente.

### **3.2.1 Descrição dos sujeitos**

A pesquisa foi realizada com servidores da instituição, TAEs e Docentes, identificados na pesquisa por codinomes.

Foram ouvidos servidores que trabalharam e, atualmente, trabalham no setor de patrimônio, servidores responsáveis por termo de responsabilidade de material e integrantes da gestão do Campus. Como mencionado anteriormente, procuramos trabalhar com todo o universo de indivíduos que atuam no controle de bens no Campus.

Os participantes da pesquisa foram convidados formalmente a participar da pesquisa conforme rege a resolução CNS 510/2016.

O processo de envio se deu através de e-mail, via formulário do *Google Forms*, contendo, na primeira seção, o Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), convidando-o a participar da pesquisa e informando sobre sua participação

e seus direitos, para que declarasse seu aceite ou recusa em participar da pesquisa e, na sequência, o questionário para responder em caso de aceite. O participante convidado não teve prazo estipulado para responder o termo e para responder o questionário.

Nesta pesquisa, procuramos trabalhar com os indivíduos que já tiveram ou estão tendo experiências na condução de trabalhos no respectivo processo, excluindo os demais indivíduos que não têm envolvimento com o controle e gestão de material. Todo o trabalho foi desenvolvido seguindo os preceitos éticos vigentes, para atender as normativas institucionais e as normas que regem as pesquisas com seres humanos, visando à proteção e garantia de sua integridade física, intelectual e moral. Para atender aos critérios éticos, foi disponibilizado, aos participantes que desejaram participar da pesquisa, o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), para informá-los de seus direitos, respeitando o tempo necessário à resposta do participante.

Dessa forma, como trabalhamos nesta pesquisa com seres humanos, fez-se necessário cumprir com o rigor que toda a pesquisa exige, bem como submeter à avaliação do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) cumprindo o estabelecido na Resolução 510/16, com a emissão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Também foi solicitada a autorização da Diretora Geral IFFar - Campus Alegrete, a qual atendeu à solicitação e autorizou a realização da pesquisa, pois estaremos trabalhando em um regulamento interno e com servidores lotados no campus. Esse comitê avaliou o projeto e aprovou a realização da pesquisa através do parecer 5.779.249, de 25 de novembro de 2022.

Quanto aos participantes da pesquisa, suas identidades serão preservadas e mantidas em sigilo. Em nenhum momento, durante a análise e divulgação dos resultados, o participante terá sua identidade exposta. Foram omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). Para fazer referência aos participantes da pesquisa, foram utilizados codinomes escolhidos opcionalmente pelo participante como identificação. Os dados coletados constituirão um banco de dados físico (impresso) e digital (pen drive) e ficarão sob a guarda do pesquisador por cinco anos. Depois desse prazo, os dados serão destruídos, (papéis fragmentados e triturados), (pen drive deletados e formatados).

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão em colaborar e contribuir para o melhor uso dos bens públicos móveis, havendo, em consequência, uma melhor utilização dos recursos públicos da instituição.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são descritos os resultados obtidos com as respostas dadas pelos pesquisados às perguntas, obtidas por meio de questionários através do *Google Forms*, enviado aos envolvidos na gestão e controle dos bens patrimoniais.

Na análise dos dados através da ATD, foram organizadas as respostas e unitarizadas de forma que chegamos às categorias emergentes: *A importância dos bens patrimoniais para o desenvolvimento das atividades educativas*, e *Desafios para aprimorar o processo e contribuir na qualidade das atividades de ensino*.

### 4.1 A IMPORTÂNCIA DOS BENS PATRIMONIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS

Quanto à importância que os materiais têm, o resultado da pesquisa, com os três grupos trabalhados, entre as opções pouco, médio e muito, que foram dadas como escolha de respostas, todos consideraram como muito importante para o desenvolvimento do ensino.

Alguns participantes, além da resposta objetiva, trouxeram contribuições para expressar suas opiniões com mais propriedade, entre elas destacamos os relatos abaixo:

*Os bens patrimoniais são essenciais para sustentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais são o foco da Instituição. Por exemplo, não se conseguiria alcançar o mesmo desempenho de formação se em uma sala de aula não tiver cadeiras, quadro, projetores (Clara).*

*Bens patrimoniais (permanentes) são essenciais pois compõem desde a infraestrutura básica de uma sala de aula (mobiliário como classes e cadeiras) até equipamentos e máquinas utilizados em aulas práticas e laboratórios didáticos (Vermelho).*

*Os bens patrimoniais são de grande importância para o desenvolvimento das atividades acadêmicas (Klopes).*

*Os bens patrimoniais são o suporte para uma educação de qualidade (Luciano).*

*Sem uma boa estrutura para funcionamento e desempenhos dos trabalhos, não é possível atingir resultados de excelência em nenhuma atividade institucional (Servidora TAE).*

Em sua totalidade, os participantes consideraram os bens materiais de extrema importância para o desenvolvimento das atividades de ensino, como pode ser constatado, também, através dos relatos.

Quando pensamos na importância dos bens patrimoniais para as atividades de ensino, considerando a variedade e quantitativo desses, para ser possível sua organização, é fundamental dispor de regulamentação e normas para organizar e disciplinar o processo. Nesse sentido, os participantes, em sua maioria, cerca de 64%, têm conhecimento de existência dessa normatização que orienta as atividades, embora muitos, em torno de 36%, não conheçam seu conteúdo. Em relação a isso, todos os sujeitos participantes destacaram a importância de uma regulamentação que se mantenha atualizada.

Nesse sentido, alguns participantes fizeram falas para colaborar e justificar sua opinião, como é possível visualizar a seguir:

*O manual de procedimentos de administração de bens patrimoniais vigente tem 11 anos de sua formulação, e precisa atualizar-se, pois foi projetado para atender a muitos campi, sendo assim tem determinados assuntos que são tratados de forma mais genérica, o que abre margem para dúvidas, em determinadas situações, o que poderia ser sanado com um melhor detalhamento de alguns procedimentos (Smith).*

*Existe o Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais do Instituto Federal Farroupilha que foi elaborado no ano de 2012, mas deveria ser atualizado com as mudanças que ocorreram após essa data (Ione).*

Como salientam os participantes em suas colocações, a falta de uma atualização do manual existente e um melhor detalhamento do processo, é fator que dificulta e deixa margem para dúvidas a respeito do processo. Isso faz com que a eficiência da gerência sobre os materiais e ações dos detentores dos bens por parte do setor de patrimônio, fique prejudicada por não ter uma normatização atual que considere novas legislações e sistemas atuais.

Considerando as dificuldades e gargalos existentes para a execução das atividades por parte do setor de patrimônio, os servidores do setor, baseados em feedbacks que recebem da comunidade escolar, acreditam que conseguem executar um bom trabalho, fundamental para eficiência do controle de materiais tão importantes para o desenvolvimento de atividades educacionais com qualidade. Com isso, percebemos que o trabalho realizado satisfaz os demais envolvidos no

processo, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos profissionais do setor.

Levando em conta a importância do tema para a prática do ensino, foi questionado aos grupos de participantes, sobre a oferta de capacitação para os servidores que compõem o setor de patrimônio. Nessa questão, existem divergências, pois segundo relatado pela gestão, existe essa oferta de capacitação, enquanto nas falas dos servidores do setor de patrimônio, eles carecem de capacitação.

*Cursos promovidos pela PROAD voltados a atualizações e capacitações de servidores (Vida).*

*No que são oferecidos pela Instituição a unidade disponibiliza as capacitações, mas entendo que deverão ser oferecidas uma capacitação mais adequada aos coordenadores das CAP, para subsidiar a gestão dos campis nas tomadas de decisões (José).*

Segundo a gestão, há essa oferta de capacitação através dos canais institucionais, contudo necessita de capacitações mais específicas para os coordenadores do setor. Porém, conforme os servidores do patrimônio, existe a necessidade de ampliação de capacitação para a atividade. Nos relatos seguintes, podemos reconhecer essa questão.

*As capacitações deveriam ser frequentes visto que a todo momento há mudanças quanto a Gestão Patrimonial, são vários temas dentro do mesmo assunto pois além do tombamento do bem e distribuição tem o controle, empréstimos, doações, desfazimento, depreciação, os vários tipos de inventário e suas fases, as sindicâncias que devem ser instauradas, etc... (lone).*

*Capacitações na área da gestão de bens patrimoniais e do atual sistema SIG/SIPAC e do sistema para o qual este último está prestes a migrar, o SIADS (Smith).*

*Creio que deve ser preparada uma capacitação conjunta, com todos os Coordenadores, tanto para atualizar o Manual, quanto para construir um alinhamento sobre os procedimentos (LC).*

Também, relacionado à capacitação para gerir os bens, 36% dos detentores de termos relataram que não receberam orientação de como conduzir esse processo. Percebemos, assim, a necessidade de alguma ação para solucionar essas distorções em relação a essa comunicação que está deficiente, pois a gestão afirma que se preocupa com a questão e desenvolve ações que contribuem para o

desenvolvimento de um bom trabalho do setor de patrimônio e dos responsáveis por materiais. Isso pode ser constatado através das seguintes falas:

*Realiza-se junto a Coordenação de Patrimônio momentos de orientação para a comunidade escolar (Vida).*

*As abordagens são realizadas através de comunicações em reuniões gerais no campus, através de e-mails encaminhados aos servidores e com falas a comunidade discentes sobre a importância e as responsabilidades com os bens públicos, essas ações são realizadas pela Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio (José).*

Essa divergência nas opiniões em relação a ações e a falta de orientação aos servidores pode demonstrar falha na comunicação entre a gestão e os servidores, pois se há essa disponibilidade de meios para capacitar, ela não está chegando ao seu destino que é o servidor. Melhorar a comunicação faz-se necessário, e aqui destacamos a importância da gestão, já que cabe a ela planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades.

Segundo Chiavenato (2000),

*A administração nada mais é do que a condução racional das atividades de uma organização, seja lucrativa ou não lucrativa. A administração trata do planejamento, da organização (estruturação), da direção e do controle de todas as atividades, diferenciadas pela divisão de trabalho, que ocorram dentro de uma organização. Assim, a administração é imprescindível para a existência, a sobrevivência e o sucesso das organizações (Chiavenato, 200, p. 1).*

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância de ações que informem e orientem os servidores, pois essa função de controle exige conhecimentos e práticas que muitos servidores não dominam totalmente, já que muitos são formados e capacitados para atuarem na sua área fim e acabam tendo dificuldade de executar uma atividade alheia à sua formação e atribuição.

Santos Filho (1995) corrobora com isso quando relata que a administração de instituições públicas de ensino é carente de conhecimento e experiência em gestão, uma vez que participam da gestão, em muitos casos, pessoas com diversas formações que não são ligadas à área da administração, em mandatos relativamente curtos, havendo uma grande alternância de gestores na administração das instituições.

A gestão do material é muito importante em uma instituição, pois é uma atividade que, além de impactar na rotina das atividades da instituição, também impacta na questão orçamentária.

De acordo com Francischini (2004, p. 2), “A Administração de Materiais tecnicamente bem aparelhada é, sem dúvida, uma das condições fundamentais para o equilíbrio econômico financeiro de uma empresa”.

Logo, há necessidade de estabelecer uma sincronia entre as partes envolvidas e tornarem o processo mais eficiente. Considerando a pertinência da atividade, é importante a gestão estar atenta a essa questão, pensando e propondo formas de, através de uma gestão democrática, articular essas ações no sentido de promover a integração dos servidores, capacitar e manter esses profissionais atualizados para que desenvolvam seu trabalho.

Os bens patrimoniais são responsáveis por uma parte considerável na entrega do produto de uma empresa, assim como de uma instituição de ensino, onde o produto é o conhecimento e a formação do educando. Conseqüentemente, o cuidado com esse material afeta o orçamento e interfere no resultado final do propósito da instituição.

Uma Administração de Materiais deficiente utiliza mal os recursos financeiros escassos, muitas vezes sem resultados na área produtiva ou, como é mais grave, no nível de atendimento ao cliente. Além de significar a utilização indevida de recursos financeiros, é um forte sintoma de uma administração geral ineficaz (Francischini, 2004, p. 1).

Os bens são importantes como valor orçamentário, contabilizados como patrimônio da instituição e valor de uso - esse de difícil contabilização - quase incalculável sua importância no desenvolvimento das atividades educacionais. A vigilância sobre eles necessita ser constante. Para isso, os bens são distribuídos em termos aos servidores para que os guardem e, anualmente, sofrem uma conferência através de comissão designada para esse fim e também por parte do setor de patrimônio que sempre que possível está constantemente realizando averiguações nas localidades. A responsabilidade do setor de patrimônio é coordenar de forma administrativa um processo sequencial de atividades para gerir e cuidar do acervo patrimonial da instituição.

De acordo com Bernardes (2021),

[...] por administração patrimonial entende-se como sendo uma sequência de atividades que tem o seu início na aquisição e terminam quando o bem for retirado do patrimônio da instituição. Ao longo dessa trajetória são adotados procedimentos, físicos e contábeis [...], ao controle patrimonial deverão ser anexadas outras funções como identificação, aquisição e baixa, preservação e gestão, de forma a adquirir uma conotação mais ampla que

possa ser caracterizada como administração patrimonial (Bernardes; Dos Santos, 2021, p. 6).

Segundo relatado pelos servidores do patrimônio, na medida do possível, realizam-se averiguações de rotina nas localidades e sempre que surge indício de irregularidade, é feita uma apuração imediata para identificar e corrigir as irregularidades e, quando necessário, orientar os envolvidos de como proceder para evitar essas situações.

Segundo os servidores do patrimônio participantes da pesquisa, essas conferências são realizadas,

*Por parte do Setor de Patrimônio essas averiguações são quase rotineiras e sempre que recebemos alguma informação de alguma irregularidade já vai ser feita uma apuração na mesma hora, mas temos dificuldades pelo número de servidores no Setor sendo que sempre foi de 01 no máximo 02 servidores, sendo que muitas vezes temos que priorizar as tarefas (lone).*

*Salvo o período da pandemia do COVID-19, as conferências em geral são anuais, mas pretende-se implementar uma sistemática para que elas tenham um fluxo contínuo, independente dos inventários patrimoniais (Smith).*

*Obrigatoriamente, uma vez ao ano, mas há levantamentos esporádicos, por amostragem (LC).*

Os bens materiais são meios necessários para o funcionamento das instituições e, conforme relatos até aqui, percebemos que, embora haja grande necessidade de ajustes e mudanças de condutas, também há a disposição dos envolvidos em melhorar esse processo.

Ainda relacionado à categoria “A importância dos bens patrimoniais para o desenvolvimento das atividades educativas”, observamos que os envolvidos no processo de gestão e controle de materiais reconhecem a importância dos bens para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Há muitos depoimentos de que a prática do ensino depende dos bens patrimoniais, que não se consegue um bom desempenho na formação sem o auxílio do material de aula, como mesa cadeiras e projetores, que são componentes básicos de uma sala de aula, e isso ainda fica mais em evidência se considerarmos a necessidade na formação de algumas profissões que precisam de experimentos em diversos tipos de laboratórios, com diversos materiais, equipamentos e máquinas. Esses bens são denominados “bens permanentes” por possuírem uma vida útil mais longa, servindo

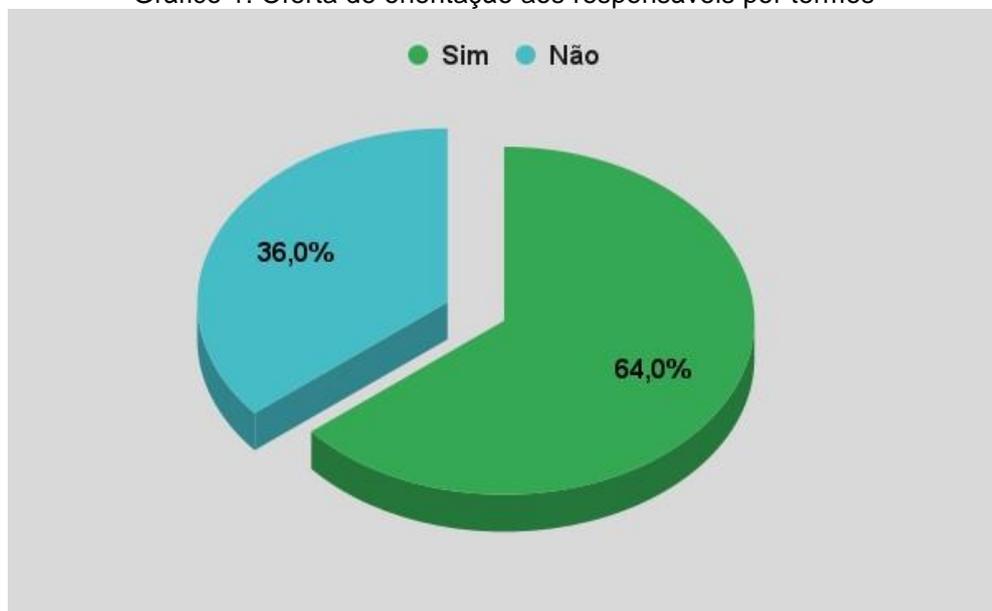
ao seu propósito. Para isso, necessitam de cuidados para permanecerem em boas condições de uso e de disponibilidade.

#### 4.2 DESAFIOS PARA APRIMORAR O PROCESSO E CONTRIBUIR NA QUALIDADE DAS ATIVIDADES DE ENSINO

Embora a maioria dos detentores afirmarem ter recebido as devidas informações referentes ao controle de material, existe uma parcela significativa que destacou a necessidade de maior orientação, sendo um desafio para que seja possível melhorar esse processo importante para o atendimento às demandas do educando, e melhor aproveitamento dos recursos, cada vez mais escassos. Os próximos gráficos demonstram que ainda somos deficientes nas ações para orientar esse processo.

O gráfico a seguir representa o resultado do questionamento sobre o recebimento das informações relacionadas ao controle de material no momento em que receberam um termo.

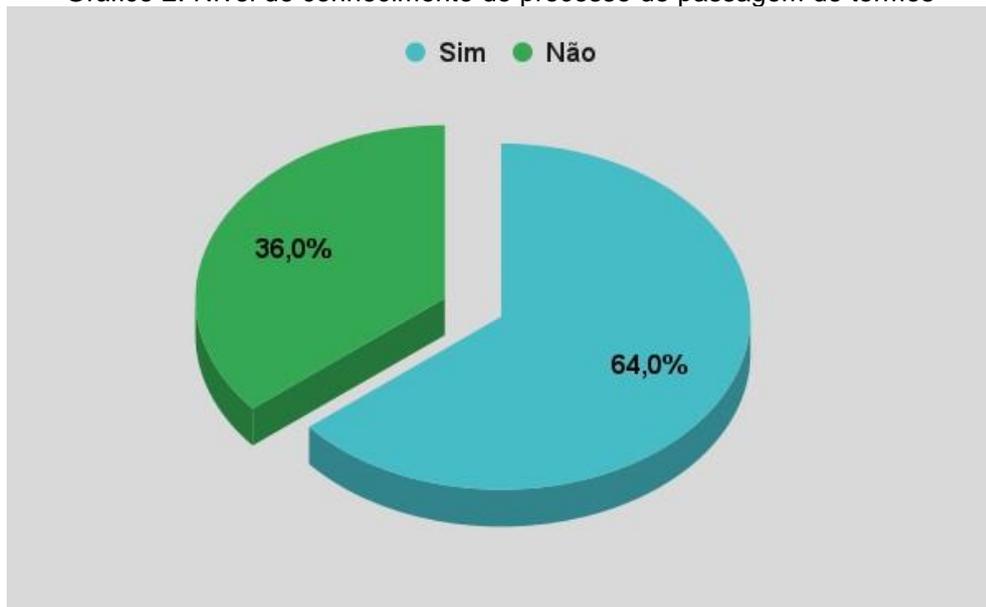
Gráfico 1: Oferta de orientação aos responsáveis por termos



Fonte: o autor

Já no próximo gráfico, apresentamos o questionamento sobre o recebimento de orientação de como proceder com o processo de recebimento de termos. As respostas apontam os seguintes dados:

Gráfico 2: Nível de conhecimento do processo de passagem de termos



Fonte: o autor

No gráfico a seguir foram perguntados de que maneira estão executando o processo de recebimento de termos.

Gráfico 3: Demonstra a forma como está sendo executada as passagens de termos.



Fonte: o autor

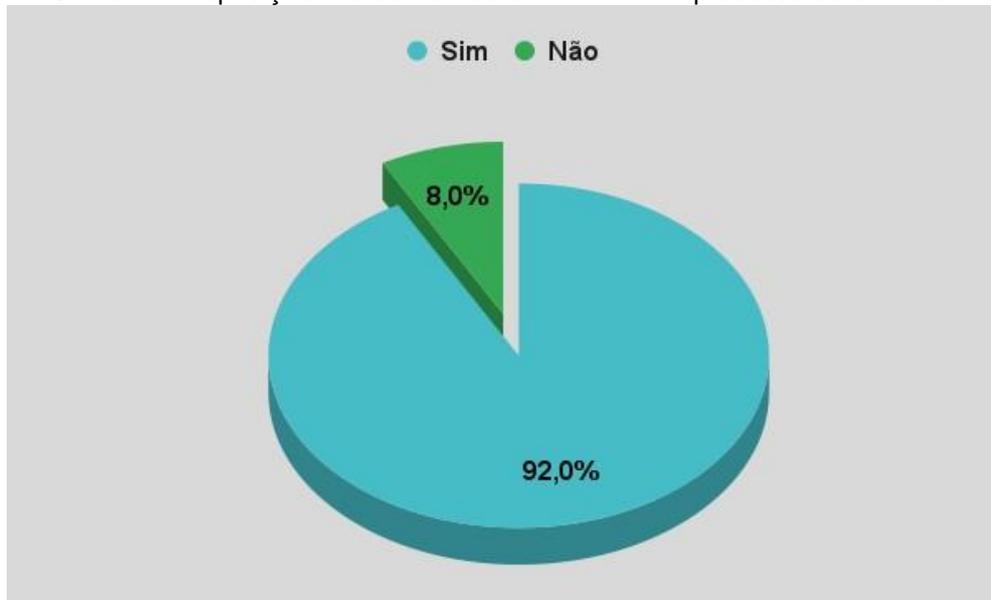
Considerando a importância dos bens para a instituição, pode ser constatado pelos três gráficos anteriores, que ainda falta uma ação mais consistente para tornar o processo mais claro e eficaz, planejar ações para publicizar de forma abrangente as informações e orientações sobre como o indivíduo deve proceder no processo, e ação do próprio responsável em se informar a respeito, pois será ele que responderá pelo bem. Isso demonstra a necessidade de sensibilização dos gestores, detentores e usuários dos bens. Santos (2012) afirma que:

Quando as pessoas começam a se conscientizar da importância do controle patrimonial para a instituição, da conservação dos bens, da manutenção da etiqueta ou plaqueta de identificação, de informar ao patrimônio qualquer problema ou irregularidade ocorridos com os bens em seu poder e entendem o seu papel de detentor do mesmo, estão colaborando direta ou indiretamente para o bom andamento da atividade patrimonial (Santos, 2012, p.15).

Nesse sentido, a gestão tem o papel fundamental de proporcionar orientação e capacitação, bem como no que se refere à publicização das informações sobre a conduta correta no processo. Essa informação que orienta todo o processo que envolve o controle patrimonial e sobre a competência do detentor do termo de responsabilidade embora um pouco desatualizada, é a vigente até o momento e está contida no Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais do IFFAR, disponível na página institucional.

O gráfico 4 representa a disposição dos servidores em melhorar esse processo, quando perguntado se o processo poderia ser melhorado.

Gráfico 4: Disposição dos servidores em melhorar o processo de controle.



Fonte: o autor

O resultado desse questionamento identifica positivamente a possibilidade de melhorar o processo, pois na maioria das respostas dos participantes está relatada a necessidade de capacitação, zelo, campanha educativa, empatia, ferramentas digitais de controle, melhoria de sistema e conscientização de todos os envolvidos. As respostas a esse questionamento expressa claramente a

necessidade de alguma ação referente ao assunto, por parte da gestão, com objetivo de preparar essas pessoas para essa função.

Com relação à parte legal que deve ser observada no momento que se assume alguma responsabilidade como servidor público, no gráfico a seguir, foram questionados sobre o conhecimento da legislação que normatiza o controle patrimonial. Observamos que o servidor não está sendo cuidadoso, no sentido de se preservar com relação a situações que podem ser prejudiciais para sua vida funcional, pois a maioria está no grupo dos que não sabem ou sabem superficialmente.

Gráfico 5: Conhecimento da legislação.



Fonte: o autor

Atualmente, o acesso à informação é público e está disponível e, como servidores públicos, é imprescindível buscar informações contidas em legislações e normatizações que orientam e regulam nossas atividades. Dessa forma, além de capacitação promovida pela instituição, faz-se necessário que os envolvidos tenham responsabilidade de buscar informações já disponíveis para respaldar suas ações.

Esses relatos dos participantes, como pode ser constatado a seguir, apontam dificuldades para um bom controle, como movimentações irregulares, deficiência na identificação dos materiais, falta de controle no acesso nas localidades, muitos materiais em um único termo, falta de orientação em caso de perda ou retirada de material sem permissão, materiais que são utilizados por muitos usuários, setores com muita demanda de atividades e poucos servidores, dificultando a atenção ao

material. São esses motivos que, segundo os depoimentos, precarizam o processo de controle do patrimônio.

*O fato do termo do qual sou responsável atualmente ser muito abrangente (todas as salas de aula, salas de trabalho dos professores, sala de reuniões, entre outros) compreendendo inclusive espaços distantes nos quais não costumo frequentar (RBM).*

*Tenho encontrado todos os bens listados sob minha responsabilidade, mas não saberia o que fazer, caso algo fosse extraviado ou retirado do setor, sem meu conhecimento (Servidora 1).*

*Quando retiram o bem da nossa sala sem comunicar, cadeiras, por exemplo (Borboleta).*

*Nem sempre tem as placas com numeração atual (Vet).*

*Muitas pessoas têm acesso aos diferentes setores (D).*

*Volume grande de materiais e de pessoas os utilizando acredito ser a principal dificuldade (Amiga).*

*Quantidade de termos na Coordenação, número reduzido de servidores na Coordenação para colaborar com a demanda (CAE Alegrete).*

*Conscientizar a equipe da importância de zelar pelos materiais (Klopes).*

Este último depoimento talvez seja o ponto inicial da mudança do atual cenário, já que essas dificuldades apontadas para executar o controle de material tornam o processo falho e causa prejuízo às atividades, pois há muita situação de material que se perde dentro da instituição, são materiais “guardados, mas perdidos”, pois estão guardados fora de sua localidade e sem serem detectados pelo responsável da localidade onde se encontram. Essas situações podem ser eliminadas, ou ao menos amenizadas.

Com intenção de encontrar formas para minimizar esses problemas, questionamos sobre quais ações poderiam melhorar esse controle, tendo o grupo de detentores sugerido melhor acessibilidade ao sistema, emplaquetagem, conferências mais frequentes, mais zelo pelo material, uso de ferramenta digital para conferência e organização, uso de canais já disponível tipo e-mail para comunicar os informativos relacionados ao processo de controle para conscientizar da importância da organização dos materiais, listagem dos materiais fixada à porta das localidades, conscientização sobre a não movimentação de material sem a prévia solicitação ao responsável.

Já para os servidores do patrimônio, além de algumas já citadas pelos detentores, como capacitação, conscientização, e zelo, também apontaram a necessidade de rotinas dos fluxos mais específicas, mais espaço em reuniões para informar aos demais sobre o trabalho com o patrimônio e do setor de patrimônio, essas ações, segundo o grupo, seguramente refletirão em uma considerável melhoria no controle e conservação dos bens.

As ações referentes à orientação, capacitação, conscientização e informação estão recorrentes entre as sugestões, são evidentemente as maiores carências como pode ser observado pelos relatos abaixo:

*Conscientizar os servidores que os materiais estão sob responsabilidade de um colega e não podem ser movimentados sem movimentados sem solicitação prévia. (Amiga).*

*Por parte dos detentores e usuários acredito que bastava ter consciência, então um trabalho de conscientização com a participação de todas as direções do Campus e não somente do Setor de Patrimônio para o zelo e conservação dos bens permanentes. (Ione).*

*Capacitação, rotinas dos fluxos patrimoniais mais direcionadas a cada público, maior espaço nas reuniões gerais para tratar deste assunto e difundir entre os servidores essas informações. (Smith).*

*Penso que todos os responsáveis pelas Localidades onde os bens estão alocados precisam ser sensibilizados pelo(a) DAD sobre a importância de saber os bens em sua carga, a necessidade de avisar a Coordenação de Patrimônio nas movimentações, assim como, da importância que tem um inventário patrimonial. (LC).*

O processo de controle patrimonial, em uma instituição pública, é de extrema importância para sua funcionalidade e há necessidade de ferramentas para orientar e disciplinar essa atividade. Para isso, há leis e normas que regulam o processo e auxiliam o servidor quando observadas. Entretanto, se desconsideradas, podem o penalizar. Nesse sentido, foi questionado sobre o tema, no que tange o conhecimento sobre as penalidades previstas em lei em relação ao mau uso, ou negligência em relação aos bens. É possível o reconhecimento a partir do gráfico a seguir, que demonstra falta de conhecimento dos envolvidos referentes aos reflexos negativos em sua vida funcional, no momento que se assume uma responsabilidade sem o devido conhecimento da forma legal de executá-la.

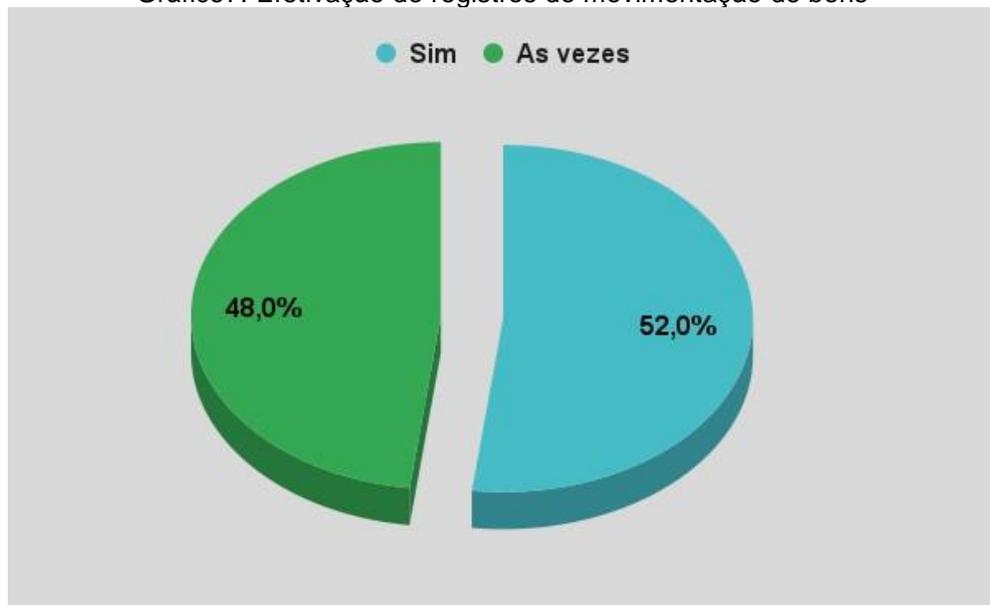
Gráfico 6: Consciência do risco de ser penalizado



Fonte: o autor

Essa falta de consciência da necessidade de se informar sobre a forma legal e correta de proceder com os bens sob sua responsabilidade leva o servidor a ficar exposto ao risco de responder, inicialmente, a um processo administrativo por sua omissão no controle dos bens sob sua responsabilidade. O simples e rápido registro de uma movimentação de empréstimo de um material, se esse vir a ser perdido, por exemplo, protege-o de ser responsabilizado pela falta desse material. E essa falta de consciência pode ser constatada no gráfico 7, onde uma considerável parcela dos responsáveis afirma ser relapsa nesses registros.

Gráfico 7: Efetivação de registros de movimentação de bens



Fonte: o autor

Como já relatado, as deficiências do processo ainda se ampliam, no momento em que, mesmo com o conhecimento de como executar, e a consciência do risco de serem penalizados, uma parcela significativa dos indivíduos acaba por executar parcialmente os registros que lhe ampara em uma situação de desaparecimento ou perda de um material. Essa situação ajuda no descontrole e colabora com outras situações prejudiciais ao processo, como relatado pelo participante Vet: *“Os colegas quando precisarem, solicitar os mesmos. Pois tem muitos que simplesmente se apossam e não avisam”*, situação que devido à falta de empatia de alguns indivíduos afeta prejudicando qualquer tipo de controle.

Mesmo com as dificuldades existentes que comprometem a eficácia do processo, pode ser constatada no gráfico seguinte a disposição da maioria dos envolvidos em encontrar formas para melhorar a execução do controle de materiais. Questionados a respeito, a maioria dos participantes acredita que pode ser melhorado esse processo.

Gráfico 8: Possibilidade de ser mais eficiente no controle do material.



Fonte: o autor

O desafio em melhorar o processo de controle exige um esforço geral de todos os envolvidos para que se consiga dar o tratamento adequado a esse material, pois da forma como está sendo desenvolvido, atualmente, compromete a eficiência do processo de controle.

As dificuldades no processo são muitas, como relata Vet, afirmando que [...] “colegas simplesmente retiram sem informar o detentor” [...], RMB também considera

impossível realizar o controle com eficiência tendo em vista o quantitativo de bens e termos que estão sob a responsabilidade dela, Clara acrescenta que é detentora de alguns patrimônios que não ficam no seu ambiente de trabalho, Emmanuel diz que mantém responsabilidade por bens que estão em regiões opostas dentro do campus e que são utilizados diariamente por estudantes. Outros servidores e colaboradores terceirizados e CAE Alegrete afirmam que devido a ter envolvimento diário muito complexo com outras demandas, muitas vezes deixam a desejar na fiscalização dos termos.

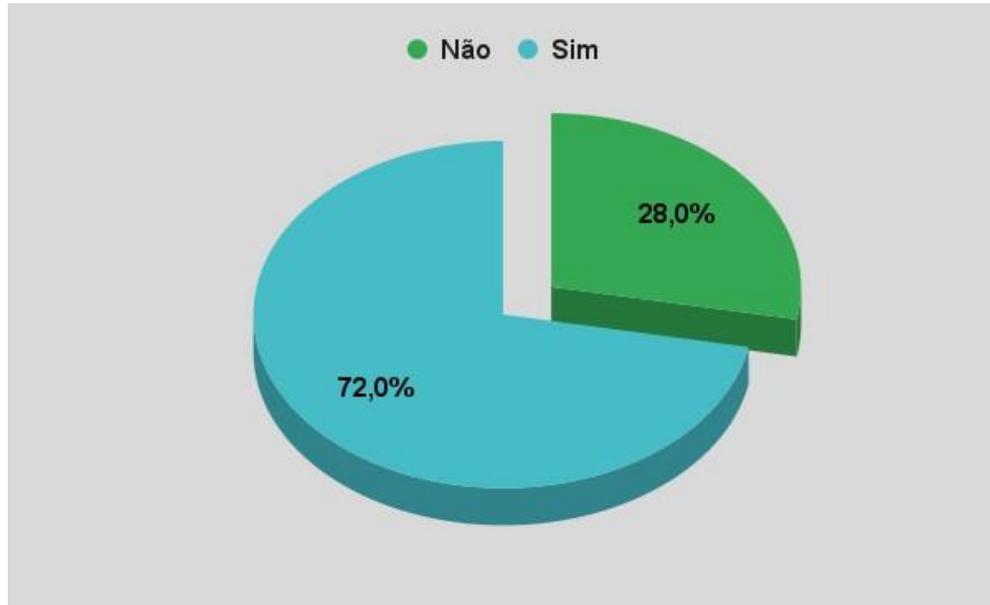
Com o relatado até aqui, ficam claras as situações que provocam essa dificuldade de manter um controle satisfatório, mesmo com boa vontade e responsabilidade, os sujeitos se confrontam, muitas vezes, com fatores que fogem do seu domínio.

O setor de patrimônio tem responsabilidade de organizar e zelar pelo material e dar suporte operacional ao processo, com informações e orientações os detentores e usuários de bens. Contudo, como relatado, o setor, nos últimos anos, sofre com a falta de uma equipe maior de servidores, para poder atender a toda a demanda de atividades.

A fala da Ione justifica parte da deficiência por parte do setor: [...] *“mas temos dificuldades pelo número de servidores no Setor sendo que sempre foi de 01 no máximo 02 servidores, sendo que muitas vezes temos que priorizar as tarefas”*.

Mesmo com limitações para poder conduzir toda a demanda de atividades, os profissionais do setor conseguem atender às principais atividades do setor e dar andamento no que é prioritário e, mesmo assim, com essas dificuldades de sistema, procedimentos e normatizações deficientes, têm suas atividades reconhecidas pela comunidade e gestão, segundo observamos no gráfico a seguir.

Gráfico 9: Reconhecimento da gestão em relação ao trabalho do setor de Patrimônio na opinião dos detentores de termos.

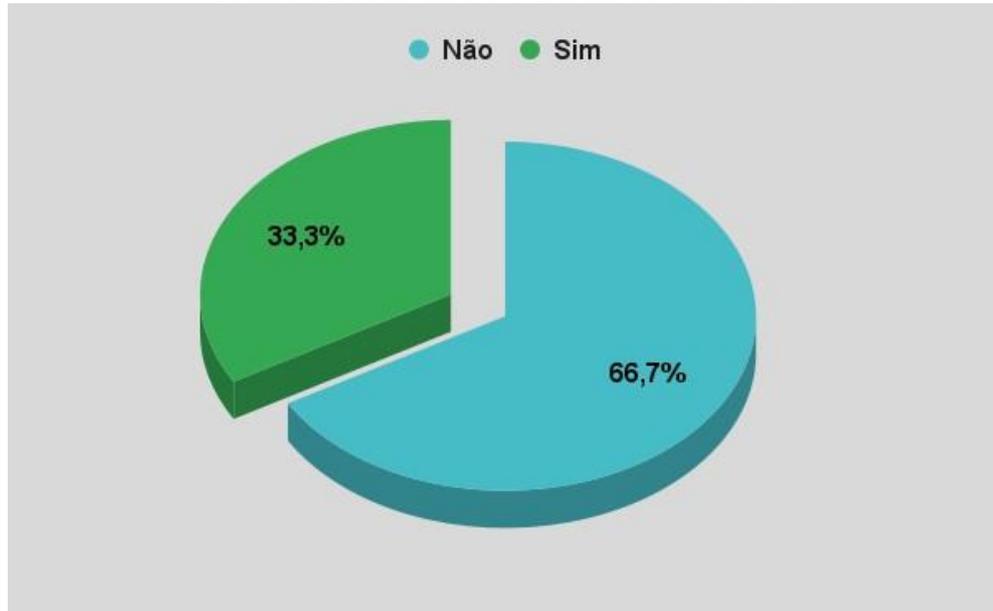


Fonte: o autor

Independente do reconhecimento da gestão ao trabalho do setor, na opinião dos participantes ser na maioria positivo, o mesmo desempenha um papel legalmente institucional, balizado na legislação e regulamentos internos, cumprindo sua finalidade institucional de executar a gestão e controle dos bens patrimoniais da instituição.

Os servidores do patrimônio reconhecem as dificuldades e as deficiências do setor no controle do material, mesmo com toda a dedicação e empenho e consideram-se incapazes de dar conta de toda a demanda de atividades que requer para atingir a eficiência desejada do processo. Isso fica demonstrado no gráfico 10 que reflete a opinião dos mesmos em relação aos procedimentos executados pelo setor ser ou não eficaz.

Gráfico 10: A eficácia do controle dos materiais.



Fonte: o autor

Ione e Smith indicam que,

*Para que os procedimentos sejam executados o Setor precisa ter as condições para tal, então tem um controle, mas ele não é 100% eficaz, por que depende do sistema funcionar e também que os responsáveis por materiais passem informações para o Setor sobre a movimentação de bens, avarias, etc. (Ione)*

*Os procedimentos estão defasados, precisam ser reformulados, de modo a atender, independentemente do uso de sistema, ao controle de um quantitativo muito elevado de bens, distribuídos em muitas localidades, sob a gerência de servidores que não foram devidamente capacitados para gerir os bens. (Smith)*

Os relatos trazem deficiência de sistema, comunicação, distribuição desproporcional dos bens e falta de capacitação, como fragilidades que dificultam o desenvolvimento do processo de forma satisfatória.

Além das dificuldades externas, os servidores do patrimônio relatam a necessidade de atualização do regulamento existente que orienta todo o processo que envolve o controle do material, criado em 2012 e até o momento não sofreu atualização.

O relato do Smith representa também o dos outros servidores.

*O manual de procedimentos de administração de bens patrimoniais vigente tem 11 anos de sua formulação, e precisa atualizar-se, pois foi projetado para atender a muitos campi, sendo assim tem determinados assuntos que são tratados de forma mais genérica, o que abre margem para dúvidas, em*

*determinadas situações, o que poderia ser sanado com um melhor detalhamento de alguns procedimentos (Smith).*

Assim como a necessidade de atualização de normas e procedimentos para atender de forma eficiente e proporcionar um controle adequado dos bens, também trazem a necessidade de capacitação para atualização, pois já ocorreram mudanças com novas leis, referente aos processos que envolvem a gestão de patrimônio.

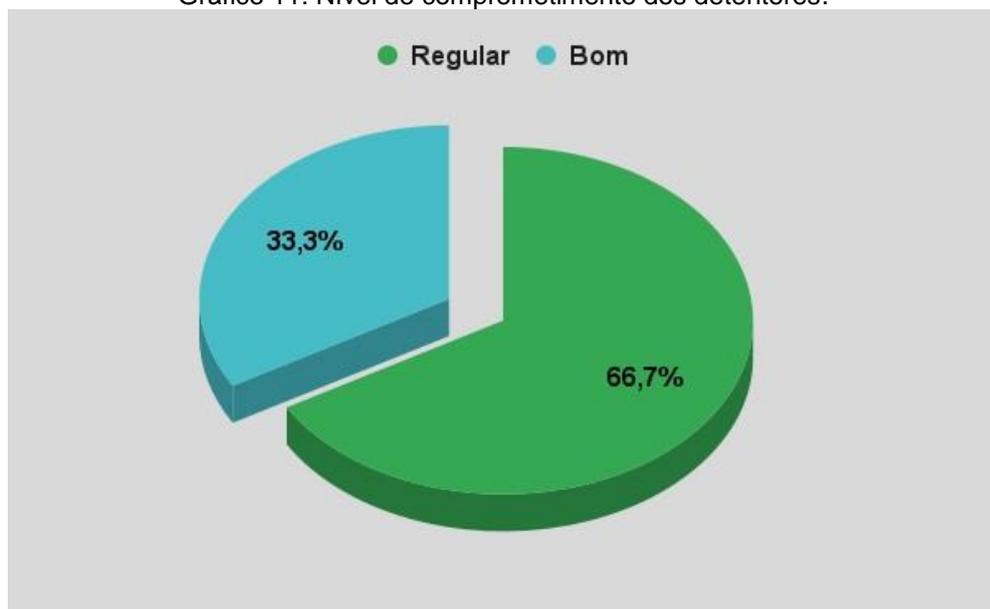
O relato da Ione representa a opinião dos demais, da seguinte forma:

*As capacitações deveriam ser frequentes visto que a todo momento há mudanças quanto a Gestão Patrimonial, são vários temas dentro do mesmo assunto pois além do tombamento do bem e distribuição tem o controle, empréstimos, doações, desfazimento, depreciação, os vários tipos de inventário e suas fases, as sindicâncias que devem ser instauradas, etc... (Ione).*

Assim como a falta de capacitação é também relatada pelos participantes, o quantitativo de servidores, no setor, afeta profundamente o desenvolvimento de um controle eficiente, trazendo grande dificuldade no desempenho da atividade.

Outro fator importante para o processo como um todo a se considerar é o comprometimento dos responsáveis com os materiais. No gráfico seguinte, os servidores do patrimônio avaliam entre bom e regular esse comprometimento, entre as opções de muito bom, bom, regular ou ruim, sendo assim mais um condicionante de um controle deficitário.

Gráfico 11: Nível de comprometimento dos detentores.



Fonte: o autor

A falta de ação por parte dos detentores de termos é relatada como um fator de dificuldade no controle dos materiais, isso está, segundo relato dos participantes, relacionados principalmente à falta de capacitação e a necessidade de padronizar processos. Isso pode ser constatado no relato de LC: *“Percebe-se que há maneiras diferentes de conduzir o inventário entre as Unidades, havendo necessidade de padronização desta atividade, para não mascarar o resultado do inventário”* (LC).

Já para Smith,

*A falta da correta gestão dos bens está, em minha opinião, intrinsecamente ligada ao "não preparo" dos servidores para tal atividade. Ao adentrarem a instituição, são orientados e instruídos acerca de suas atividades fins, mas não sobre a gestão dos bens no desenvolvimento destas atividades, ou seja, muitos dos problemas podem estar atrelados ao não conhecimento das normas que gerenciam os bens patrimoniais, mais pontualmente sobre os fluxos de movimentação* (Smith).

Outro apontamento, segundo Lone e Smith, é a necessidade de um sistema informatizado de maior eficiência para dar suporte com confiabilidade à grande demanda de atividades de todo processo de gestão de materiais.

*O controle dos bens fica incapaz de ser administrado pois o sistema não funciona, não temos uma ferramenta que nos auxilie nesse processo não é possível ter controle com exatidão da parte física nem contábil dos bens no Campus* (Lone).

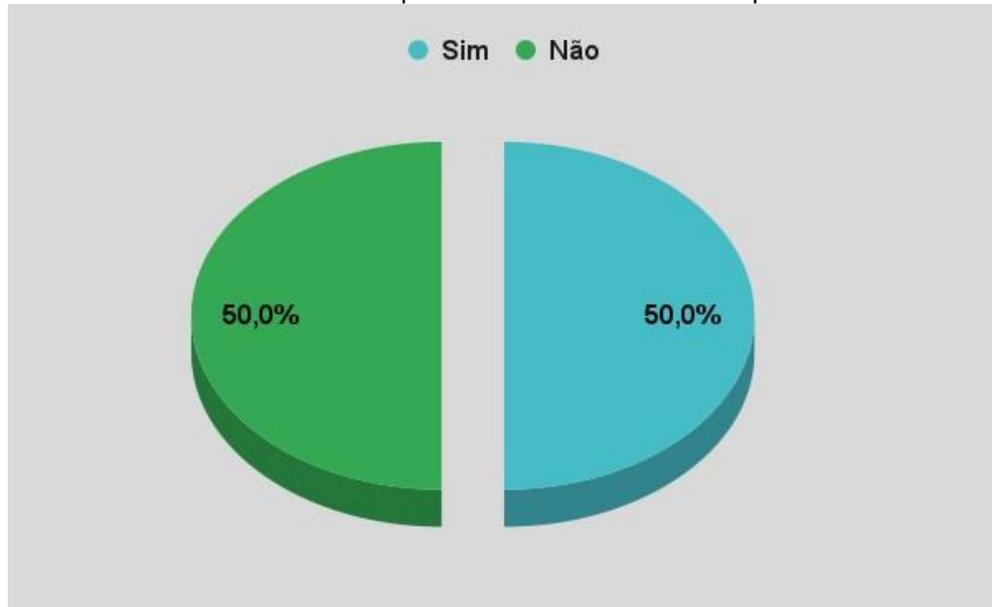
*O sistema não me parece um sistema gerencial eficaz. Várias funcionalidades estão desabilitadas, há poucas opções de relatórios para tomada de decisão, e algumas especificidades não estão passíveis de aplicação de filtro. A segurança dos dados não é exemplar, por conta de ataque hacker ocorrido, a utilização do sistema comprometeu o trabalho por aproximadamente 18 meses. Os módulos não conversam entre si, a exemplo, o módulo protocolo, onde os servidores dão ciência e assinam os documentos e processos, não interage com o módulo patrimônio diretamente, necessitando cadastrar em um módulo, documentos que foram gerados em outro, processo que seria otimizado, simplesmente com o resgate de documento gerado no módulo vizinho* (Smith).

Todos os problemas levantados até aqui são desafios para a gestão pensá-los e, juntamente com os envolvidos, promover ações que contribuam para uma melhor eficiência do processo de controle.

Com relação a opinião da gestão referente ao trabalho do setor, foi questionado como essa avalia a eficácia dos procedimentos executados pelo setor

de patrimônio. O gráfico que se segue demonstra a necessidade de ação para melhorar esse processo.

Gráfico 12: Eficácia do processo executado setor de patrimônio.

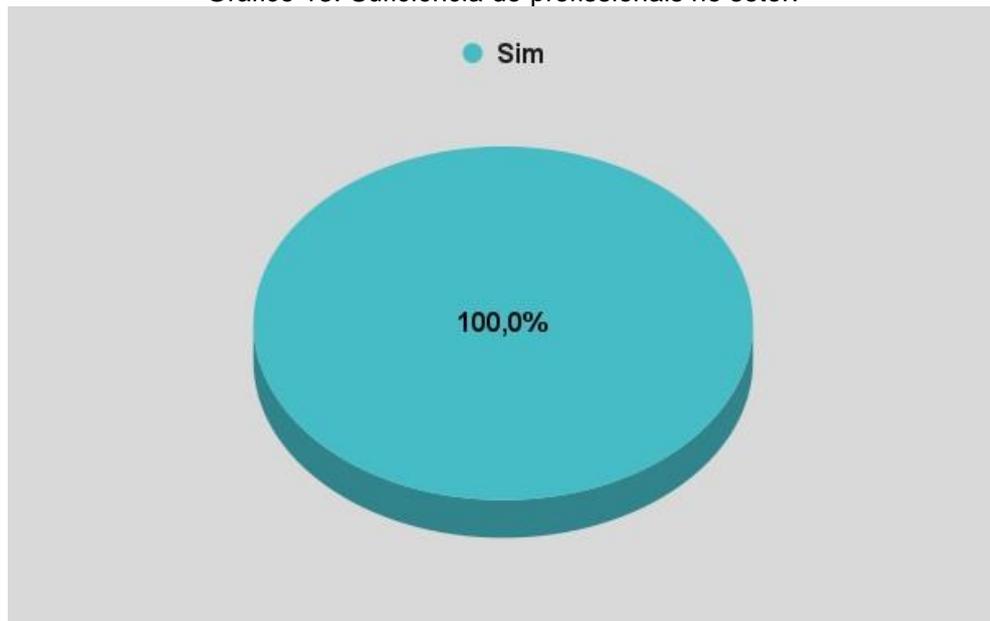


Fonte: o autor

O tema é bastante complexo, pois dependendo da forma como é avaliado o processo executado pelo setor ou dependendo da função de quem julga, pode fazer muita diferença como aqui exposto, onde há uma divisão na opinião da gestão referente ao assunto, ao ponto de ter um resultado dicotômico em relação ao mesmo processo. Isso pode estar relacionado a uma falta de padronização de processos, como já abordado em colocações anteriores.

Referente às condições de trabalho no setor, foi questionada à gestão, se há profissional capacitado pela instituição em número suficiente no setor para uma eficiente gestão de material. Houve unanimidade entre os gestores que afirmaram não haver servidores em número suficiente no setor, para atender com eficiência a demanda de atividades.

Gráfico 13: Suficiência de profissionais no setor.

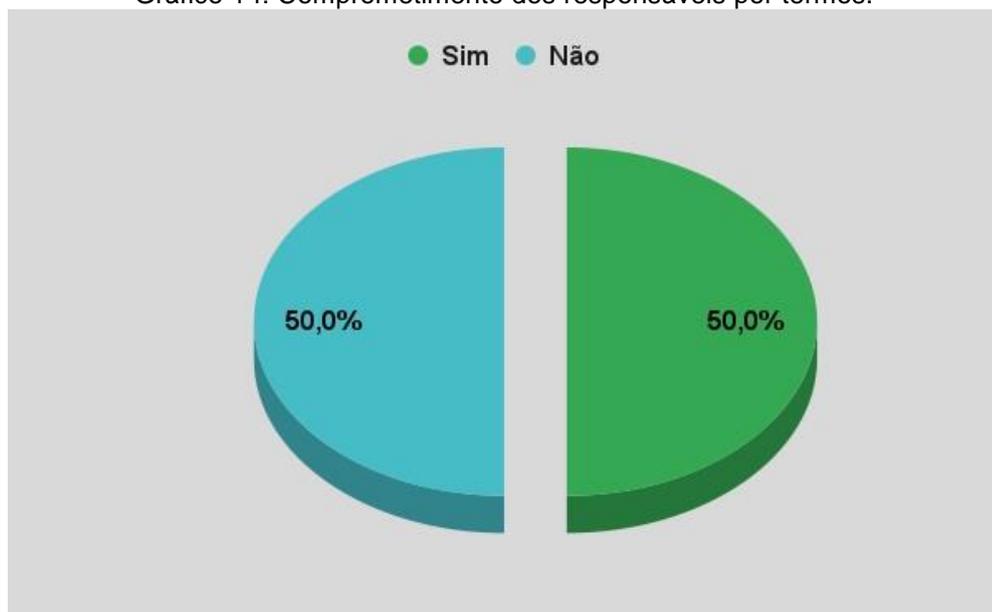


Fonte: o autor

A questão de deficiência de quantitativo profissionais, no setor, é novamente evidenciada, situação que compromete o bom desempenho do processo, agravado pela deficiência em relação a capacitações desses poucos servidores em atividade.

Também, buscamos a opinião da gestão sobre o nível de comprometimento dos servidores responsáveis por bens patrimoniais em executar o controle deste material. O gráfico a seguir demonstra a percepção da gestão, que entre as opções de muito bom, bom, regular e ruim, avaliaram entre regular e bom.

Gráfico 14: Comprometimento dos responsáveis por termos.



Fonte: o autor

Essa avaliação aponta uma condição mediana, que se considerar a deficiência em capacitação e de pessoal relatadas em respostas anteriores, é uma condição que pode ser melhorada com o desenvolvimento de um programa para incentivar a capacitação dos envolvidos no processo de controle de bens, e o estudo de um remanejamento de pessoal no sentido de realocar servidores para atender a necessidade do setor.

Uma das prováveis causas da dificuldade nesse processo de controle está associada à falta de padronização nas atividades dos setores de patrimônio das instituições, principalmente nas federais, pois há uma grande rotatividade de servidores entre elas. Desse modo, em muitos casos, essa falta de padronização de ações leva a confundir e atrapalhar o processo de gestão e controle dos materiais.

Bernardes (2021, p. 4), em sua pesquisa em vários setores de patrimônio de Universidades Federais pelo Brasil, relata que:

Os setores de patrimônios geram informações que agregam conhecimentos, e em contrapartida, trabalham independentes e cada um usando informações peculiares, conhecimentos parecidos e subsistemas que não se integram com as demais instituições. Variados são os procedimentos de execução das mesmas rotinas, tarefas e processos. E que, os setores de patrimônio executam procedimentos de recebimentos, registros, controles e desfazimentos de forma semelhante (Bernardes, 2021, p. 9).

Essa deficiência no controle devido à falta de padronização e também a outros fatores que foram relatados nesta pesquisa, traz complicações para as instituições, que sofrem apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle. Situação essa que de alguma forma prejudica o seu funcionamento, com restrição à acesso ao orçamento, e até a sobrecarga de atividade dos servidores, que além das atividades rotineiras, precisam também responder a relatórios e providenciar documentos para justificar e corrigir falhas no processo que poderiam ser evitados se houvesse uma padronização ou até em alguns casos devido à falta de capacitação ofertada a esses indivíduos.

Santos (2002) e Bernardes (2008) acrescentam que o setor de patrimônio é o local responsável pelo controle onde se desenvolvem as atividades, agregando ambiente físico, tecnológico, conhecimento, orçamento e recursos humanos, com finalidade de cumprir sua missão. Entre as ações do setor está o controle de recebimento de material, cadastramento e identificação, emissão de termos de responsabilidade, verificação periódica e os inventários anuais. Dentro da instituição

ocorre o controle interno, sendo um conjunto de ações exercido no âmbito do próprio órgão e o controle externo, ao qual a instituição está subordinada, exercido principalmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Complementando a respeito da categoria Desafios para aprimorar o processo e contribuir na qualidade das atividades de ensino, após a análise dos resultados, observamos que existem apontamentos de muitas dificuldades que tornam o processo de controle de material dificultoso para os envolvidos. Essas dificuldades devem ser enfrentadas a fim de tentar superá-las para que o processo se torne mais eficiente. O controle em uma empresa pública é burocrático e as atividades necessitam de planejamento para serem desenvolvidas, pois normalmente é necessário o apoio de outros sujeitos para acontecerem. Em uma escola de ensino técnico em diversas formações, esse processo é bem amplo, pois são muitos profissionais envolvidos: docentes, técnicos de diversos laboratórios, técnicos administrativos da área administrativa, da área pedagógica e pessoal terceirizado, que dão suporte para que o ensino, a pesquisa e a extensão aconteçam. Conseguir uma sincronia entre esses atores já é uma dificuldade, acrescentando a isso os materiais, que são muitos e, com eles, seus usuários e seus responsáveis.

Essa cooperação entre setores, usuários e responsáveis por material é imprescindível para que esse material esteja corretamente alocado e em condições de uso, o que é fundamental para desenvolvimento das atividades com eficiência. A movimentação de material no interior de uma instituição do porte do Instituto Federal Farroupilha Campus Alegrete é muito grande e frequente e, para manter uma boa organização, é necessária a cooperação de todos os envolvidos e uma boa comunicação, pois cada movimentação, além de devidamente autorizada, deve ser comunicada aos interessados, começando pelo responsável pelo bem que deve estar ciente e de acordo. Também, principalmente, deve informar o setor de patrimônio para que essa movimentação seja registrada.

Com relação à movimentação dos bens móveis, Santos (2016, p. 522) comenta que é todo remanejamento de bens patrimoniais dentro de uma instituição, sendo que suas atividades são de responsabilidade exclusiva do setor de patrimônio. Assim, toda e qualquer movimentação deverá ser devidamente documentada.

Esses gargalos, identificados nesta pesquisa, exigem atuação e condutas em diversas áreas desse processo a fim de que possam ser corrigidos e identificados

pelos relatos dos participantes, uma vez que existem dificuldade de diversas ordens e segmentos. Foram apontadas diversas dificuldades como falta de um sistema de informação mais eficaz e disponível a todos que permita a busca de informação referente aos bens, necessidade de infraestrutura mais adequada, carência de capacitação, necessidade de um sistema digital para auxiliar nas conferências, acúmulo de materiais em desuso sem o destino adequado, não disponibilidade acessível de informação para identificação de bens nas localidades, falta de um guia sobre o fluxo do processo, deficiência na identificação dos materiais (plaquetas), pouco controle de acesso às localidades, melhor distribuição de bens por termos (há casos de muitos bens em um único termo sob a responsabilidade de um servidor), demanda de uso de um bem por muitos usuários, falta de acessibilidade de informação no sistema atual, periodicidade muito grande entre as conferências, falta de uma equipe ou comissão só para executar constantemente na prática as conferências e inventários, falta de tempo para se dedicar aos bens devido a muitas atividades, falta de zelo com o material, falta de um comprometimento maior da gestão em relação aos bens, falta de campanhas educativas, entre outros.

Enfim, são vários apontamentos de deficiências e contribuições para melhoria em relação ao processo, que precisam ser consideradas e discutidas no sentido de produzir ações que promovam condições para superar as dificuldades relatadas. Desse modo, para que se mude a atual situação, é necessário um empenho generalizado de todos os envolvidos, embora a responsabilidade para com a grande parte dos problemas recaia sobre o setor de patrimônio, pois a esse cabem às medidas para dar início ao processo de mudança, seja através de mudança de alguma conduta que tenha que partir do próprio setor, seja pelo ato de solicitar às instâncias superiores atitudes para reverter e organizar os processos, uma vez que o dever de organizar e controlar o material permanente da instituição e o conhecimento de normas e legislações referente ao processo é do setor de patrimônio e de seus integrantes.

Segundo Bernardes (2021), o controle é um processo que se organiza em fases que consistem em ações:

O controle de processo consiste em três ações fundamentais: estabelecimento da diretriz de controle; - manutenção do nível de controle e melhoria do nível de controle. Controlar um processo significa manter estável (Rotina) e melhorar (Melhorias) um conjunto de causas que afetam os itens de controle da área a ser gerenciada. É também a avaliação

sistemática do desempenho de um processo e a tomada das medidas corretivas necessárias (Bernardes, 2021, p. 9).

Após a análise dos dados desta pesquisa, com o que foi relatado pelos seus participantes, se comparados com os dados das pesquisas que compõem o estado do conhecimento deste trabalho, observamos que as dificuldades são as mesmas em muitos casos, aos desafios que encontramos no Campus, *locus* da pesquisa, são semelhantes ao de outras instituições do país. Essa condição remete a uma deficiência de gestão em um sentido macro. Nesse sentido, podemos perceber a necessidade de se discutir mais a respeito dos bens materiais móveis e seus processos de controle e procedimentos necessários para serem mais eficientes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar os processos desenvolvidos na gestão patrimonial do IFFar - Campus Alegrete, a fim de contribuir com a organização e melhoria do gerenciamento patrimonial no espaço educativo institucional. Para atender ao objetivo da pesquisa, verificamos os procedimentos e normas existentes em relação aos bens patrimoniais; investigamos os procedimentos atualmente adotados por servidores responsáveis por bens e analisamos procedimentos executados pelo setor responsável, a fim de identificar os desafios do setor de patrimônio e dos detentores de bens no processo do controle patrimonial.

Como somos integrantes de uma instituição de ensino profissional e tecnológico, que objetiva a formação humana e integral na busca pelo desenvolvimento da cidadania, trabalho, ciência, tecnologia e cultura, tendo o trabalho como princípio educativo e o educando enquanto produtor de conhecimento, e que também está empenhada em oferecer uma formação integral a sua comunidade, temos a responsabilidade de levar em consideração esses conceitos básicos e colocá-los em prática em nosso dia a dia.

De acordo com Pacheco (2015, p. 29), a formação integral consiste em superar a dualidade produzida pela divisão social do trabalho, entre o ser humano que pensa e aquele que trabalha, objetiva formar o cidadão antes de formar o profissional, na construção de uma totalidade através de múltiplas relações sociais entre a coletividade, atingindo uma formação humana omnilateral, que inclui o trabalho, a ciência e a cultura.

Com perspectiva de colaborar no desenvolvimento de uma gestão democrática no âmbito institucional, convidamos os servidores envolvidos na gestão de materiais para contribuírem na construção de meios para melhorar o controle de materiais do Campus. Desse modo, foi analisado o processo atual com a participação de parte dos sujeitos envolvidos na gestão e essa participação se deu de forma voluntária através de respostas a um questionário, onde os participantes puderam opinar a respeito do processo e fazer sugestões. Essa foi uma forma de construir soluções de forma democrática, com a participação dos envolvidos no processo.

Tendo como pressupostos os princípios norteadores de nossa instituição, após a realização da pesquisa e tratamento dos dados através da Análise Textual

Discursiva, chegamos a duas categorias emergentes: A importância dos bens patrimoniais para o desenvolvimento das atividades educativas e Desafios para aprimorar o processo e contribuir na qualidade das atividades de ensino.

Relacionado à primeira categoria, os participantes consideraram os bens patrimoniais fundamentais para o desenvolvimento das atividades educacionais, como materiais pedagógicos indispensáveis, que dão suporte a uma educação de qualidade no desenvolvimento de atividades acadêmicas e de pesquisa e extensão e salientaram a importância de zelar por esse patrimônio.

Referente à segunda categoria, emergiram muitas dificuldades apontadas pelos participantes e também sugestões que precisam ser consideradas para se chegar a soluções e superar essas deficiências. O resultado dessa pesquisa mostra a necessidade de buscar ações para serem implementadas, bem como efetuar um controle mais eficiente. Entre as deficiências apontadas, as mais mencionadas foram referentes à disponibilização de informação, capacitação e atualização de sistema e normas relacionadas ao patrimônio. Também, surgiu divergência sobre a oferta de capacitação, pois os servidores do patrimônio relataram a falta de disponibilização de capacitação, embora a gestão afirme que há essas capacitações por meio dos canais institucionais. Essa situação merece atenção, pois se há essa disponibilidade, ela não está sendo direcionada aos interessados, ou como relatado sobre a sobrecarga de trabalho dos servidores do patrimônio: por estarem a muito tempo com déficit de profissionais no setor, não estão conseguindo tempo para se capacitarem.

Esta pesquisa aponta vários problemas sobre a gestão de bens já mencionados em outros estudos sobre bens patrimoniais em órgãos públicos, como pode ser constatado nas pesquisas relatadas na seção estado do conhecimento.

Conforme o relatado pelos participantes, podemos observar muitas situações que estão relacionadas à falta de uma educação dos usuários e responsáveis para com o uso e a gerência desses bens, uma educação no sentido de prepará-los para essa função, uso e situações que surgem no desenvolvimento das atividades. Assim, uma educação patrimonial, como uma disciplina transversal ofertada aos educandos, auxiliaria no sentido de desenvolver neles a percepção da importância que esses materiais e espaços patrimoniais institucionais têm para suas atividades e para seu conforto dentro das dependências da escola, nas salas de aula, laboratórios, alojamentos e demais espaços que esses estudantes têm a sua

disposição dentro da instituição, e em forma de um programa de cursos de capacitação para os servidores, medidas que poderiam reduzir os problemas levantados nesta pesquisa.

Considerando os resultados obtidos, acreditamos que a pesquisa atingiu seu objetivo e cabe aos responsáveis, ao tomarem conhecimento dessas dificuldades enfrentadas no controle de material, desenvolver, democraticamente, junto à comunidade acadêmica, ações que melhorem a publicação de informação sobre o processo de gestão do patrimônio, buscar meios para ofertar mais capacitação aos envolvidos, promover campanhas de educação e conscientização relacionadas à gestão e uso dos bens, realizar uma avaliação do quantitativo de servidores no campus e uma readequação no intuito de disponibilizar mais servidores para o setor de patrimônio, medidas e iniciativas que venham a auxiliar na construção de soluções para melhorar o processo de controle do material.

“Não é fazer para eles e nem fazer por eles, mas é fazer com eles”.

FREIRE

## 6 PRODUTO EDUCACIONAL

Considerando a importância do Campus Alegrete para a comunidade escolar, que compreende aproximadamente 1.605 pessoas entre servidores efetivos, terceirizados e alunos, que tem diretamente suas vidas beneficiadas por essa instituição através da oferta de ensino e trabalho, e indiretamente cada localidade desse país, onde um cidadão profissional formado por ela passa a atuar, pensamos um produto que possa ser útil na gestão do material e que contribua no desenvolvimento das atividades educacionais.

Através do resultado da pesquisa, foi desenvolvido, como produto educacional, um guia prático com informações relativas aos procedimentos que devem ser adotados para gerência e controle eficiente dos bens, que venha a auxiliar o setor do patrimônio e também os responsáveis por materiais e demais usuários em suas atividades no controle e uso desse material, com a clara intenção de fornecer um guia com as informações de orientações básicas de fácil acesso para o interessado.

Na produção desse Produto Educacional, consideramos em todo seu desenvolvimento os conceitos de Gabriel Kaplún (2003), os quais definem que um material educativo não é só um objeto que facilita a experiência de aprendizado, ou um objeto que busca mediar o aprendizado e proporcionar informação, mas que em determinado contexto facilite ou apoie o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, até mesmo um objeto que só proporcione informação pode ser educativo se utilizado em um contexto que possibilite essa função.

Ao elaborar esse PE, seguimos os preceitos de Kaplún (2003), considerando os três eixos sugeridos por ele: o conceitual, com a busca pela informação referente ao assunto pesquisado; o eixo pedagógico, como articulador do material educativo, responsável pelo caminho que essa proposta vai percorrer com seu início e final delimitados, e quais são esses sujeitos que se quer atingir e, finalmente, o eixo comunicacional, sendo o veículo utilizado para levar esse conteúdo.

O PE desenvolvido é um guia prático com conteúdo básico, apenas com informações mais pontuais e úteis para o dia a dia das atividades. Foi desenvolvido com o conteúdo centrado em uma abordagem que chame atenção do leitor com o texto em forma de questões que remetem o leitor a imaginar estar vivenciando a situação, onde ele questiona e ao mesmo tempo recebe a devolutiva com as

informações referentes à dúvida abordada, e a informação de legislação que regulamenta a ação ou a situação.

Essas questões se referem a como ele deve tratar o patrimônio, o que é um bem patrimonial, um termo de responsabilidade, suas responsabilidades como detentor de um termo, o que deve fazer ao receber um termo, até onde ele tem autonomia em relação ao bem sob sua responsabilidade, as penalizações que pode sofrer relacionado ao trato dos bens, e as responsabilidades e competências do Setor de Patrimônio.

Após o desenvolvimento do Produto Educacional elaborado através dos resultados da pesquisa, passamos para a etapa de avaliação do PE. Sobre a avaliação de PE, Kaplún (2003) sugere ser a partir de práticas pedagógicas concretas, ou seja, analisar o material em condições reais e não em uma prova de laboratório em condições especiais.

Dessa forma, seguindo a proposta de Kaplún, o PE foi avaliado pelos servidores do campus, considerando os aspectos sugeridos por Ruiz (2014), que sugerem a organização de um guia de perguntas a partir de cinco componentes: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação. Dessa forma, o PE é avaliado referente a seu potencial de ação, compreensão, aceitação e estímulo à mudança de ação.

A avaliação do PE foi desenvolvida através de um questionário contendo cinco perguntas semiestruturadas, onde cada pergunta continha duas alternativas: uma “sim” e outra “não” e espaço para sugestões, caso o participante assim quisesse. Foi elaborado na plataforma do *Google Forms* ([https://docs.google.com/spreadsheets/d/1YsBztUHfchUAacUgpktPvVm171eYkdvJ08j\\_lkPozDQ/edit?resourcekey#gid=1087439234](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1YsBztUHfchUAacUgpktPvVm171eYkdvJ08j_lkPozDQ/edit?resourcekey#gid=1087439234)), e enviado via e-mail para os servidores do campus Alegrete, onde se desenvolveu toda a pesquisa. Essa coleta de dados ocorreu entre 14/02/2024 e 26/02/2024. No quadro a seguir, está demonstrado o resultado da avaliação.

Quadro 4 – Resultado da avaliação

Perguntas	Respostas	
	sim	não
Você acha esse material atrativo?	92%	08%
O material é de fácil compreensão?	96%	04%

Você acha esse material útil para você?	100%	0
A linguagem desse material está de acordo com seu propósito?	96%	04%
Você acha que o conteúdo desse material tem potencial de estimular um olhar e atitudes para contribuir na melhoria do processo ao qual está se propondo?	96%	04%

Elaborado pelo autor

Considerando todas as respostas dos respondentes, referentes às cinco perguntas, o PE teve média de 96% de aceitação. Com esse resultado, podemos considerar o produto com potencial para informar e orientar os envolvidos no processo de controle de material e também os demais indivíduos que utilizam esse material para suas atividades.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito administrativo descomplicado** / Marcelo Alexandrino, Vicente Paulo. -19. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2011.

ANTUNES, Ricardo L. C. (Ricardo Luís Coltro), 1953- **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** / Ricardo Antunes. - [2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009. - (Mundo do Trabalho)

ARROYO, M. G. **Pedagogia das Relações de Trabalho**. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 2, p. 61–67, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8785>. Acesso em: 8 jul. 2023.

AZEVEDO, Fernando de et al. **A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

BERNARDES, José Francisco. **Gestão Patrimonial: materiais permanentes e bens móveis**. Florianópolis: IU/UFSCS, 2008.

BERNARDES, José Francisco; DOS SANTOS, Elaine Garcia; PROCHNOW, Rosana Valéria Tibes Moreira. **Gestão Patrimonial de Bens Móveis: Instrumento para Otimizar Custos e Planejamento**. Revista Prociências, v. 4, n. 3, p. 76-85, 2021.

BRANCHER; CANTERLE; MACHADO. **Metodologia(s) da pesquisa em educação profissional M593 e tecnológica: dilemas e provocações contemporâneas** [recurso eletrônico] / organização de Vantoir Roberto Brancher, Lisiane Darlene Canterle, Fernanda de Camargo Machado – Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Brasília. Ministério da Educação. Instituto Federal Farroupilha. Resolução CONSUP nº 009/2019 de 26 de abril de 2019. Aprova o **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026 do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha**.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos Casa Civil. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

[2008].[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. [1993].[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666compilado.htm). Acesso em: 25 jul. 2022

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [1964]. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm). Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Brasília. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002**, publicada no DOU de 17/09/2002. Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. Diário Oficial [da] República Federativa. Brasília, DF, 17 set. 2002. Disponível em: <[http://portalfns.saude.gov.br/images/banners/Sigem/Portaria\\_448\\_de\\_13\\_de\\_Setembro\\_de\\_2002.pdf](http://portalfns.saude.gov.br/images/banners/Sigem/Portaria_448_de_13_de_Setembro_de_2002.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Brasília. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018**. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final, ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=DECRETO+N%C2%BA+9.373%2C+DE+11+DE+MAIO+DE+2018&rlz=1C1GCEA\\_enBR944BR944&oq=DECRETO+N%C2%BA+9.373%2C+DE+11+DE+MAIO+DE+2018&aqs=chrome..69i57.1430j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=DECRETO+N%C2%BA+9.373%2C+DE+11+DE+MAIO+DE+2018&rlz=1C1GCEA_enBR944BR944&oq=DECRETO+N%C2%BA+9.373%2C+DE+11+DE+MAIO+DE+2018&aqs=chrome..69i57.1430j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em: 04 mar 2023.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965**. Regula a ação popular. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4717.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4717.htm). Acesso em: 04 mar 2023.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.429, de 2 de junho DE 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis

em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm). Acesso em 04 mar 2023.

BRASIL. Brasília. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 04 mar 2023.

BRASIL. Brasília. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016**. Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 23 de nov. de 2023.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo** / José dos Santos Carvalho Filho. – 31. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

CASTAMAN, Ana; RODRIGUES, Ricardo. **O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 6, n. 17, 2020.

CFC. **Conselho Federal de Contabilidade**. Fabricio santos, Representante CFC no IPSASB.2017. Disponível em: <<https://cfc.org.br/noticias/representante-do-cfc-no-ipsas-board-da-ifac-faz-apresentacao-em-plenaria-do-cfc/>>. Acesso em: 25 set. 2022.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público**: NBC's T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Publicação eletrônica. 51 p. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Setor\\_P%C3%BAblico.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf)> Acesso em: 02 out. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto, Introdução à **Teoria Geral da Administração**/Idalberto Chiavenato. – 6. ed.- Rio de Janeiro: Campus 2000.

CIAVATTA, Maria. **Dicionário da educação profissional em saúde** / Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima. ñ 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.

DOMINGUES, G.C.M.C.; SILVA, B.E. **Depredação do Patrimônio Público Escolar: intervenção pedagógica na escola estadual** Dr. Geraldo Parreiras de João Onlevade-MG. Rev.Cient. Doctum, v.1, n.2, p.1-17, 2017.

FARIAS, Regiane de Souza Oliveira; LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza. **Educação Patrimonial como Tema Transversal no Ensino Médio Integrado: um Olhar dos**

**Professores em uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica.** 2022. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 23, n. 2, p. 299-308, 2022.

FARIAS, Regiane de Souza Oliveiral. **Educação Patrimonial como Tema Transversal: contribuições ao ensino médio integrado do instituto federal do acre, campus Rio Branco.** 2022. Trabalho Acadêmico. (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas 23, 2022, p.299-308.

FERNANDES, Elizabeth Carvalho; MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches. **Análise do controle patrimonial de bens permanentes em uma Organização Pública.** *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 4, 2019.

FILCK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes /** Uwe Flick; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. - Porto Alegre: penso, 2013.

FRANCISCHINI, G. Paulino; GURGEL, Floriano do Amaral. **Administração de materiais e patrimônio.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança.** Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Unesp, 2000a.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação. Cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Paz e Terra, 2000b.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores-** excertos. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho. Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação - CUT, 2005.

GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva.** [Digite o Local da Editora]: Editora Unijuí, 2020. 9786586074192. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074192/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos, 1946 – **Métodos e técnicas de pesquisa social /** Antônio Carlos Gil. – São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008

GIL, Antônio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal. Participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social** [livro eletrônico]

atuação no desenvolvimento de projetos sociais / Maria da Glória Gohn. -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013. --(Coleções questões da nossa época; v. 1)960 kb; e-PUB.

IFFAR. Instituto Federal Farroupilha. **Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais**. Ministério da Educação. [2012].file:///C:/Users/ronyr/Downloads/2012513163817187manual\_de\_controle\_patrimonial\_resolucao\_ad\_referendum\_n%C2%B0\_25%20(1).pdf. Acesso em 25 jul. 2022.

JACOBINI, Maria Letícia de Paiva. **Metodologia do trabalho acadêmico** / Maria Letícia de Paiva Jacobini.--Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. **Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica**. Revista em extensão, v. 7, n. 1, 2008.

KAPLÚN. Gabriel. **Material Educativo: A Experiência de Aprendizado**. Comunicação & Educação, São Paulo, (271: 46 a 60, maio/ago. 2003.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.347 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Regina Célia; SILVA, Adriano Willian da Silva. **A Gestão Patrimonial em Instituições Federais de Ensino**. Revista Mundi Sociais e Humanidades (ISSN: 2525-4774), v. 6, n. 1, 2021.

LIRA FILHO, Paulo Anastacio. **Análise da gestão do patrimônio móvel na Universidade Federal de Campina Grande sob a perspectiva do princípio da eficiência**. 2018. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP). Universidade Federal de Campina Grande – PB.

LOBO, Marilene Ferreira. **Exercendo a cidadania no chão da escola: aprendendo a conservar o patrimônio público escolar**. Research, Society and Development, v. 11, n. 13, p. e54111335192-e54111335192, 2022.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social** volume 14/ Georg Lukács; [traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. – Maceió: Coletivo Veredas, 2018.1457 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Afonso de Oliveira. **Otimização do controle patrimonial: um estudo sobre as práticas de gestão de ativo imobilizado para o controle do material permanente nas OM**. 2019. Trabalho acadêmico. (Curso de Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro - RJ.

MARX, **O Capital**, Livro I, Tomo I, Nova Cultural, São Paulo, 1996, p. 297-8.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luís Claudio de Castro e Costa. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado de conhecimento e questões do campo científico**. Educação, p. 101-116, 2015.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília-São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. / Eliezer Pacheco. – Natal: IFRN, 2015. 67 p.

PARO, Vítor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo-SP: Cortez, 2003. 175 p. ISBN-10: 852490061X. ISBN-13: 978-8524900617.

PONTES, Everton Pereira de. **Gestão patrimonial: um estudo de caso no IFPB campus Picuí**. 2019.

RUIZ, L., MOTTA, L., BRUNO, D., DEMONTE, F., TUFRÓ, L. **Producción de materiales de comunicación y educación popular**. Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2014.

SANTOS, Gerson dos. **Manual de administração Patrimonial**. Florianópolis: Secco, 2002.

SANTOS, Gerson. **Gestão patrimonial**. 4ª ed. Florianópolis: Secco, 2012.

SANTOS, Gerson dos. **Gestão Patrimonial: Ampliada e atualizada**. 5.ed. Florianópolis: Secco, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso.

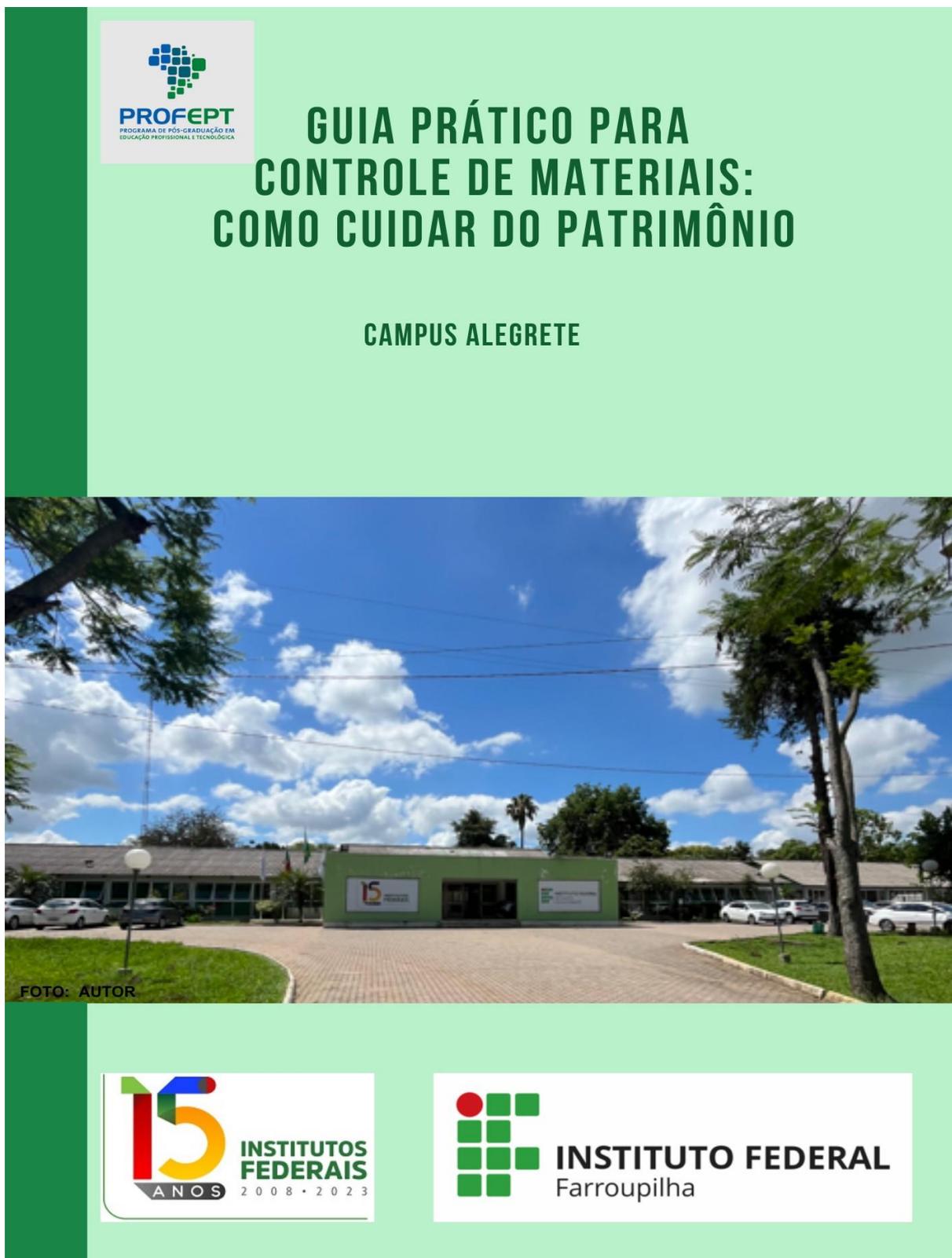
SANTOS, Jâmerson Rafael. **Sistemas Integrados de Gestão Como Ferramenta Para a Administração Efetiva do Patrimônio Público**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni- Unidoctum Teófilo Otoni – MG.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Especificidade da universidade: implicações para a avaliação institucional**. Pró-posições, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Tradução de João Dell” Anna. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

## APÊNDICE

## PRODUTO EDUCACIONAL



### INFORMAÇÕES EDITORIAIS

Roteiro e Conteúdo: Ronimar Rosso Gomes.

Diagramação e Layout: Ronimar Rosso Gomes.

Orientação e revisão final: Profa. Dra. Catiane Mazocco Paniz, Profa. Dra. Maria Rosângela Silveira Ramos.

### DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Título: GUIA PRÁTICO PARA O CONTROLE DE MATERIAIS: COMO CUIDAR DO PATRIMÔNIO.

Origem do Produto: Desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR).

Área de Conhecimento: Ensino.

Público Alvo: Servidores do IFFAR.

Categoria deste produto: GUIA.

Finalidade do produto: Proporcionar, junto às demais ações institucionais, conhecimento e conscientização referente ao uso e conservação dos bens materiais permanentes da instituição.

Organização do Produto: Em tópicos.

Registro do Produto: 742922

Avaliação do Produto: Em banca de defesa de mestrado.

Disponibilidade: Pública.

Instituições envolvidas: IFFAR.

Apoio financeiro: Financiado pelos autores.

Divulgação: Por meio digital.

URL do produto: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/742922>

Idioma: Português.

Cidade: Alegrete.

País: Brasil.

Ano: 2024.



### **GUIA PRÁTICO PARA O CONTROLE DE MATERIAIS: COMO CUIDAR DO PATRIMÔNIO**

**Produto Educacional elaborado pelo mestrando Ronimar Rosso Gomes, sob orientação da Profa. Dra. Catiane Mazocco Paniz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) – IFFAR, Campus Jaguari.**

**Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.**



## APRESENTAÇÃO

A pesquisa que deu origem a este Produto Educacional buscou compreender a importância dos bens materiais para o desenvolvimento das atividades. Este PE de título “GUIA PRÁTICO PARA O CONTROLE DE MATERIAIS: COMO CUIDAR DO PATRIMÔNIO”, é um Guia Prático que propõe ressignificar a importância desses materiais, do seu controle e conservação, trazendo em seu conteúdo orientações para a execução de procedimentos, informações e rotinas pertinentes à gestão do material, bem como a legislação que respalda esses procedimentos.

Desse modo com este PE pretende-se ressignificar a importância desses materiais, dos espaços institucionais que os abrigam e dos profissionais que os guardam.

Este Produto Educacional é resultado da pesquisa desenvolvida no programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) - Campus Jaguari, dentro da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), inserida no macroprojeto 6, Organização de Espaços Pedagógicos da EPT, com a orientação da Profa. Dra. Catiane Mazocco Paniz.

A construção de um PE (Produto Educacional) é requisito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica para a conclusão do curso. O PE é resultado de uma atividade de pesquisa desenvolvida com objetivo de responder a um problema, resultando, desse modo em um produto para aplicação imediata com finalidade de contribuir e agregar conhecimentos na sua área de atuação.

O objetivo do tema é conscientizar sobre a importância dos bens e espaços institucionais para o desenvolvimento de um ensino com qualidade.

Como forma de tornar o PE bem didático, ele está construído em formato de um diálogo, para tornar o assunto realista para o leitor. Também, objetiva ser de fácil compreensão para que possa transmitir informações úteis para os envolvidos no processo e no desenvolvimento do trabalho diário.

A seguir apresentamos o guia prático para o controle de materiais:



As figuras de fundo nas páginas, representam a diversidade de bens que compõe o patrimônio material de nossa instituição.

## GUIA PRÁTICO PARA O CONTROLE DE MATERIAIS: COMO CUIDAR DO PATRIMÔNIO

**ÓH!!! SOU SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL!!!**

**PRECISO SABER SOBRE PATRIMÔNIO? O QUE É ISSO? TENHO QUE CUIDAR DISSO? COMO?**

**BENS PATRIMONIAIS. O QUE É ISSO?**

Art. 2º Para os fins desta Instrução, consideram-se:

VI - bens patrimoniais, conjunto de bens, móvel ou imóvel, consumo e permanente, adquiridos ou doados, cuja titularidade do domínio pertença ou venha a pertencer ao Instituto Federal Farroupilha (MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS).

Você é aprovado em concurso, entra em exercício, e vem alguém e diz: Você vai ficar responsável pelo termo tal. Esse patrimônio é sua responsabilidade.

**TERMO DE RESPONSABILIDADE ? O QUE É ISSO?**

São títulos jurídicos de outorga de uso, o termo de responsabilidade, termo de movimentação e termo de empréstimo.

**SOU EU MESMO QUEM DEVO SER O RESPONSÁVEL?**

Art. 53º São responsáveis pela assinatura do termo de responsabilidade:

I - o bibliotecário, no que tange aos materiais bibliográficos.

II - o coordenador administrativo, coordenador de curso, chefe de setor, diretor do Campus ou servidor público, no que tange aos demais bens, observado sempre a localização do material, sua peculiaridade e seu utente.

Art. 54º O servidor ou prestador de serviços contratados que no exercício de sua atribuição necessite utilizar bem ou conjunto de bens de forma exclusiva deverão assinar termo de responsabilidade (Termo de Responsabilidade Especial).

§ 1º O termo de responsabilidade especial também será expedido a servidor ocupante de cargo de provimento efetivo quando as peculiaridades do bem assim o exigir.

Por sua vez, o § 1º deste artigo abre exceção à regra de que todo material será de responsabilidade do encarregado ou chefe de qualquer unidade setorial. Estará, no

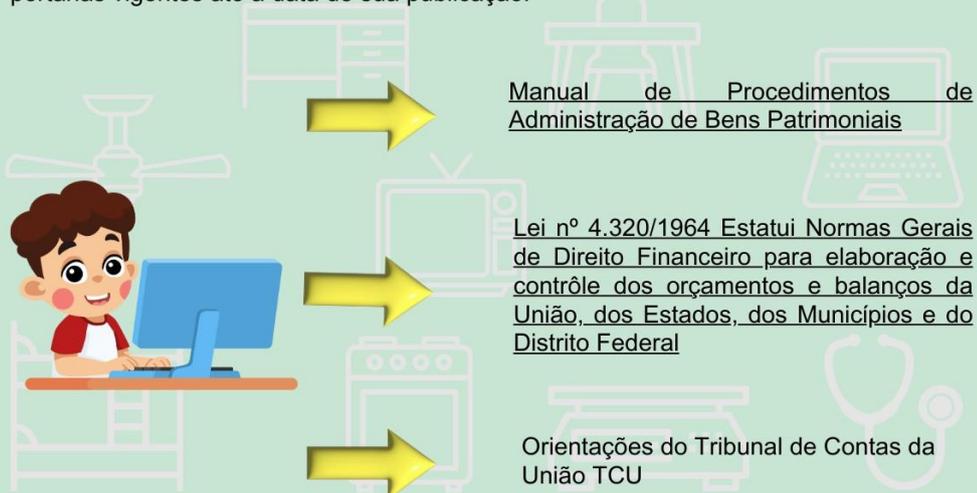
sistema, a cargo do responsável pelo setor. Contudo, o real utente, ou seja, aquele servidor que detém sob sua posse determinado bem ou equipamento, que em virtude das peculiaridades do material ou de seu uso ensejam a emissão de um termo especial (anexo ao termo comum) para que seja possível identificar o real guardião (utente), a exemplo, os equipamentos de informática como netbook e notebooks a cargo de docentes que genericamente estão lotados na direção de ensino mas não possuem setor ou coordenação específico ou por eles respondem (MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS).

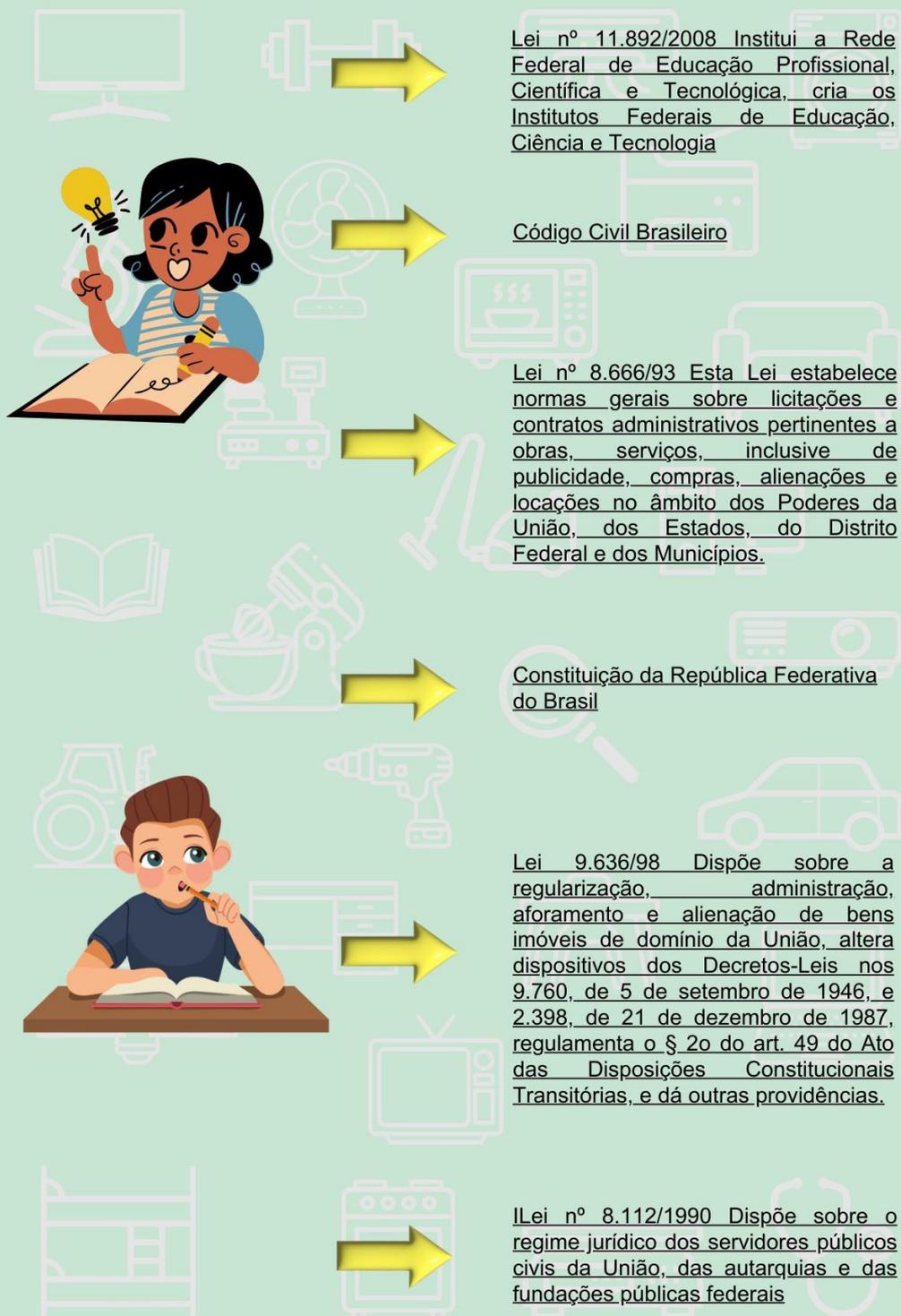
### E AGORA, O QUE FAZER?

Este guia foi pensado para facilitar sua vida com relação a essa situação e melhorar esse processo de controle e cuidado com o bem, que passa a ser de sua responsabilidade, e que serve de certo modo, a todos, pois ele auxilia no desenvolvimento das atividades de ensino e, em algumas situações são fundamentais.

Este produto foi resultado da pesquisa de mestrado sob o título: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E O CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS PARA CONTRIBUIR NA QUALIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS, aplicada no IFFAR Campus Alegrete, com objetivo contribuir com a organização e melhoria do gerenciamento patrimonial no espaço educativo, no IFFar Campus Alegrete.

Agora vamos abordar algumas situações mais comuns, e orientá-lo de forma prática de acordo com o **Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais do IFFAR**. Manual instituído pela RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 25, de 10 de maio de 2012, e elaborado de acordo com as seguintes leis, decretos, normativas, e portarias vigentes até a data de sua publicação:







Decreto nº 93.872/1986 Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.



Lei n.º 9.784/99 Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. (ALMOXARIFADO)



Decreto nº 1.280/1994 Dispõe sobre a execução do Acordo de Alcance Parcial para a Facilitação do Comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, de 18 de maio de 1994.



Decreto n.º 99.658/1990 Revogado pelo Decreto nº 9.373/2018. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



I.N./SEDAP nº 205/88 I.N., com o objetivo de racionalizar com minimização de custos o uso de material no âmbito do SISG através de técnicas modernas que atualizam e enriquecem essa gestão com as desejáveis condições de operacionalidade, no emprego do material nas diversas atividades.



I.N./DASP nº 142/83 Orientações para padronização de procedimentos inerentes à administração de materiais em órgãos públicos no âmbito federal



Portaria STN 448/2002 Divulga o detalhamento das naturezas de despesas.

DOU/ I.N./CGU Nº 04, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009 Dispõe sobre o Termo Circunstanciado Administrativo (TCA).

**Ainda há outras regulamentações referentes ao tema não mencionadas no no Manual, pois foram criadas após a sua instituição em 2012.**



Lei 12.305 DE 02 DE AGOSTO DE 2010. Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos

Decreto 9.373 / 2018. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



Decreto 10.340 / 2020. Altera o Decreto 9.373 / 2018. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020, (Se refere a aplicação do TAC, Termo de Ajustamento de Conduta).

10



### **Agora que você já sabe de onde saiu o nosso regulamento, vamos adiante!!!**

Você recebeu um termo de responsabilidade e vai ter que ficar de guardião desse material:

- 1- Normalmente é a sua chefia que lhe designa essa responsabilidade.
- 2- O Setor de Patrimônio é o responsável pela emissão do termo e encaminhamento para você.
- 3- Agora você precisa conferir esse material que consta no termo assiná-lo e enviar para o Setor de Patrimônio. Como fazer isso?
  - a- Conferir se os materiais estão presentes na localidade, e seu estado de conservação.
  - b- Anotar todas as faltas ou danos que encontrar relativos ao material e informar ao Setor de Patrimônio.
  - c- Essa conferência deve ser feita obrigatoriamente à vista da verificação física de cada material juntamente com o detentor atual do termo para lhe orientar e dar informações a respeito, em caso de força maior que o impeça de fazer pessoalmente essa passagem de responsabilidade do material, o detentor pode delegar a um terceiro para esse incumbência. Não tendo o detentor procedido desta forma mencionada, poderá ser designado servidor do órgão, ou instituída Comissão Especial pelo dirigente da Diretoria de Administração e Planejamento ou órgão equivalente, nos casos de carga mais vultosa, para conferência e passagem do material.
  - d- Entregar ao Setor de Patrimônio o termo Assinado e a relação de matérias em falta e danificados (MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS).

### **AGORA VOCÊ É RESPONSÁVEL POR UM TERMO DE MATERIAL!!!**

#### **E QUAIS SÃO MINHAS RESPONSABILIDADES?**

Bem, a você compete:

- I - Assumir a responsabilidade pelos bens que estão destinados à seu uso ou do setor que está sob sua chefia ou direção.
- II - Comunicar à Gerência de Patrimônio qualquer movimentação dos bens sob a sua responsabilidade.
- III - Comunicar, imediatamente, a quem de direito, (Setor de Patrimônio) qualquer irregularidade ocorrida com o material entregue aos seus cuidados.
- IV - Nos impedimentos legais temporários (férias, licenças, afastamentos, e outros), informar de forma expressa e escrita o nome do seu substituto para que a ele seja atribuída à responsabilidade provisória pela guarda do bem.
- V - Ao ser desvinculado do cargo, função ou emprego, deverá passar a responsabilidade



do material sob sua guarda a outrem, comunicando expressamente ao gestor patrimonial, salvo em caso de força maior, quando:

a) Impossibilitado de fazer, pessoalmente, a passagem de responsabilidade do material, poderá o servidor delegar a terceiros essa incumbência. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS).

### **POSSO EMPRESTAR OS BENS SOB MINHA RESPONSABILIDADE?**



A outros servidores e setores, sim, sem troca de responsabilidade quando tratar-se de “empréstimo” precário e transitório, não mais que dois dias ou durante a realização de determinado evento cuja unidade gestora do Instituto Farroupilha que possui a posse do bem participe. Com emissão do Termo de Movimentação.

Art. 55° Para movimentar um bem que esteja sob a guarda de determinada unidade setorial interna, deve, seu responsável, comunicar expressamente o encarregado do Patrimônio, que expedirá o respectivo termo de movimentação.

Art. 56° A movimentação sem troca de responsabilidade poderá ser utilizado:

II - para empréstimo transitório para outra unidade setorial interna, em período não superior a dois dias ou durante a realização de evento em que o Instituto Federal Farroupilha seja participante. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS)



### **A TERCEIROS?**

É permitido em algumas situações específicas, com regulamentação.

Art. 62° Para efetuar o empréstimo de um bem que esteja sob a guarda de determinada unidade setorial interna, deve, seu responsável, comunicar expressamente o encarregado do Patrimônio, que expedirá o respectivo termo de empréstimo.

§ 1° O empréstimo de bem público somente efetiva-se para outros órgãos públicos não integrantes da estrutura da Administração Pública Federal, terceiros, particulares, pessoas físicas ou jurídicas, delegatários de serviço público.

§ 2° A movimentação por empréstimo de que trata este artigo, somente será autorizada ou permitida se no comunicado expedido ao Patrimônio atentar, dentre outros motivos justificados, para o interesse público. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS).

### **E QUANDO O BEM PRECISA DE CONSERTO OU ENVIO À GARANTIA FORA DAS DEPENDÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO?**



O responsável encaminha o bem ao Setor de Patrimônio, para que este remeta-o à garantia ou conserto, com o respectivo termo de movimentação, sem prejuízo da apuração de falta ou dano se houver.

Art. 56° A movimentação sem troca de responsabilidade poderá ser utilizada:

I - para conserto ou garantia, em que não se efetuará troca de responsabilidade;

1° O termo de movimentação que alude o inciso I deste artigo será emitido e assinado pelo encarregado do Patrimônio, tomando as providências cabíveis para o envio ao conserto ou garantia. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS).

### **POSSO SOFRER PENALIZAÇÃO?**

**SIM!!!**



Art. 83° De acordo com a IN nº 205/88, todo servidor público poderá ser chamado à responsabilidade pelo desaparecimento do material que lhe for confiado, para guarda ou uso, bem como pelo dano que, dolosa ou culposamente, causar a qualquer material, esteja ou não sob sua guarda.

Você pode responder a uma sindicância e até um PAD, com direito ao contraditório, e a ampla defesa, caso seja após a apuração do processo responsabilizado, poderá:

I - arcar com as despesas de recuperação do material; ou

II - substituir o material por outro com as mesmas características; ou

III - indenizar, em dinheiro, esse material, a preço de mercado, valor que deverá ser apurado em processo regular através de comissão especial designada pelo titular em exercício da Diretoria de Administração e Planejamento ou da unidade equivalente (MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS).

### **É BOM VOCÊ SABER QUEM É, E QUAIS AS RESPONSABILIDADES DO SETOR DE PATRIMÔNIO.**

#### **O SETOR DE PATRIMÔNIO É:**



Art. 8° A unidade de Patrimônio de cada Campus e da Reitoria, é órgão de atividade fim, responsável pela coordenação das atividades de patrimônio e logística de materiais no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, tem por finalidade elaborar, executar e acompanhar os programas, projetos e atividades relacionadas com o desenvolvimento institucional, qualidade, normatização, racionalização de instrumentos, métodos, rotinas

e procedimentos de trabalho da área de patrimônio e logística de aquisição de material.

#### **COMPETE AO PATRIMÔNIO:**



Parágrafo único. Para os fins que dispõe o caput deste artigo, são atribuições básicas que compete ao Patrimônio, em cada órgão, o seguinte:

- I - Elaborar, implantar e coordenar programas e projetos referentes ao desenvolvimento institucional das atividades da área de patrimônio, no que se refere ao patrimônio mobiliário e imobiliário;
- II - Promover a normatização e racionalização de instrumentos, métodos, procedimentos e rotinas da área de patrimônio;
- III - Propor normas e procedimentos operacionais relativos às atividades de gestão de recursos de patrimônio no âmbito do respectivo campo de atuação;
- IV - Supervisionar, e orientar, as atividades de logística dos demais órgãos que compõem o Instituto Federal Farroupilha;
- V - Promover a aplicação de novas tecnologias, visando assegurar a melhoria dos serviços, o aumento da produtividade e a contenção de despesas na área de patrimônio;
- VI - Coordenar e supervisionar os serviços de recebimento, conferência, guarda e distribuição de bens permanentes reutilizáveis no âmbito do Instituto Federal Farroupilha;
- VII - Supervisionar a utilização dos bens patrimoniais do Instituto Federal Farroupilha;
- VIII - Coordenar, dar apoio administrativo e interagir com outros setores a respeito de bens patrimoniais;
- IX - Proceder à padronização e codificação de materiais;
- X - Providenciar ações para a conservação e alienação de bens materiais;
- XI - Coordenar a realização do inventário anual, conforme esta instrução;
- XII - Promover a digitalização, reprodução e arquivo de documentos;
- XIII - Propor medidas e supervisionar as atividades de manutenção e conservação de prédios;
- XIV - Propor medidas e supervisionar manutenção e conservação da frota veicular;
- XV - Fiscalizar e controlar o uso de veículos oficiais, na forma estabelecida em regulamento, para efeito de observância das normas administrativas e de trânsito, respeitada a competência dos órgãos específicos;
- XVI - Emitir relatórios apontando para a alienação de bens;
- XVII - Estabelecer normas sobre a organização de arquivos de sua competência.
- XVIII - Acompanhar a depreciação e reavaliação, por comissão especial, a cargo da contabilidade de cada unidade gestora.

Art. 9º São atividades atípicas à gestão de bens patrimoniais desenvolvidas pela unidade gestora setorial:

I - receber o pedido das unidades setoriais internas de cada unidade gestora.

II - atentar para o prazo de recebimento e pagamento definidas em edital de licitação cujo objeto será entregue pelo fornecedor vencedor do procedimento licitatório.

**AGORA VOCÊ JÁ TEM AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS PROCEDIMENTOS E NORMAS PARA DESENVOLVER ESSE IMPORTANTE TRABALHO. SAIBA QUE OS SETORES DE PATRIMÔNIO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA AUXILIAR!!!**